



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

de - Nise Maria L. B. Magalhães Ass. GT/DIE
à - Coordenadora - Lúcia M. Pinheiro
assunto - Envia legislação solicitada (2 cp.)

Relação de Convênios firmados pelo
INEP, de 1970 a 1973. (2 cp.)


Pesquisas em realização pelo INEP. 1973.
(2 cp.)

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1973

Senhora Coordenadora,

Em atenção ao seu pedido, temos o prazer de enviar-lhe, conforme sua solicitação, o D.O.U. de 4/9/1973, que contém à página 8886 o convênio entre o INEP e o SEEC.

Atenciosamente,


Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães

Prof^a. Lucia Pinheiro
Gerente do GT/Pesquisas
I N E P

ANEXO Nº 5RELAÇÃO DE CONVÊNIOS FIRMADOS PELO INEP, DE 1970 A 1973

- TERMO DE CONVÊNIO** entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Colégio Estadual do Paraná destinado a instalação e orientação de um circuito fechado de Televisão, com fins exclusivamente educativos. Curitiba, 15 de abril de 1970.
- TERMO DE CONVÊNIO** entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e a Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Paraná (para adaptação de área destinada ao Serviço de Recursos Audiovisuais do INEP). Rio de Janeiro, 10 de março de 1970.
- CONVÊNIO** que entre si fazem a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura (cooperação técnica). Rio de Janeiro, 13 de abril de 1971.
- TERMO DE CONTRATO** celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Dr. Marcelo Alves de Paula, para prestação de serviços técnicos especializados (tratamento médico a alunos de escolas da Guanabara que apresentem problemas psiquiátricos). Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1971.
- TERMO DE CONVÊNIO** que entre si celebra o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, e a Fundação Getúlio Vargas (pesquisa para a realização da 1ª etapa de um diagnóstico nacional de desenvolvimento educacional, a fim de oferecer subsídios à reforma do ensino - Lei nº 5.692/71). Publicado no D.O. de 12/9/73.
- ACORDO ESPECIAL** entre o Centro de Educação Técnica da Fundação Universidade do Trabalho de Minas Gerais e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para realização de estudos e pesquisas referentes a currículos e programas de habilitação profissional a nível de 2º Grau, verificando sua viabilidade. Belo Horizonte, 1º de agosto de 1972. Publicado no D.O. 26/10/72.
- CONVÊNIO** de cooperação e intercâmbio entre o Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho e Previdência Social e a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais com a colaboração de outros órgãos (visando à apuração e processamento dos dados colhidos através dos formulários a que se refere o art. 360 da OIT, relativos ao exercício de 1972). Belo Horizonte, 24 de agosto de 1972. Publicado no D.O. 26/10/72.
- TERMO DE ACORDO** celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade de São Paulo, com a assistência da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e destinado ao prosseguimento e a expansão dos programas de pesquisa e de atividades correlatas, a serem desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos na área do Estado de São Paulo. Em 31 de agosto de 1972. Publicado no D.O. de 12/09/72.
- TERMO DE CONVÊNIO** que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (pesquisa para a realização da primeira etapa de um diagnóstico do desenvolvimento educacional). Brasília, setembro de 1972. Publicado no D.O. de 3/11/72.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amazonas (idem anterior). Manaus, setembro 1972. Publicado no D.O. 3/11/72.

TERMO DE CONVÊNIO celebrado entre o Departamento de Ensino Fundamental (DEF), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para realização de cursos de licenciatura de curta duração para habilitação de Administradores e supervisores para o ensino de 1º Grau, com recursos do Salário-Educação, instituído pela Lei nº 4.440 de 17 de outubro de 1964. Brasília, 01 de setembro de 1972.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura de Santa Catarina, objetivando a prestação de assistência técnica para a realização de pesquisas educacionais. Florianópolis, agosto de 1972. Publicado no D.O. 05/10/72, pag. 8908.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco (Pesquisa para a realização da primeira etapa de um diagnóstico do desenvolvimento educacional). Recife, 15 de setembro de 1972. Publicado no D.O. de 26/10/72.

TERMO DE ACORDO ESPECIAL celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a utilização de instalações e da Biblioteca do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, pela Faculdade de Educação. Em 11/10/1972. Publicado no D.O. de 26/10/72.

TERMO DE ACORDO ESPECIAL celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para cessão de material e equipamento audiovisual do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, para uso preferencial da Faculdade de Educação. Em 11 de outubro de 1972. Publicado no D.O. de 26/10/72.

TERMO DE CONVÊNIO entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal da Bahia para transferência de instalações, serviços e pessoal (CRPE-Bahia) na área do Estado da Bahia. Brasília, 20 de outubro de 1972. Publicado no D.O. de 31/10/72.

TERMO DE CONVÊNIO entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Departamento de Ensino Fundamental, órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a transferência de pessoal, material e instalações (CRPE-Minas Gerais) do primeiro para o segundo dos órgãos citados. Em 27 de outubro de 1972. Publicado no D.O. de 09/11/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná, objetivando a prestação de assistência técnica para a realização de pesquisas educacionais. Em 3 de novembro de 1972. Publicado no D.O. de 11/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, objetivando a participação conjunta das duas entidades no desenvolvimento da literatura infantil e juvenil. Em 8 de novembro de 1972. Publicado no D.O. de 04/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, objetivando a realização de uma pesquisa com vistas a avaliar o curso de educação em saúde pública. Em 23 de novembro de 1972. Publicado no D.O. de 11/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Estadual de Campinas, objetivando a realização da pesquisa "Universidade e Trabalho: perspectivas, adequação e efetividade de um mercado de trabalho para universitários". São Paulo, 24/11/1972. Publicado no D.O. de 11/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, objetivando a realização de um levantamento da situação do ensino de didática nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e nas Faculdades de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 01/12/72. Publicado no D.O. de 18/12/72.

CONTRATO celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Rio Grande do Sul, através da sua Secretaria da Educação e Cultura, para cessão de filmes educativos do acervo do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul para uso pelo Serviço de Cinema Educativo. Em 30 de novembro de 1972. Publicado no D.O. de 11/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, objetivando a elaboração do Projeto de Pesquisa "O Sistema Educacional e o Mercado de Trabalho". Porto Alegre, 06 de dezembro de 1972. Publicado no D.O. de 21/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, tratando do uso de bens móveis e imóveis da primeira pela segunda das instituições citadas. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1972. Publicado no D.O. de 22/1/73.

TERMO DE CONVÊNIO entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal do Paraná para cessão de bens móveis do acervo do Serviço de Recursos Audiovisuais de Curitiba. Publicado no D.O. de 5/1/73.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura, a Universidade Federal de Pernambuco e a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, objetivando a realização da Pesquisa "Recursos para a Educação e Custos do Ensino no Nordeste". Publicado no D.O. 9/4/73.

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Getúlio Vargas, para fins de realização da 1ª etapa de um diagnóstico nacional de desenvolvimento educacional. Rio de Janeiro, Guanabara, 01 de fevereiro de 1973. Publicado no D.O. de 26/2/73.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, com a finalidade de realização de experimentações de educação integral de 1º grau, com a utilização dos corpos docentes e discentes da Escola. Recife, 19 de fevereiro de 1973.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com vistas a realização do Curso Interamericano de Administradores e Supervisores da Educação. São Paulo, 9 de março de 1973. Publicado no D.O. 09/3/73.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal de Pernambuco, objetivando a cessão de instalações para o curso de mestrado da Faculdade de Educação. Em 9 de março de 1973. Publicado no D.O. de 10/4/73.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, objetivando a execução de uma Pesquisa para a realização de uma etapa do diagnóstico do desenvolvimento educacional a fim de oferecer subsídios à Reforma do Ensino (Lei nº 5.692/71).

TERMO DE CONTRATO celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a firma Aloísio Magalhães - Programação Visual - Desenho Industrial Ltda., para prestação de serviços técnicos especializados (material para impressão). Rio de Janeiro, 18 de abril de 1973. Publicado no D.O. de 7/5/73.

§ § §

ANEXO Nº 5RELAÇÃO DE CONVÊNIOS FIRMADOS PELO INEP, DE 1970 A 1973

- TERMO DE CONVÊNIO** entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Colégio Estadual do Paraná destinado a instalação e orientação de um circuito fechado de Televisão, com fins exclusivamente educativos. Curitiba, 15 de abril de 1970.
- TERMO DE CONVÊNIO** entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e a Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Paraná (para adaptação de área destinada ao Serviço de Recursos Audiovisuais do INEP). Rio de Janeiro, 1º de março de 1970.
- CONVÊNIO** que entre si fazem a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura (cooperação técnica). Rio de Janeiro, 13 de abril de 1971.
- TERMO DE CONTRATO** celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Dr. Marcelo Alves de Paula, para prestação de serviços técnicos especializados (tratamento médico a alunos de escolas da Guanabara que apresentam problemas psiquiátricos). Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1971.
- TERMO DE CONVÊNIO** que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, e a Fundação Getúlio Vargas (pesquisa para a realização da 1ª etapa de um diagnóstico nacional de desenvolvimento educacional, a fim de oferecer subsídios à reforma do ensino - Lei nº 5.692/71). Publicado no D.O. de 12/9/73.
- ACORDO ESPECIAL** entre o Centro de Educação Técnica da Fundação Universidade do Trabalho de Minas Gerais e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para realização de estudos e pesquisas referentes a currículos e programas de habilitação profissional a nível de 2º Grau, verificando sua viabilidade. Belo Horizonte, 1º de agosto de 1972. Publicado no D.O. 26/10/72.
- CONVÊNIO** de cooperação e intercâmbio entre o Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho e Previdência Social e a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais com a colaboração de outros órgãos (visando à apuração e processamento dos dados colhidos através dos formulários a que se refere o art. 360 da CII, relativos ao exercício de 1972). Belo Horizonte, 24 de agosto de 1972. Publicado no D.O. 26/10/72.
- TERMO DE ACORDO** celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade de São Paulo, com a anuência da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e destinado ao prosseguimento e a expansão dos programas de pesquisa e de atividades correlatas, a serem desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos na área do Estado de São Paulo. Em 31 de agosto de 1972. Publicado no D.O. de 12/09/72.
- TERMO DE CONVÊNIO** que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (pesquisa para a realização da primeira etapa de um diagnóstico do desenvolvimento educacional). Brasília, setembro de 1972. Publicado no D.O. de 3/11/72.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amazonas (idem anterior). Manaus, setembro 1972. Publicado no D.O. 3/11/72.

TERMO DE CONVÊNIO celebrado entre o Departamento de Ensino Fundamental (DEF), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para realização de cursos de licenciatura de curta duração para habilitação de Administradores e supervisores para o ensino de 1º Grau, com recursos do Salário-Educação, instituído pela Lei nº 4.440 de 17 de outubro de 1964. Brasília, 01 de setembro de 1972.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura de Santa Catarina, objetivando a prestação de assistência técnica para a realização de pesquisas educacionais. Florianópolis, agosto de 1972. Publicado no D.O. 05/10/72, pág. 8908.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco (Pesquisa para a realização da primeira etapa de um diagnóstico do desenvolvimento educacional). Recife, 15 de setembro de 1972. Publicado no D.O. de 26/10/72.

TERMO DE ACORDO ESPECIAL celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a utilização de instalações e da Biblioteca do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, pela Faculdade de Educação. Em 11/10/1972. Publicado no D.O. de 26/10/72.

TERMO DE ACORDO ESPECIAL celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para cessão de material e equipamento audiovisual do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, para uso preferencial da Faculdade de Educação. Em 11 de outubro de 1972. Publicado no D.O. de 26/10/72.

TERMO DE CONVÊNIO entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal da Bahia para transferência de instalações, serviços e pessoal (CRPE-Bahia) na área do Estado da Bahia. Brasília, 20 de outubro de 1972. Publicado no D.O. de 31/10/72.

TERMO DE CONVÊNIO entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Departamento de Ensino Fundamental, órgãos do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a transferência de pessoal, material e instalações (CRPE-Minas Gerais) do primeiro para o segundo dos órgãos citados. Em 27 de outubro de 1972. Publicado no D.O. de 09/11/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná, objetivando a prestação de assistência técnica para a realização de pesquisas educacionais. Em 3 de novembro de 1972. Publicado no D.O. de 11/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, objetivando a participação conjunta das duas entidades no desenvolvimento da literatura infantil e juvenil. Em 8 de novembro de 1972. Publicado no D.O. de 04/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, objetivando a realização de uma pesquisa com vistas a avaliar o curso de educação em saúde pública. Em 23 de novembro de 1972. Publicado no D.O. de 11/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Estadual de Campinas, objetivando a realização da pesquisa "Universidade e Trabalho: perspectivas, adequação e efetividade de um mercado de trabalho para universitários". São Paulo, 24/11/1972. Publicado no D.O. de 11/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, objetivando a realização de um levantamento da situação do ensino de didática nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e nas Faculdades de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 01/12/72. Publicado no D.O. de 18/12/72.

CONTRATO celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Rio Grande do Sul, através da sua Secretaria da Educação e Cultura, para cessão de filmes educativos do acervo do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul para uso pelo Serviço de Cinema Educativo. Em 30 de novembro de 1972. Publicado no D.O. de 11/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, objetivando a elaboração do Projeto de Pesquisa "O Sistema Educacional e o Mercado de Trabalho". Porto Alegre, 06 de dezembro de 1972. Publicado no D.O. de 21/12/72.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, tratando do uso de bens móveis e imóveis da primeira pela segunda das instituições citadas. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1972. Publicado no D.O. de 22/1/73.

TERMO DE CONVÊNIO entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal do Paraná para cessão de bens móveis do acervo do Serviço de Recursos Audiovisuais de Curitiba. Publicado no D.O. de 5/1/73.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura, a Universidade Federal de Pernambuco e a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, objetivando a realização da Pesquisa "Recursos para a Educação e Custos do Ensino no Nordeste". Publicado no D.O. 9/4/73.

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Fundação Getúlio Vargas, para fins de realização da 1ª etapa de um diagnóstico nacional de desenvolvimento educacional. Rio de Janeiro, Guanabara, 01 de fevereiro de 1973. Publicado no D.O. de 26/2/73.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, com a finalidade de realização de experimentações de educação integral de 1º grau, com a utilização dos corpos docentes e discentes da Escola. Recife, 19 de fevereiro de 1973.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com vistas a realização do Curso Interamericano de Administradores e Supervisores da Educação. São Paulo, 9 de março de 1973. Publicado no D.O. 09/3/73.

TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal de Pernambuco, objetivando a cessão de instalações para o curso de mestrado da Faculdade de Educação. Em 9 de março de 1973. Publicado no D.O. de 10/4/73.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, objetivando a execução de uma Pesquisa para a realização de uma etapa do diagnóstico do desenvolvimento educacional a fim de oferecer subsídios à Reforma do Ensino (Lei nº 5.692/71).

TERMO DE CONTRATO celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura e a firma Alcísio Magalhães - Programação Visual - Desenho Industrial Ltda., para prestação de serviços técnicos especializados (material para impressão). Rio de Janeiro, 18 de abril de 1973. Publicado no D.O. de 7/5/73.

§ § §

ANEXO Nº 6PESQUISAS EM REALIZAÇÃO PELO INEP - 1973

- Programas Experimentais para o Ensino de 1º grau.
- Elaboração de Programas Experimentais para o ensino de 1º grau.
- Aplicação Experimental dos Programas de 1º Grau.
- Levantamentos Básicos para Adaptação dos Programas de Ensino de 1º Grau às Condições Locais.
- Dosagem e Apresentação de Programas de 1ª série do 1º Grau.
- Avaliação de Aprendizagem.
- Avaliação de Aprendizagem na 1ª Série do 1º Grau.
- Avaliação de Aprendizagem na 2ª Série do 1º Grau.
- Dificuldades dos alunos de 1ª Série do 1º Grau.
- Dificuldades dos alunos de 1ª Série do 1º Grau em Matemática.
- Dificuldades dos alunos de 1ª Série do 1º Grau em Ortografia.
- Dificuldades dos Alunos de 1ª Série do 1º Grau em Leitura.
- Fatores que influem sobre o rendimento escolar das 1ª e 2ª séries do 1º grau.
- Influência dos fatores psicológicos e de saúde sobre o rendimento escolar na 1ª série do 1º grau.
- Assistência técnica ao Magistério nas séries iniciais do 1º grau.
- Critérios de seleção para os Cursos de Preparação de Professores para as séries iniciais de ensino de 1º grau.
- Materiais Experimentais para implantação da Reforma de Ensino de 1º Grau.
- Escolaridade e Mão-de-Obra Industrial e Comercial na Guazabara.
- Análise do Currículo de 2º Grau.
- Avaliação de Recursos da Tecnologia Educacional.
- Fatores que influem sobre o rendimento em leitura e ortografia na 1ª série do 1º grau.
- Problemas de recuperação de alunos do 1º grau.
- Situação da Orientação Educacional em Pernambuco (1º grau).
- O Leitor no contexto sócio-cultural de Brasília, DF, na faixa etária de 18 a 20 anos.

§ §

APOIO FINANCEIRO A PROJETOS DE ESTUDOS OU PESQUISAS EDUCACIONAIS

- Diagnóstico Nacional do Desenvolvimento Educacional (Convênio com a FUV/ISOP)
- Conteúdo Programático de Saúde para as Escolas de 1º grau (Convênio com a Faculdade de Saúde Pública da USP).

- Avaliação do Curso de Educação em Saúde Pública (Convênio com a Faculdade de Saúde Pública da USP).
- Universidade e Trabalho - Perspectivas, adequação e efetividade de um Mercado de Trabalho para Universitários (Convênio com a UNICAMP).
- Levantamento da situação do Ensino de Didática nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e nas Faculdades de Educação do Estado de São Paulo (Convênio com a Faculdade de Educação da USP).
- O Sistema Educacional e o Mercado de Trabalho (Convênio com a FUC/RS).
- Recursos para a Educação e Custos do Ensino no Nordeste .
Sub-dividida em:
 - Estrutura do Financiamento e Recursos para a Educação no Nordeste;
 - Custos do Ensino e Programação Financeira para expansão do sistema de Educação em Pernambuco;
 - Estudo comparativo da Educação e Desenvolvimento - Pernambuco, Nordeste e outras áreas.
 (Convênio com a Faculdade de Educação da UFPE e Instituto de Estatística e Pesquisas Educacionais, da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco).
- O Ginásio Pluricurricular e a Reforma do Ensino - um estudo avaliativo. (Convênio com a Faculdade de Educação de São Paulo).
- Escolas de 2º grau da área Primária no Brasil - um estudo quantitativo e qualitativo (Convênio com o CENAFOR).

§ §

ASSISTÊNCIA TÉCNICA À PESQUISA EDUCACIONAL

- Alunos de Aprendizagem Lenta no Ensino de 1º Grau. (Convênio com a Secretaria de Educação de Santa Catarina).
- Tema a ser ainda determinado. (Convênio com a Secretaria de Educação do Paraná).
- Tema a ser ainda determinado. (Convênio com o Curso Behiense/BB).

§ §

COLABORAÇÃO TÉCNICA A TRABALHOS DE OUTROS ÓRGÃOS

- OT Educação Especial
- Projeto Saci
- Projeto PINUD
- Projeto Minerva

§ §

EXPERIMENTAÇÃO EDUCACIONAL

- Experimentações de Educação Integral de 1º Grau. (Convênio com a Secretaria de Educação de Pernambuco).

- Experimentação de Educação referente à Educação de 1º Grau. (Convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia).
- Experimentações de Educação Integral de 1º Grau - Escola Guatemala. (Convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara).
- Experimentação Educacional "Melhoria da produtividade do Ensino Fundamental no 1º DE - III RA", CB.

§ § §

ANEXO Nº 6PESQUISAS EM REALIZAÇÃO PELO INEP - 1973

- Programas Experimentais para o Ensino de 1º grau.
- Elaboração de Programas Experimentais para o ensino de 1º grau.
- Aplicação Experimental dos Programas de 1º Grau.
- Levantamentos Básicos para Adaptação dos Programas de Ensino de 1º Grau às Condições Locais.
- Dosagem e Apresentação de Programas de 1ª série do 1º Grau.
- Avaliação de Aprendizagem.
- Avaliação de Aprendizagem na 1ª Série do 1º Grau.
- Avaliação de Aprendizagem na 2ª Série do 1º Grau.
- Dificuldades dos alunos de 1ª Série do 1º Grau.
- Dificuldades dos alunos de 1ª Série do 1º Grau em Matemática.
- Dificuldades dos alunos de 1ª Série do 1º Grau em Ortografia.
- Dificuldades dos Alunos de 1ª Série do 1º Grau em Leitura.
- Fatores que influem sobre o rendimento escolar das 1ª e 2ª séries do 1º grau.
- Influência dos fatores psicológicos e de saúde sobre o rendimento escolar na 1ª série do 1º grau.
- Assistência técnica ao Magistério nas séries iniciais do 1º grau.
- Critérios de seleção para os Cursos de Preparação de Professores para as séries iniciais do ensino de 1º grau.
- Materiais Experimentais para implantação da Reforma de Ensino de 1º Grau.
- Escolaridade e Mão-de-Obra Industrial e Comercial na Guanabara.
- Análise do Currículo de 2º Grau.
- Avaliação de Recursos da Tecnologia Educacional.
- Fatores que influem sobre o rendimento em leitura e ortografia na 1ª série do 1º grau.
- Problemas de recuperação de alunos do 1º grau.
- Situação da Orientação Educacional em Pernambuco (1º grau).
- O Lezer no contexto sócio-cultural de Brasília, DF, na faixa etária de 18 a 20 anos.

§ §

APOIO FINANCEIRO A PROJETOS DE ESTUDOS OU PESQUISAS EDUCACIONAIS

- Diagnóstico Nacional do Desenvolvimento Educacional (Convênio com a FGV/ISOP)
- Conteúdo Programático de Saúde para as Escolas de 1º grau (Convênio com a Faculdade de Saúde Pública da USP).

- Avaliação do Curso de Educação em Saúde Pública (Convênio com a Faculdade de Saúde Pública da USP).
- Universidade e Trabalho - Perspectivas, adequação e efetividade de um Mercado de Trabalho para Universitários (Convênio com a UNICAMP).
- Levantamento da situação do Ensino de Didática nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e nas Faculdades de Educação do Estado de São Paulo (Convênio com a Faculdade de Educação da USP).
- O Sistema Educacional e o Mercado de Trabalho (Convênio com a FUC/RS).
- Recursos para a Educação e Custos do Ensino no Nordeste .
Sub-dividida em:
 - Estrutura do Financiamento e Recursos para a Educação no Nordeste;
 - Custos do Ensino e Programação Financeira para expansão do sistema de Educação em Pernambuco;
 - Estudo comparativo da Educação e Desenvolvimento - Pernambuco, Nordeste e outras áreas.
 (Convênio com a Faculdade de Educação da UFPE e Instituto de Estatística e Pesquisas Educacionais, da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco).
- O Ginásio Extracurricular e a Reforma do Ensino - um estudo avaliativo. (Convênio com a Faculdade de Educação de São Paulo).
- Escolas de 2º grau da área Primária no Brasil - um estudo quantitativo e qualitativo. (Convênio com o CENIAPOR).

§ §

ASSISTÊNCIA TÉCNICA À PESQUISA EDUCACIONAL

- Alunos de Aprendizagem Lenta no Ensino de 1º Grau. (Convênio com a Secretaria de Educação de Santa Catarina).
- Tema a ser ainda determinado. (Convênio com a Secretaria de Educação do Paraná).
- Tema a ser ainda determinado. (Convênio com o Curso Bahiense/EB).

§ §

COLABORAÇÃO TÉCNICA A TRABALHOS DE OUTROS ÓRGÃOS

- GE Educação Especial
- Projeto Saci
- Projeto FNUD
- Projeto Minerva

§ §

EXPERIMENTAÇÃO EDUCACIONAL

- Experimentações de Educação Integral de 1º Grau. (Convênio com a Secretaria de Educação de Pernambuco).

- Experimentação de Educação referente à Educação de 1º Grau. (Convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia).
- Experimentações de Educação Integral de 1º Grau - Escola Guatemala. (Convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara).
- Experimentação Educacional "Melhoria da produtividade do Ensino Fundamental no 1º DE - III RA", GE.

§ § §

NEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of.n. 1084/74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1974

Da : Coordenadora da CODIE
Para : Diretor-Geral do CEBRACE
Assunto: Confirma estágio

Senhor Diretor,

Em atenção ao Ofício nº 469/74/CEBRACE/DG, do dia 27 do mês p.p., dirigido ao Sr. Diretor do INEP, temos o prazer de comunicar-lhe a confirmação do estágio da Bibliotecária, Maria Teresa Ornelas De Agostini, para o período de 6 a 10 de janeiro do próximo ano de 1975.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e distinta consideração.

Regina Helena Tavares
p/ Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilmo. Sr.
Roberto Hermeto Corrêa da Costa
Diretor do
Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares - CEBRACE
Praia de Botafogo, 242 - 6º andar
Rio de Janeiro - GB - 20.000

Proc. CBPE 2116/74/SS/lflb

MEC/INEP - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Of. n. 1079/74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1974

Da : Coordenadora da CODIE
A : Fundación José María Aragón
Assunto: Bolsas de Estudo

Prezada Senhora,

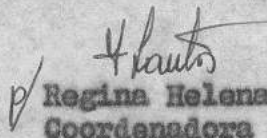
Em atenção ao seu pedido, temos a informar-lhe que, por motivo de obras em nossa sede e de articulações com outras entidades, atrasamos sua resposta.

Estamos enviando em anexo, um "formulário de inscrição" (ANEXO nº 1), que nos foi fornecido pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que em nosso País, se encarrega do assunto, bem como uma lista de instituições nacionais, internacionais e estrangeiras (ANEXO nº 2), que fornecem bolsas de estudos, retirada do catálogo da CAPES.

Outrossim, nos dirigimos ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) que também informa a respeito, mas do qual ainda não obtivemos notícia. Caso V.Sa. queira corresponder-se diretamente, os endereços são os seguintes:

Centro de Divulgação de Assuntos Universitários (CEDAU)
da Fundação MUDES
Rua México, 119 - 12º andar
Rio de Janeiro - GB - Brasil ou à
Representação da Secretaria Geral da OEA
Av. L-2- Sul, Quadra 603-B, Módulo 18-SGA,
Caixa Postal 13-2027, Brasília, DF.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. votos de consideração e estima.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

A
FUNDACIÓN JOSÉ MARÍA ARAGÓN
Perú 263/2º piso
Buenos Aires - Argentina

Proc. CBPE 1588/74/MA/1f1b

BOLSAS DE ESTUDO
(PÓS - GRADUAÇÃO)

ENTIDADES BRASILEIRAS

- 1 - Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
CAPES - MEC
Palácio da Cultura
Rua da Imprensa, 16 - 5º andar
2C-P - Rio de Janeiro - GB
- 2 - Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)
Av. Marechal Câmara, 350 - 6º andar
2C-39 - Rio de Janeiro - GB
- 3 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
Av. Paulista, 352 - 14º andar
São Paulo - SP
- 4 - Fundação Getúlio Vargas; Escola de Pós Graduação em Economia do
Instituto Brasileiro de Economia
Praia de Botafogo, 186
2C-02 - Rio de Janeiro - GB
- 5 - Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Av. 13 de Maio, 23
2C-06 - Rio de Janeiro - GB

ENTIDADES INTERNACIONAIS

- 1 - Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
Comissão Nacional de Energia Nuclear
Rua General Severiano, 90
2C-82 - Rio de Janeiro - GB
- 2 - Fundo Monetário Internacional
Fundo Monetário Internacional, 19th & H St
N.W., Washington D.C. 20431, EUA
- 3 - Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO)
S/ endereço
- 4 - Organização dos Estados Americanos (OEA)
S/ endereço

- 5 - Organização das Nações Unidas (ONU)
Av. Rui Barbosa, 210 - 2º andar
2C-01 - Rio de Janeiro - GB
- 6 - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
(UNESCO)
Av. Presidente Vargas, 62 - 5º andar
2C-00 - Rio de Janeiro - GB
- 7 - Organização Panamericana de Saúde
Ministério da Saúde
Rio de Janeiro - GB

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 972/74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1974


Da : Coordenadora da CODIE
Para : Chefe da Seção de Serviços Técnicos Auxiliares
Assunto: Confirma estágio

Prezada Senhora,

Em atenção ao Of. n. 194/74 do dia 18 do mês em curso, temos o prazer de comunicar-lhe a confirmação do estágio da Bibliotecária Maria Antonia Martins de Ulhoa Cintra, para o período de 4/11 a 14/11 próximo.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa

Cordiais Saudações


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilma. Sra.
Assumpção H. M. de Andrade
Chefe da Seção de Serviços Técnicos Auxiliares
Secretaria de Bem-Estar Social
Prefeitura do Município de São Paulo
São Paulo - São Paulo

SS/lflb

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 1087/74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1974

De : Responsável pela Uniper
À : Research Fellow
Bureau of Educational Research
Assunto: Agradece documentos enviados e comunica
registro da Instituição, para intercâmbio

Prezada Senhora,


Temos o prazer de acusar o recebimento da seguinte documentação, encaminhada por V.Sa:

- Influence of Family Background and Maternal Contact on Infant Physical and Psychological Development in an East African Community;
- Research in Teacher Education;
- Formal Education and Rural Development;
- Students' Learning Difficulties in a Changing Society;
- The Effect of Urbanization on the Behaviour of Children;
- Initiation and Self-Image among Kikuyu Adolescents;
- Services for Pre-School Age Children in Kenya;
- On Educational Anthropology and the Development of Schooling in Kenya;
- The Theories of Jean Piaget: Conservation and Visual Acuity in Kenyan Subjects e
- Methods of Investigating Cognitive Development of Children in Rural Kenya: Some Kamba Results.

Outrossim, informamos que foi providenciado o registro dessa Instituição no Setor de Publicações, para um próximo intercâmbio.

Agradecendo a gentileza da remessa, apresentamos a V.Sa.

Cordiais Saudações,


Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilma. Sra.
ABIGAIL KRISTALL
Research Fellow
Bureau of Educational Research
University of Nairobi
P.O. Box 30197
Nairobi
Kenya

ANEXO 1

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emenda nº 1

Promulgada em 17 de outubro de 1969

Título IV - Da Família, Da Educação e da Cultura

Art. 176. A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola.

§ 1º O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

§ 2º Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos.

§ 3º A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

- I - O ensino primário somente será ministrado na língua nacional;
- II - O ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais;
- III - O ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos;
- IV - O Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará;
- V - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio;
- VI - O provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior dependerá, sempre, de prova de habilitação, que consistirá em concurso público de provas e títulos, quando se tratar de ensino oficial; e
- VII - A liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério, ressalvado o disposto no artigo 154.

Art. 177. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

§ 1º A União prestará assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para desenvolvimento dos seus sistemas de ensino.

§ 2º Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional, que assegurem aos alunos necessitadas condições de eficiência escolar.

Art. 178. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino primário gratuito de seus empregados e o ensino dos filhos destes, entre os sete e os quatorze anos, ou a concorrer para aquele fim, mediante a contribuição do salário-educação, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único. As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado.

Art. 179. As ciências, as letras e as artes são livres, ressalvado o disposto no parágrafo 8º do artigo 153.

Parágrafo único. O Poder Público incentivará a pesquisa e o ensino científico e tecnológico.

Art. 180. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

- Situação do Ensino no Brasil -

O ensino, no Brasil, baseia-se em princípios constitucionais de unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana.

Constitui-se de três níveis de ensino: Ensino de 1º grau ou primário, de 2º grau ou médio e de 3º grau ou superior. Com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5692, de 1971, da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus os currículos desses dois níveis passaram a ter um núcleo comum obrigatório em todo o território nacional e uma parte diversificada, que leva em conta as diferenças individuais dos alunos.

Do ponto de vista legislativo, a União estabelece as grandes diretrizes e bases da Educação, enquanto os Estados o fazem supletivamente, cabendo-lhes, no entanto, a competência total quanto à administração dos seus sistemas de ensino. O Distrito Federal organiza o seu sistema de ensino e a União os do Território. (ANEXO nº 1).

Ensino de 1º grau

A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (ANEXO nº 2), trouxe algumas modificações a esse nível de ensino, entre outras, estendeu-o até a 8ª série, absorvendo portanto, os 4 anos do antigo ginásio; introduziu, através da Orientação Educacional, o aconselhamento vocacional com vistas à sondagem de aptidões do aluno, uma vez que a iniciação ao trabalho vigora a partir da 5ª série; instituiu o regime de dependência, por disciplinas, nas 7ª e 8ª séries; possibilitou a professores formados em universidades e sem o curso normal tradicional o exercício do magistério nas séries iniciais de 1º grau.

Ensino de 2º grau

Tornou-se profissionalizante, e se restringiu ao que era antes o 2º ciclo do nível médio, permitiu a matrícula por disciplina (anuais); deu-lhe duração variável, de acordo com as possibilidades do educando (de 3 a 4 séries anuais); previu o aproveitamento em curso superior de estudos correspondentes à 4ª série.

Ensino Superior

Com vistas à reestruturação da Universidade Brasileira, foi instituído um Grupo de Trabalho (Decreto n. 63.142, de 14-10-1968) destinado a estudá-la.

Os temas propostos foram: 1) institucionalização do ensino superior, forma jurídica, administração da universidade; 2) organização didático-científica, magistério, estratégia da implantação da pós-graduação, pesquisas; 3) recursos para a educação e expansão do ensino superior; 4) corpo discente, representação estudantil. O grupo posicionou a "Universidade como o lugar onde a cultura de um povo e de uma época tende a atingir a plenitude de sua autoconsciência. Assim, é uma de suas finalidades essenciais promover a integração do homem em sua circunstância histórica, proporcionando-lhe as categorias necessárias à compreensão e à crítica de seu processo cultural".

Esses estudos deram margem aos instrumentos da Reforma Universitária, que se consubstanciaram em atos legislativos, tais como o Decreto-lei nº 53, de 18 de nov. de 1966, que fixou princípios e normas de organização para as universidades federais, tornando o ensino indissociável da pesquisa e concentrando-os em unidades que formam um sistema comum para toda a Universidade. O Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, estabeleceu normas complementares ao Decreto-lei nº 53, inovando, entre outros aspectos o Departamento como a menor fração da estrutura universitária. A Lei nº 5.540, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, abrangeu os seguintes tópicos: Ensino Superior, Corpo Docente, Corpo Discente, Disposições Gerais (ANEXO nº 3).

O Ensino de Línguas Estrangeiras - Ensino de nível médio

O Parecer nº 853/71, que fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º grau, assim se expressa sobre os objetivos do ensino de línguas "O estudo de línguas vernáculas ou estrangeiras, por exemplo, será geral como aquisição de um instrumento de comunicação aplicável a todas as situações, mas surgirá como especial na perspectiva de uma habilitação de Secretariado. O curso de Secretariado foi tomado como exemplo daquelas habilitações em que a língua estrangeira se faz necessária, para o exercício da profissão.

No núcleo comum de matérias, dentro das grandes linhas do que se denominou Comunicação e Expressão, inclui-se a obrigatoriedade da Língua Portuguesa, recomendando-se, uma Língua Estrangeira Moderna.

Atualmente as habilitações profissionais que incluem em seus programas, Lingüística e Língua Estrangeira são: Tradutor e Interpretador (Sistema Fonético, Lingüística, Morfologia, Sintaxe e estilística, língua estrangeira, literatura) Redator-Auxiliar (Redação e edição) Turismo (língua estrangeira) Hotelaria (língua estrangeira) Técnico Secretariado (língua estrangeira) Técnico Contabilidade, Técnico em Estatística, Técnico em Enfermagem.

Atualmente as habilitações profissionais, que incluem elementos lingüísticos e idiomas em seus currículos são: na área tecnológica:

Desenhista Mecânico (Inglês)
 Desenhista Projetista (Francês ou Inglês)
 Técnico em Metalurgia (Inglês)
 Piloto de Marinha Mercante (Inglês)
 Técnico em Edificações (Inglês)
 Técnico em Eletrônica (Inglês)
 Técnico em Eletrotécnica (Inglês)
 Técnico em Estradas (Inglês)
 Técnico Mecânico (Inglês)
 Técnico Naval (Inglês)
 Técnico Textil (Inglês)
 Técnico em Telecomunicações (Inglês)

Na área das Artes:

Ator teatral (Dição e Prosódia - Francês, Comentário de texto)
 Ceramista (Inglês)
 Decorador (Inglês)
 Desenhista de Arquitetura e Móveis (Inglês)

Na área da Agropecuária:

Agrimensor (Inglês)
 Técnico Agrícola (Inglês)
 Técnico em Pecuária (Inglês)
 Técnico em Laticínios (Inglês)

Na área dos serviços:

Secretaria (Inglês)
 Técnico em Administração (Inglês)
 Técnico em Comércio Exterior (Inglês)
 Técnico em Contabilidade (Inglês)
 Técnico em Serviços Bancários (Inglês)
 Técnico em Turismo (Inglês)

Na área da Educação:

Auxiliar de Biblioteca - (Francês ou Inglês)
 Economista Doméstica (Inglês)
 Professor de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica (Inglês)

Na área da Saúde:

Dietista ou Nutricionista (Inglês)
 Técnico em Enfermagem (Inglês)

Do ponto de vista de ensino científico, em termos de nível médio, entre outras habilitações profissionais destacam-se: Geologia, Química, Petroquímica, Estatística, Eletrônica, Óptica e outras, que irão surgindo, de acordo com as solicitações de cada região, e o progresso da ciência no universo.

Ensino Superior

Como as Universidades gozam de autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira, sob o ponto de vista didático, de acordo com o artigo 26 da Lei n. 5.540/68, cabe ao Conselho Federal de Educação fixar o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões regulamentadas por lei. Assim, cada Universidade complementa, de acordo com suas possibilidades orçamentárias, os currículos de seus cursos. A título de ilustração, em anexo nº 4 o Catálogo da Universidade de Pernambuco de 1972, com os Programas dos Cursos mantidos pelas diversas unidades e o elenco das disciplinas ministradas.

O Ensino Técnico no Brasil

O Ensino Médio, ou de 2º grau, tornou-se profissionalizante, absorvendo, dessa forma, o Ensino Técnico. O Parecer nº 45/72 fixou os currículos mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins no ensino do 2º grau (ANEXO nº 5).

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of.n. 1080/74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 13 de ^{dezembro} outubro de 1974

Da : Responsável pela Uniper
 Para : Prof^a. Adriana Agnom
 Assunto: Atende solicitação sobre a atividade do
 CBPE e recursos audiovisuais.

Prezada Senhora,

Em atenção a sua carta de 21 de outubro p.p., temos o prazer de informar que o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, faz parte da estrutura básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP, de acordo com o estabelecido no Decreto n. 71.407, de 20.11.72, cabendo-lhe, pela Portaria Ministerial n. 55-BSB, de 22.01.73, que "aprova o Regimento Interno do INEP".:

- I - Elaborar planos, programas e projetos de sua competência seguindo diretrizes expedidas pelo Diretor-Geral;
- II - Realizar ou coordenar estudos, pesquisas e experimentação conforme programado pelo INEP;
- III - Realizar outros trabalhos técnicos, sem prejuízo das atividades programadas;
- IV - Encarregar-se de estágios e treinamento em serviço para o aperfeiçoamento de recursos humanos nos campos da pesquisa e da documentação e informação educacionais;
- V - Prestar assistência técnica mediante autorização do Diretor-Geral, a órgãos federais, estaduais e municipais e a entidades particulares para a realização de estudos, pesquisas e experimentação educacionais, bem como para a implantação das soluções indicadas pelos trabalhos a cargo do INEP;
- VI - Divulgar trabalhos que contribuam para o aperfeiçoamento da educação nacional;

- VII - Integrar a rede de informações do INEP, compilando dados e documentos pertinentes à área da educação;
- VIII - Manter contato estreito com os órgãos de pesquisa, em sua zona de atuação.

A título de cooperação, enviamos o material cuja lista segue, em anexo.

Esperando haver correspondido sua expectativa, solicitamos a gentileza de acusar o recebimento.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa.

Cordiais Saudações


Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilma. Sra.
Profª. ADRIANA AGNOM
Av. Juan B. Justo 2025 - 1º piso
Buenos Aires - Argentina

Proc. CBPE 1.955/74/SB/1f1b

- MATERIAL ENVIADO À PROF^a. ADRIANA AGNOM -

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Guia de Audio visuais para professores. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1970, 98 p. ilustr.

_____. Tecnologia educacional - (levantamento legislativo e informativo) 1962 - 1972. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1972, 37 p. multil.

_____. Teleducação no Brasil - um documentário. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1972, 139 p.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 55, n. 121, jan./mar. 1971.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 58, n. 128, out./dez. 1972.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 106774/UBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1974

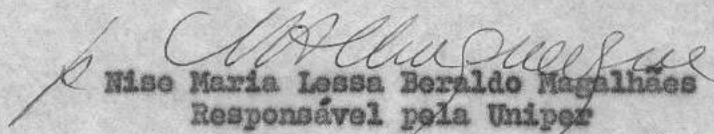
Da : Responsável pela Uniper
À : Nidia Mabel Tello Fulián
Assunto: Atende solicitação sobre ensino de 1º
e 2º graus no Brasil

Prezada Senhora,

Em atenção a sua carta do dia 16 de setembro p.p., temos o prazer de enviar a V.Sa. o material de que podemos dispor sobre o assunto, cuja lista segue em anexo.

Esperando ter contribuído para o bom andamento de seu trabalho, solicitamos a gentileza de acusar o recebimento do que ora encaminhamos.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. cordiais saudações.


Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilma. Sra.
Profa. Nidia Mabel Tello Fulián
Mariano Moreno, 254
Godoy Cruz - Mendoza
República Argentina

SS/1f1b

MATERIAL ENVIADO Á PROF^o. NIDIA NABEL TELLO TULLÁN

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ensino de 1º e 2º graus. Brasília, MEC, Departamento de Apoio, 1971, 70 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS - Bases para a reformulação e programas para o ensino fundamental. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1972, 31 p. (Pesquisas e Monografias) 10.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 56. n. 123, jul/set. 1971.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 57, n. 125, jan/mar., 1973.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 129, jan/mar. 1973.

SEMINÁRIO: A DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA E O ENSINO PROFISSIONALIZANTE. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1973.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 1066/74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1974

Da : Responsável pela Uniper
Para : Cristina Archer Campello Monteiro
Assunto: Solicita envio de documentos

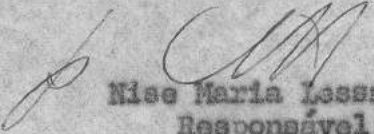
Prezada Senhora,

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, solicita a V.Sa. a gentileza de enviar, se possível, um exemplar dos seguintes trabalhos:

- " O Processo de Triagem e sua evolução no Centro de Orientação Juvenil".
- " A Participação do Pai no Atendimento do Adolescente em Clínica de Orientação".

Esclarecemos que os referidos documentos serão de grande utilidade ao nosso acervo.

Agradecendo a atenção ao nosso pedido, apresentamos a V.Sa. protestos de apreço e consideração.


Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilma. Sra.
CRISTINA ARCHER CAMPELLO MONTEIRO
Centro de Orientação Juvenil - Instituto Fernandes Figueira
Fundação Instituto Oswaldo Cruz - Ministério da Saúde
Rio de Janeiro

SS/lfb

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 1065 /74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1974

Da : Responsável pela Uniper
Para : Responsável del Dpto. de Documentación
Assunto: Atende solicitação de intercâmbio


Prezado Senhor,

Em atenção ao seu pedido de intercâmbio, temos o prazer de enviar algumas publicações, cuja lista segue em anexo.

Outrossim, solicitamos a V.Sa. a gentileza de acusar o recebimento, e, logo que possível, nos encaminhar algum material desse Centro, para que seja incorporado ao nosso acervo documentário.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa.

Cordiais Saudações,


Nise Maria Lessa Bezaldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilmo. Sr.
Rogelio Snaider
Resp. del Dpto. de Documentación
Centro de Investigación y Experimentación Pedagógica
Ituzaingó 1324 - esc. 606
Montevideo 84542

SS/lflb.-

- MATERIAL ENVIADO À ROGELIO SHAIKER -

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 20, n. 4, out./dez. 1972.

LOPES, Wanda Rollin Pinheiro. Diagnóstico de dificuldades na aprendizagem da leitura. Rio de Janeiro, CBPE, 1973, 54 p. ilust. (Materiais para Experimentação).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Fatores que influem no ensino da leitura e da ortografia na escola fundamental -série. Rio de Janeiro, CBPE, 1974, 128 p. ilust. (Pesquisas e Monografias, 11).

_____. Psicologia no trabalho do professor primário. Rio de Janeiro, CBPE, 1971, 38 p. (Pesquisas e monografias, 6).

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, CBPE, v. 59, n. 132, out./dez. 73.

PAIXÃO, Sêrvula de Sousa. Avaliação do rendimento escolar. Rio de Janeiro, CBPE, 1973, 45 p. (Materiais para experimentação).

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Memor. /74/CEPE/CODIE/Unipez

Rio de Janeiro, de novembro de 1974

De : Coordenadora da CODIE
À : Diretora do CEPE
Assunto: Encaminhamento de questionário

Senhora Diretora,

Tenho o prazer de encaminhar a V.Sa. o "Questionário sobre la aplicación de la Recomendación relativa a la Situación del Personal Docente (1974)", proveniente da UNESCO, respondido pelas Técnicas da Unidade Pergunta e Resposta desta Coordenação, Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães, Martha Albuquerque e Silvia Maria Gallias Saavedra.

Na oportunidade, reiteramos a V.Sa. protestos de distinta consideração e apreço.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

MATERIAL ENVIADO COM O QUESTIONÁRIO DA UNESCO ("QUESTIONARIO SOBRE LA APLICACIÓN DE RECOMENDACIÓN RELATIVA A LA SITUACIÓN DEL PERSONAL DOCENTE") - 1974

ANEXOS AO QUESTIONÁRIO (material complementar e elucidativo às respostas dadas)

- ANEXO nº 1 - "Ensino de 1º e 2º graus" (em português, inglês e francês) MEC- Departamento de Apoio/Diretoria de Documentação e Divulgação -
- ANEXO nº 2 - "Pesquisas do INEP" (listagem fornecida pelo Serviço de Cadastro da CODIE).
- ANEXO nº 3 - "pesquisas realizadas por Instituições de Ensino" (listagem fornecida pelo Serviço de Cadastro da CODIE).
- ANEXO nº 4 - Decreto n. 65.239, de 26-9-69 (Criação do SATE).
- ANEXO nº 5 - Decreto n. 70.185, de 23-2-72 (PRONTEL)
- ANEXO nº 6 - Teleducação no Brasil - um documentário
- ANEXO nº 7 - "Pessoal Docente e não docente" in: Sinopse Estatística do Ensino Primário - 72 - (xerox).

Cuestionario sobre la aplicación de la
Recomendación relativa a la Situación del Personal Docente (1974)

Parte A - Cuestiones generales

Se invita a los Estados Miembros a presentar informaciones sobre los principales cambios que se han producido desde 1969 en derecho y de hecho en lo que respecta a la situación del personal docente y, en particular, a las disposiciones fundamentales de la Recomendación relativas a las esferas siguientes:

- a) Preparación para la profesión docente (Recomendación, sección V)
- b) Perfeccionamiento del personal docente (Recomendación, sección VI)
- c) Contratación y carrera profesional (Recomendación, sección VII)
- d) Derechos y obligaciones del personal docente (Recomendación, sección VIII)
- e) Condiciones necesarias para una enseñanza eficaz (Recomendación, sección IX)
- f) Remuneración del personal docente (Recomendación, sección X)
- g) Seguridad social (Recomendación, sección XI)
- h) Escasez de personal docente (Recomendación, sección XII).

Se invita a los Estados Miembros que no han respondido al cuestionario enviado en 1968¹⁾ a presentar informaciones acerca de los cambios sobrevenidos en la situación del personal docente desde 1966 en lo que respecta a las principales disposiciones de la Recomendación. Se ruega a todos los Estados Miembros que se sirvan comunicar a la Secretaría todos los documentos legislativos y reglamentarios que estén en relación con tales cambios en la situación del personal docente durante los cinco últimos años.

N.B. De conformidad con el artículo 2 de la Recomendación las cuestiones que se tratan a continuación se refieren al personal docente de los establecimientos públicos y privados.

I. Formación del personal docente del primer grado (X)

El propósito de esta sección del cuestionario es obtener informaciones sobre el nivel y el contenido de la formación del personal docente del primer grado, el nivel de los establecimientos en que ese personal recibe su formación y las vías y los medios de que dispone para realizar su promoción profesional y social.

El cuestionario STE/Q/734, distribuido a los Estados Miembros por la Oficina de Estadísticas de la Unesco en noviembre de 1973 (ejemplar adjunto), debe permitirles reunir ciertos datos necesarios para la encuesta actual. Se recomienda a los Estados Miembros que, en su respuesta a la presente encuesta, se refieran a ese cuestionario estadístico.

- 1) Se trata de los Estados Miembros siguientes: Afganistán, Albania, Arabia Saudita, Argelia, Barbados, Camboya, Canadá, República de Corea, Costa de Marfil, Cuba, Chad, El Salvador, Etiopía, Gabón, Guinea, Haití, Honduras, Indonesia, Irán, Irlanda, Islandia, Jamaica, Kenia, Lesotho, Libia, Madagascar, Malawi, Malí, Malta, Mauritania, México, Mongolia, Nepal, Nicaragua, Níger, Nueva Zelandia, Países Bajos, Pakistán, Perú, Portugal, Rwanda, Senegal, Somalia, Tanzania, Trinidad y Tabago, Uganda, Yemen, Yemen del Sur, Zambia.

1. Condiciones que se deben cumplir para la admisión a la preparación del personal docente del primer grado¹⁾

respondida

	Educación ²⁾ secundaria no terminada	Educación secundaria terminada	Otras condiciones, por ejemplo, cualidades personales (examen de ingreso, reuniones, etc.)
Todos los candidatos			
Candidatos para las clases menos elevadas (por ejemplo, 1-4)			
Candidatos para las clases superiores (por ejemplo, 5-8)			

- 1) La enseñanza del primer grado tiene como función principal impartir los primeros elementos de la instrucción.
- 2) La enseñanza del segundo grado implica por lo menos cuatro años de estudios previos en el primer grado y da una formación general o especializada, o ambas.

2. Nivel y duración de la preparación del personal docente del primer grado

	Conjunto de la preparación al nivel secundario (años)	Parte de la preparación al nivel postsecundario (años de estudios postsecundarios)	Conjunto de la preparación al nivel postsecundario (años)	Preparación recibida en la Universidad (años de estudios universitarios)
Todo el personal docente del primer grado				
Personal docente para las clases menos elevadas				
Personal docente para las clases superiores				

3. Contenido de la preparación del personal docente del primer grado

resp

(Porcentaje de la duración total del programa de la preparación)

	Educación general %	Materias especializadas ¹⁾ %	Estudios pedagógicos %	Práctica de enseñanza %	Total años %
Todo el personal docente de las escuelas primarias					
Personal docente para las clases menos elevadas					
Personal docente para las clases superiores					

1) Asignaturas en que el interesado habrá de ejercer su enseñanza, por ejemplo, matemáticas, historia, etc.

4. Porcentaje de los efectivos de personal docente del primer grado formados en los grados segundo y tercero¹⁾

não

	Diplomas (certificados) en el segundo grado % del total	Diplomas (certificados) en el tercer grado % del total
Todo el personal docente del primer grado		
Personal docente para las clases menos elevadas		
Personal docente para las clases superiores		

1) La enseñanza del tercer grado exige como condición mínima de admisión haber seguido con éxito una enseñanza completa del segundo grado o dar pruebas de la posesión de conocimientos equivalentes.

5. Profesores de las instituciones de preparación de personal docente del primer grado

resp.

	En las materias especializadas	En las materias pedagógicas
a) ¿Se les exige que posean diplomas del tercer grado?	Sí/No	Sí/No
b) ¿Qué proporción del total poseen tales diplomas?	%	%
c) Otras calificaciones exigidas, además de diplomas académicos, para enseñar en las instituciones de preparación de personal docente del primer grado (por ejemplo, experiencia en materia de enseñanza, investigaciones, etc.)		

6. Actividades de investigación en las instituciones de preparación de personal docente del primer grado

resp.

	Materias especializadas	Materias pedagógicas	En la mayor parte de las instituciones	En algunas instituciones
a) ¿Se hacen trabajos de investigación?				
b) ¿Participan los estudiantes en esos trabajos?				
c) ¿Se ponen a disposición de los maestros los resultados de las investigaciones?				

7. Perfeccionamiento del personal docente del primer grado durante el ejercicio de su función

mas

Participación del personal docente del primer grado en los programas en 1972-1973

Total para todos los programas		Duración de los programas 1)					
		1 semana - 2 meses		2 - 6 meses		Más de 6 meses 2)	
HM (X)	M (X)	HM	M	HM	M	HM	M

1) Si los datos no pueden suministrarse según las categorías especificadas en este cuadro, sírvase indicar claramente la duración de los cursos a que se refiere su información.

resp

2) Sírvanse especificar en una nota la naturaleza de todo curso cuya duración exceda de seis meses.

X) Hombres y mujeres; mujeres.

a) ¿Existe una política determinada destinada a ayudar al personal docente subcalificado del primer grado a completar sus calificaciones?

resp

En caso afirmativo, indíquense sus principales características.

b) ¿Qué medidas se han adoptado para alcanzar este objetivo y quién las ha adoptado?

resp

c) Indíquese el número de educadores del primer grado -hombres y mujeres por separado- que han terminado su calificación en 1972-1973 merced a un programa de perfeccionamiento.

resp

d) ¿Cuáles son las facilidades ofrecidas al personal docente del primer grado que le permitan ampliar su campo de actividad, mejorar su calificación u obtener un ascenso? (Cursos gratuitos, licencias gratuitas o pagadas de estudios, etc.)

resp

e) Indíquese el número de educadores, hombres o mujeres, del primer grado en ejercicio de sus funciones que han obtenido en 1972-1973, merced a los programas de perfeccionamiento: i) calificaciones más elevadas; ii) un ascenso.

resp

f) Sírvanse describir las medidas aplicadas en su país a partir de 1969 en el plano nacional con miras a permitir al personal docente del primer grado mantenerse al corriente de los progresos efectuados en su disciplina y en su campo de enseñanza, tanto respecto del contenido como en cuanto a los métodos.

resp

g) ¿Comprenden esas medidas la instrucción del personal docente en utilización de las nuevas técnicas de enseñanza y de los medios modernos de información?

não

8. Relaciones entre el personal docente del primer grado y otras ramas del servicio de enseñanza

a) ¿Qué clase de cooperación, en caso de que exista, se ha establecido entre las instituciones de formación de personal docente del primer grado y las instituciones encargadas de la preparación de personal docente de otras categorías (enseñanza secundaria, técnica, inspectores, especialistas de alfabetización, programas escolares, educación de adultos)?

não

b) ¿Está basada esta cooperación en iniciativas de las autoridades escolares, de las organizaciones de personal docente, de profesores individuales?

não

c) ¿Existe una cooperación entre el personal docente del primer grado y otros miembros de ese personal a nivel de las escuelas, de las localidades, de las regiones? Dense ejemplos.

não

- d) Si hay asociaciones distintas para el personal docente del primer grado y del secundario, ¿existe una cooperación entre ellas en lo que respecta a cuestiones profesionales?

no

II. Preparación pedagógica del personal docente de las escuelas secundarias

datilopajada (minuta)

El propósito de esta parte del cuestionario es obtener informaciones sobre la calidad y el contenido de la preparación pedagógica del personal docente de las escuelas secundarias, tanto en la fase de la formación previa como durante el perfeccionamiento en el ejercicio de su función, así como sobre las facilidades ofrecidas al personal docente de las escuelas secundarias a fin de permitirle adquirir nuevas experiencias pedagógicas.

resp

1. Sírvanse indicar la duración de la preparación pedagógica de diferentes categorías de profesores de la enseñanza secundaria.

	Duración de la preparación del maestro		
	Preparación pedagógica (profesional) incluida (años)	Incluida la preparación pedagógica ¹⁾ (teórica y práctica) (meses)	Práctica de enseñanza (meses)
Personal docente para escuelas secundarias generales:			
a) Para las clases menos elevadas			
b) Para las clases superiores			
Personal docente para escuelas técnicas secundarias:			
a) Para las clases menos elevadas			
b) Para las clases superiores			

resp

- 1) En el caso en que estén integradas en el mismo curso materias especializadas y preparación pedagógica, sírvanse dar una estimación de la proporción de la duración total reservada a la preparación pedagógica.

2. Sírvanse señalar con una cruz si el contenido de la mayor parte de los cursos pedagógicos para el personal docente de escuelas secundarias abarca las materias siguientes:

Historia de la educación	Educación comparada	Filosofía de la educación	Psicología de la educación	Métodos y técnicas de la educación incluida la tecnología educativa	Sírvanse especificar si están incluidas otras materias (ciencias de la comunicación, economía de educación, administración escolar, etc.)
<i>Si</i>	<i>Si</i>	<i>Si</i>	<i>Si</i>	<i>Si</i>	<i>Si</i>

3. Sírvanse indicar la duración media de las experiencias prácticas de que van acompañados esos cursos.

Personal de las instituciones de formación de personal docente para profesores de enseñanza secundaria

4. ¿Cuáles son las calificaciones académicas y la experiencia requeridas para los profesores de materias pedagógicas? *resp*
5. ¿Participan los profesores de las instituciones de formación de personal docente en la organización y la supervisión de la práctica de enseñanza de sus alumnos? En caso afirmativo, sírvanse indicar de qué modo. *resp*
6. Estudios e investigaciones pedagógicas en las instituciones de formación de personal docente de la enseñanza secundaria. *resp*

- a) ¿Se llevan a cabo estudios e investigaciones pedagógicos?
- b) ¿Participan en ellos los estudiantes?
- c) ¿Se difunden los resultados de los estudios e investigaciones al exterior de las instituciones de formación?

En la mayor parte de las instituciones	En algunas instituciones

- 7. ¿Cuál es la proporción del número total de educadores de la enseñanza secundaria que en 1972-1973: a) no han poseído ninguna educación pedagógica; b) no han tenido una formación pedagógica completa?

- 8. ¿Cuáles son las medidas adoptadas a fin de permitir al personal docente cuya formación pedagógica es insuficiente completar o mejorar esta formación en el curso de su carrera de docencia?

- 9. Indíquese el número de educadores de la enseñanza secundaria, hombres y mujeres, que han completado su formación pedagógica en 1972-1973, merced a los programas de perfeccionamiento.

10. Perfeccionamiento pedagógico del personal docente de la enseñanza secundaria

- a) ¿Cuál es la proporción de todos los programas de perfeccionamiento para personal docente de la enseñanza secundaria dedicados a materias, métodos y técnicas pedagógicos?
- b) Sírvanse indicar los temas más frecuentes de carácter psicopedagógico, incluida la utilización de la tecnología educativa, que forman parte de los programas de perfeccionamiento para personal docente de la enseñanza secundaria.

- c) Sírvanse indicar el número de educadores de la enseñanza secundaria, hombres y mujeres, que se han beneficiado de tales programas en 1972-1973.
- d) Sírvanse indicar el tipo: i) de instituciones que organizan tales programas,
- ii) del personal encargado de la aplicación de tales (especialistas, organizadores, animadores, profesores, administradores, etc.)

III. Participación del personal docente en el desarrollo de la educación

tudo respondido

La finalidad de esta parte del cuestionario es comprobar en qué medida los educadores, tanto individualmente como por conducto de sus organizaciones, participan de modo efectivo en la elaboración de una política de educación, de nuevos programas y de material pedagógico.

1. Sírvanse indicar de qué modo puede cooperar el personal docente, por conducto de sus organizaciones, en la elaboración de planes y políticas nacionales de educación, en la renovación de la enseñanza y de la organización de la escuela. (Sírvanse poner una cruz en la columna apropiada).

	Sí	No
- Consulta al comienzo de la elaboración de los planes y de las políticas	<i>Indirectamente</i>	
- Comentarios sobre los proyectos de planes preparados por otras personas	X	
- Participación en las comisiones paritarias administración-personal docente, en los grupos de trabajo, etc.	Indirectamente	
- Esos organismos paritarios tienen el mandato de	X	
a) dar a conocer su opinión		
b) adoptar decisiones		X

Sírvanse indicar otras formas de la influencia ejercida por las organizaciones de personal docente sobre el desarrollo de la educación, por ejemplo, su participación en actividades de investigación en materia de educación.

espata n° 5

2. Si el principio de una cooperación de esta naturaleza está incorporado en reglamentos oficiales, sírvanse indicar las referencias.
3. Sírvanse describir los resultados significativos de tal cooperación durante los cinco últimos años (por ejemplo, inclusión de sugerencias particulares o de comentarios en la versión definitiva de los planes y políticas).
dar 1 ejemplo
4. Sírvanse describir cómo participa el personal docente a nivel local (escuelas individuales o grupos de escuelas), por intermedio de sus organizaciones o con carácter individual, en la elaboración y adopción de medidas tendientes a la renovación y al mejoramiento de la educación
 - a) participando en la elaboración de nuevos programas;
 - b) elaborando manuales y material pedagógico;
 - c) seleccionando y adaptando los métodos de enseñanza;
 - d) otros tipos de contribución.*CFE
CEE*
5. Sírvanse mencionar (y adjuntar si es posible) los textos oficiales, cuando existan, en que se describen los derechos de los educadores a este respecto.
6. Sírvanse dar ejemplos significativos de la acción emprendida y de los resultados obtenidos a este respecto por el personal docente y sus organizaciones.

IV. Derechos sindicales y negociación colectiva

todo respondido

El propósito de esta parte del cuestionario es obtener informaciones sobre el derecho del personal docente a formar organizaciones de su elección y de afiliarse a ellas, los procedimientos de negociación referentes a las condiciones de trabajo y de empleo, la solución de los conflictos entre el personal docente y sus empleadores, la participación de las organizaciones de educadores en esas actividades, el derecho de huelga y el ejercicio de este derecho (párrafos 82-84 de la Recomendación).

1. ¿Tiene derecho el personal docente a formar organizaciones de su elección?
¿Está sometida la formación de esas organizaciones a cualesquiera formalidades, condiciones o restricciones (por ejemplo, registro ante las autoridades competentes o aprobación por ellas)?

2. ¿Está sometido el derecho del personal docente a afiliarse a organizaciones de su elección a cualesquiera formalidades, condiciones o restricciones?
 3. ¿Son diferentes los derechos de los educadores a este respecto de los derechos de otros trabajadores? En caso afirmativo, sírvanse dar indicaciones detalladas y las razones de esta situación.
 4. Sírvanse indicar el número total de educadores (dividido por categorías: enseñanza primaria, secundaria, técnica, etc.) y el número de miembros de las organizaciones de personal docente.
 5. ¿Está sometido el derecho de las organizaciones de personal docente a afiliarse a federaciones nacionales de organizaciones de trabajadores a cualesquiera formalidades, condiciones o restricciones?
 6. Sírvanse indicar la federación o federaciones nacionales de organizaciones de trabajadores de su país a que están afiliadas las organizaciones de personal docente.
 7. ¿Está sometido el derecho de las organizaciones de personal docente a afiliarse a una federación internacional de organizaciones de educadores o a otras organizaciones internacionales de trabajadores a cualesquiera formalidades, condiciones o restricciones?
 8. Sírvanse indicar las organizaciones internacionales a que están afiliadas las organizaciones de personal docente de su país.
 9. Sírvanse describir los procedimientos de determinación de las remuneraciones y otras condiciones de empleo del personal docente e indicar si las organizaciones de educadores participan en esos procedimientos y cómo.
- ¿Hay diferencias entre los derechos del personal docente y los derechos de otros trabajadores en materia de negociación colectiva? En caso afirmativo, sírvanse indicar la naturaleza y las razones de esas diferencias.

10. Sírvanse enumerar las cuestiones tratadas dentro del marco de esos procedimientos y, si están excluidos de ellos ciertos aspectos de las condiciones de empleo, sírvanse indicar las razones de esta exclusión.
11. Sírvanse describir los procedimientos de solución de los conflictos que pueden surgir entre personal docente o sus organizaciones y empleadores o autoridades públicas respecto de las condiciones de empleo. En particular, sírvanse facilitar informaciones detalladas sobre los procedimientos de mediación o de arbitraje existentes.
12. ¿Tienen los educadores el derecho de huelga? ¿Hay cualesquiera limitaciones o restricciones de este derecho o está sometido a condiciones su ejercicio? ¿Difieren los derechos del personal docente a este respecto de los de otros trabajadores? En caso afirmativo, sírvanse dar indicaciones detalladas sobre este punto.
13. ¿Ha habido una o varias huelgas de personal docente en los últimos años? En caso afirmativo, sírvanse dar informaciones detalladas (causa de la huelga, reivindicaciones presentadas por los educadores, duración y amplitud de la interrupción del trabajo, resultados de la huelga y condiciones su solución).

V. Contratación y carrera profesional del personal docente

tudo responde

El propósito de esta parte del cuestionario es averiguar si existen, para el personal docente, salvaguardias en materia de seguridad del empleo, contratación, ascenso y disciplina, y saber en qué medida las organizaciones de educadores participan en la adopción de decisiones en esas esferas (párrafos 38-52 de la Recomendación).

1. Sírvanse indicar los criterios utilizados para la contratación del personal docente y dar precisiones, en particular, de cualquier otro criterio que el de la calificación profesional que pueda ser aplicable.
2. Sírvanse indicar los criterios y los procedimientos utilizados en lo que respecta al ascenso y a la promoción del personal docente.
3. Sírvanse indicar si existen medidas especiales respecto del personal docente femenino en materia de contratación y ascenso, especialmente con miras a eliminar la discriminación basada en el sexo.

4. Sírvanse dar cifras que muestren la distribución de los educadores por sexos a los diversos niveles de calificaciones y responsabilidad.

5. ¿Cuál es el papel que desempeñan las organizaciones de personal docente en la adopción de decisiones y políticas en materia de contratación, ascenso y promoción, normas de conducta profesional, necesidades de efectivos y mejoramiento de su calidad como educador?

6. ¿Por qué motivos puede ser despedido el personal docente? ¿Cuáles son los procedimientos aplicables en materia de despido de los educadores? ¿Cuáles son los motivos y los procedimientos de un despido sin preaviso?

7. ¿Tiene derecho el educador despedido a apelar o a ser oído, y, de ser así, cuál es el organismo ante el cual puede apelar y cómo está compuesto este organismo? Sírvanse dar informaciones detalladas sobre todas las medidas adoptadas para salvaguardar los derechos de los educadores interesados en caso de despido.

8. ¿Cuál es el papel de las organizaciones de personal docente en caso de despido? ¿En particular, tienen el derecho de representar o de defender al educador interesado? ¿Están representadas en los organismos de apelación?

9. Sírvanse indicar la medidas adoptadas para salvaguardar la seguridad en el empleo de los educadores en caso de cambios o de redistribución de personal en las instituciones de enseñanza.

10. ¿Existe un código de ética o un conjunto de reglas de conducta profesional para el personal docente? En caso afirmativo, por quién y cómo han sido establecidos?

Sírvanse indicar, en particular, el papel que han desempeñado en su preparación los educadores y sus organizaciones.

11. Si existen un código o un conjunto de reglas de esta naturaleza, ¿cuáles son los motivos que dan lugar a considerar que ha habido falta profesional y cuáles son las sanciones que pueden aplicarse en este caso? Sírvanse describir los procedimientos disciplinarios en vigor y dar detalles sobre el derecho de los educadores a ser oídos y a apelar y sobre cualquier otra garantía que se les pueda conceder.

12. Si no existe un código o un conjunto de reglas de esta naturaleza, ¿qué se entiende por "falta profesional"? ¿Por qué motivos pueden imponerse sanciones disciplinarias? Sirvanse describir los procedimientos en vigor y dar detalles sobre el derecho de los educadores a ser oídos y a apelar y sobre cualquier otra garantía que se les pueda conceder.

13. ¿Cuál es el papel de las organizaciones de personal docente en los procedimientos disciplinarios? ¿Tienen derecho a representar o defender al educador interesado? ¿Están representadas en los organismos de apelación?

VI. Seguridad social

tudo respondido

El propósito de esta parte del cuestionario es obtener informaciones detalladas sobre la protección ofrecida al personal docente en materia de seguridad social y sobre la medida en que los educadores y sus organizaciones participan en la gestión y la administración de los regímenes de seguridad social (párrafos 125-140 de la Recomendación).

1. Está protegido el personal docente contra las contingencias siguientes:
 - a) asistencia médica;
 - b) prestaciones de enfermedad;
 - c) prestaciones de desempleo;
 - d) prestaciones de vejez;
 - e) accidentes del trabajo y enfermedades profesionales;
 - f) prestaciones familiares;
 - g) prestaciones de maternidad;
 - h) prestaciones de invalidez;

1) prestaciones de sobrevivientes?

2. En cada caso, sírvanse indicar si la protección se concede dentro del marco de un régimen general de seguridad social o de un sistema especial de seguridad social que cubra un riesgo particular. Sírvanse indicar también en cada caso si el sistema está limitado al personal docente o a categorías particulares de trabajadores.

3. Sírvanse dar informaciones detalladas sobre las características siguientes de esos sistemas:

carácter voluntario u obligatorio;

cotizaciones y sistema de financiación;

emprestimo
prestaciones concedidas;

naturaleza de la administración

4. Sírvanse indicar si existen sistemas que otorguen al personal docente una protección complementaria contra los riesgos antes mencionados (además de todo sistema básico o de todo sistema general), si esos sistemas son voluntarios u obligatorios, si se aplican únicamente al personal docente o también a otros asalariados. Sírvanse dar detalles sobre las cotizaciones y las prestaciones, y sobre la naturaleza de la administración.

5. Sírvanse indicar cómo se comparan los regímenes de seguridad social para el personal docente (en lo que respecta a las cotizaciones y a las prestaciones) con aquellos de que se benefician las demás categorías de trabajadores.

6. Sírvanse describir el papel de las organizaciones de educadores en la gestión y la administración de los regímenes de seguridad social de los diferentes tipos antes mencionados.

I. Formación del personal docente del primer grado (X)

El propósito de esta sección del cuestionario es obtener informaciones sobre el nivel y el contenido de la formación del personal docente del primer grado, el nivel de los establecimientos en que ese personal recibe su formación y las vías y los medios de que dispone para realizar su promoción profesional y social.

El cuestionario STE/Q/734, distribuido a los Estados Miembros por la oficina de Estadísticas de la Unesco en noviembre de 1973 (ejemplar adjunto), debe permitirles reunir ciertos datos necesarios para la encuesta actual. Se recomienda a los Estados Miembros que, en su respuesta a la presente encuesta, se refieran a ese cuestionario estadístico.

1. Condiciones que se deben cumplir para la admisión a la preparación del personal docente del primer grado ⁽¹⁾

	Educación ⁽²⁾ secundaria no terminada	Educación secundaria terminada	Otras condiciones, por ejemplo, cualidades perso- nales (examen de ingreso, reuniones, etc.)
Todos los candidatos		+++	
Candidatos para las cla- ses menos elevadas (por ejemplo, 1-4)	+		
Candidatos para las cla- ses superiores (por ejem- plo, 5-8)	++		

(1) La enseñanza del primer grado tiene como función principal impartir los primeros elementos de la instrucción.

(2) La enseñanza del segundo grado implica por lo menos cuatro años de estudios previos en el primer grado y da una formación general o especializada, o ambas.

+ En carácter suplementar e a título precario, cuando a oferta de profesores, legalmente habilitados, não for suficiente para atender às necessidades locais de ensino, permitir-se-á a docência a pessoas que não tenham completado o curso secundário no ensino de 1º grau, até a 5ª série, mediante habilitação em exames de capacitação regulados, aos diversos sis

tenas, pelos respectivos Conselhos de Educação, após haver-se esgotado o que prescreve o Art. 77, alíneas a, b e c da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus (ANEXO nº 1).

- ++ De acordo com a resposta anterior, estendendo-se a docência da 5ª à 8ª série a candidatos habilitados em exames de suficiência, regulados pelo Conselho Federal de Educação, em instituições oficiais de ensino superior, que serão indicados pelo próprio Conselho.
- +++ O exercício do magistério primário implica em habilitação específica de 2º grau ou habilitação específica de grau superior. As únicas exceções permitidas pela Lei estão discriminadas nos dois itens anteriores.

2. Nível y duración de la preparación del personal docente del primer grado

	Conjunto de la preparación al nivel secundario (años)	Parte de la preparación al nivel postsecundario (años de estudios postsecundarios)	Conjunto de la preparación al nivel postsecundario (años)	Preparación recibida en la Universidad (años de estudios universitarios)
Todo el personal docente del primer grado	3 a 4 años	Dados não computados	-	3 a 4 años
Personal docente para las clases menos elevadas	3 a 4 años	Estudios adicionales - 720 horas = 1 año	-	-
Personal docente para las clases superiores	-	Estudios adicionales - 720 horas	-	Idoneidade 1200/1500 horas

(Dados fornecidos pelo Departamento de Ensino Fundamental - DEF, do Ministério da Educação e Cultura - MEC)

3. Contenido de la preparación del personal docente del primer grado (1)
(Porcentaje de la duración total del programa de la preparación)

	Educación general %	Materias es- pecializa- das (1) %	Estudios pe- dagógicos %	Práctica de enseñanza %	Total años %
Todo el personal docente de las escuelas primarias	-	38,16%	46,30%	15,46% de tiempo total	3 a 4 años
Personal docente para las clases menos elevadas	No mínimo 38,16% de tiempo total	13,63% 10,90% 13,63%	-	-	-
Personal docente para las clases superiores	72%	-	27,5%	-	-

(1) Asignaturas en que el interesado habrá de ejercer su enseñanza, por ejemplo, matemáticas, historia, etc.

(Datos fornecidos pelo Departamento de Ensino Fundamental - DEF, do Ministério de Educação e Cultura - MEC).

4. Porcentaje de los efectivos de personal docente del primer grado formados en los grados segundo y tercero (1)

	Diplomas (certificados) en el segundo grado % del total	Diplomas (certificados) en el tercer grado % del total
Todo el personal docente del primer grado	311.754	36.114
Personal docente para las clases menos elevadas	34.884	-
Personal docente para las clases superiores	-	4.631

(1) La enseñanza del tercer grado exige como condición mínima de admisión haber seguido con éxito una enseñanza completa del segundo grado o dar pruebas de la posesión de conocimientos equivalentes.

(Datos fornecidos pelo Departamento de Ensino Fundamental - DEF, do Ministério de Educação e Cultura - MEC).

5. Profesores de las instituciones de preparación de personal docente del primer grado

a) Se les exige que posean diplomas del tercer grado? (En las materias especializadas - en las materias pedagógicas)?

- Não, obrigatoriamente, pois a formação de professores para o 1º grau, até a 4ª série pode ser feita em habilitação específica do 2º grau, com duração correspondente a 3 anos, e até a 6ª série, com duração correspondente a 4 anos.

O currículo apresenta uma parte de educação geral, que faz parte de um núcleo comum e obrigatório em âmbito nacional, e uma de formação especial, que inclui Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Didática, incluindo Prática de Ensino.

b) Qué proporción del total poseen tales diplomas?

- Não há dados a respeito.

c) Otras calificaciones exigidas, además de diplomas académicos, para enseñar en las instituciones de preparación de personal docente del primer grado (por ejemplo, experiencia en materia de enseñanza, investigaciones, etc.).

- Veja item nº 1 (Condições que se deben cumplir para la admisión del personal docente del primer grado).

6. Actividades de investigación en las instituciones de preparación de personal docente del primer grado

	Materias especializadas	Materias pedagógicas	En la mayor parte de las instituciones	En algunas instituciones
a) Se hacen trabajos de investigación?	Sim	Sim	-	Sim
b) Participan los estudiantes en esos trabajos?	Sim	Sim	-	Sim
c) Se ponen a disposición de los maestros los resultados de las investigaciones?	Sim	Sim	-	Sim

a) Sim. Algunas Universidades, em convênio com outras instituições, as Secretarias de Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais, entre outras, realizam pesquisas sobre o ensino, visando diagnosticar certas dificuldades do sistema e oferecer subsídios para o planejamento da educação no Brasil, com vistas à correção e ao aperfeiçoamento do ensino.

À guisa de ilustração, em ANEXOS n.ºs 2 e 3, o título de algumas pesquisas publicadas e em andamento nos últimos anos.

- b) Participam, a título de treinamento.
- c) Sim. Geralmente, ao final dos trabalhos, é elaborado um relatório que é divulgado no âmbito da Instituição ou fora dela.

7. Perfeccionamiento del personal docente del primer grado durante el ejercicio de su función

Participación del personal docente del primer grado en los programas en 1972-1973⁺

Total para todos los programas		Duración de los programas (1)					
		1 semana - 2 meses		2 - 6 meses		Más de 6 meses (2)	
HM (X)	M (X)	HM	M	HM	M	HM	M
		dados não computados		dados não computados		dados não computados	

(+) Dados fornecidos pelo Departamento de Ensino Fundamental - DEF, do Ministério da Educação e Cultura - MEC.

(1) Si los datos no pueden suministrarse según las categorías especificadas en este cuadro, sírvase indicar claramente la duración de los cursos a que se refiere su información.

- Segundo a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, da Reforma do Ensino de 1.º e 2.º Graus, os cursos de aperfeiçoamento de professores se realizam entre os períodos letivos. De acordo com a nova lei, o ano e o semestre letivos independem do ano civil e têm, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo.

(2) Sírvanse especificar en una nota la naturaleza de todo curso cuya duración exceda de seis meses.

- Dados não computados. (Informação fornecida pelo Departamento de Ensino Fundamental - DEF, do Ministério da Educação e Cultura - MEC).

(X) Hombres y mujeres; mujeres.

a) Existe una política determinada destinada a ayudar al personal docente subcalificado del primer grado a completar sus calificaciones? En caso afirmativo, indíquense sus principales características.

- Sim. É preocupação do Governo aprimorar, cada vez mais, o nível da educação brasileira, com vistas ao desenvolvimento do País e à realização integral da pessoa humana.

O Plano Setorial de Educação e Cultura de 1972-74 discrimina os seguintes objetivos visando ao aperfeiçoamento e treinamento de Professores para o Ensino Fundamental e Normal:

- Dentro do triênio 72/74:

- atualização de todos os professores em exercício, no sistema, para conhecimento da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus a ser implantada;

- qualificação e/ou titulação de mais de 100.000 docentes, que representam 45% do magistério não titulado, dos antigos níveis primário e ginásial.

- Além do triênio

Até o final da década:

- qualificação e/ou titulação de 100% dos professores para as oito séries do ensino de 1º grau.

b) Qué medidas se han adoptado para alcanzar este objetivo y quién las ha adoptado?

- O Governo Federal, através de dispositivos legais, determina os recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos, como as linhas de programação a serem adotadas e as entidades responsáveis pela tarefa dentro do prazo estabelecido; atendendo às deficiências específicas dos Sistemas Estaduais de Educação.

c) Indíquese el número de educadores del primer grado - hombres y mujeres por separado - que han terminado su calificación en 1972-1973 merced a un programa de perfeccionamiento.

- Segundo o Departamento de Educação Fundamental (DEF), são os seguintes:

Mulheres: 1.061

Homens : 56

Abrangendo os anos de 72-74, a informação do Plano Setorial de Educação e Cultura do MEC, do ponto de vista geral de homens e mulheres, foi executado um programa com recursos da quota federal do salário - educação e com os recursos dos Acordos Internacionais nºs 512-L-078 e 512-L-081 em que foram atualizados ou aperfeiçoados cerca de 147.828 docentes e técnicos.

- d) Cuáles son las facilidades ofrecidas al personal docente del primer grado que le permitan ampliar su campo de actividad, mejorar su calificación u obtener un ascenso? (Cursos gratuitos, licencias gratuitas o pagadas de estudios, etc.).

- De acordo com os vários Sistemas Estaduais, os Estatutos do Magistério determinam as condições e facilidades para o aperfeiçoamento de seu pessoal. O Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, estabelece em seu Estatuto do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei Complementar nº 04, de 29 de novembro de 1973) - Art. 78, o seguinte:

"Quando convocado para cursos e estágios de aperfeiçoamento, terá direito o professor ou especialista de educação:

I - à dispensa do trabalho no horário correspondente às obrigações da convocação;

II - à percepção plena dos seus vencimentos;

III - à gratuidade do curso ou estágio;

IV - a outras vantagens, inclusive suplementação financeira se houver.

Além disso, o Art. 79 prescreve:

"Visando a favorecer ao aperfeiçoamento, especialização e atualização, o Estado deverá conceder ao pessoal do magistério bolsas para viagens de estudos, congressos, simpósios, convenções e outras atividades semelhantes.

- e) Indíquese el número de educadores, hombres o mujeres, del primer grado en ejercicio de sus funciones que han obtenido en 1972-1973, merced a los programas de perfeccionamiento: i) calificaciones más elevadas; ii) un ascenso.

- Não há dados computados a respeito.

- f) Sírvase describir las medidas aplicadas en su país a partir de 1969 en el plano nacional con miras a permitir al personal docente del

primer grado mantenerse al corriente de los progresos efectuados en su disciplina y en su campo de enseñanza, tanto respecto del contenido como en cuanto a los métodos.

- Através de publicações, Encontros, Seminários, Pesquisas, etc.

- g) Comprenden esas medidas la instrucción del personal docente en utilización de las nuevas técnicas de enseñanza y de los medios modernos de información?

- O Plano Setorial de Educação e Cultura de 72/74 inclui, como um dos projetos prioritários, na área, um sistema avançado de tecnologias educacionais (SATE), conjugando meios de comunicação e métodos de ensino baseados na utilização de rádio educativo, TV educativa, cinema programado, ensino assistido por computadores, etc. (Decreto n. 65.239, de 26 de setembro de 1969) (ANEKO n. 3).

A fim de se constituir um sistema para aplicação dessas tecnologias, foi criado o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), através do Decreto nº 70.185, de 23 de fevereiro de 1972 (ANEKO n. 4), que operará por intermédio do Plano Nacional de Tecnologias Educacionais (PLANATE), cujos objetivos específicos são, de acordo com o Plano Setorial de Educação de 75/79:

- Produzir programas educativos, a serem utilizados quer em situações escolares quer em situações extra-escolares;
- Promover a utilização e implementação de programas educativos, quer no sistema escolar, quer fora dele.
- Promover a instalação de um sistema de tráfego de programas que permita uma descentralização e veiculação efetiva de material produzido e adaptado, quer no Brasil, quer no estrangeiro.
- Preparar pessoal para o Sistema Nacional de Teleducação (SINATE).
- Prover normas e instruções para a estruturação e o funcionamento do SINATE, quer diretamente, quer através de órgãos superiores do MEC.
- Estimular pesquisas e aplicações referentes ao desenvolvimento de sistema de tecnologias de baixo custo.
- Assistir técnica e financeiramente às entidades de teleducação ou outros órgãos com atuação na área de tecnologia educacional.
- Reorganizar e otimizar centros de produção de rádio, TV e cinema educativos.

- Promover integração de projetos e atividades na área, através de informações, congressos, etc. e outras iniciativas pertinentes.

O ANEXO n. 6 contém, sob forma de documentário preparado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) um informe denominado Teleducação no Brasil.

8. Relaciones entre el personal docente del primer grado y otras ramas del servicio de enseñanza

a) Qué clase de cooperación, en caso de que exista, se ha establecido entre las instituciones de formación de personal docente del primer grado y las instituciones encargadas de la preparación de personal docente de otras categorías (enseñanza secundaria, técnica, inspectores, especialistas de alfabetización, programas escolares, educación de adultos)?

b) Está basada esta cooperación en iniciativas de las autoridades escolares, de las organizaciones de personal docente, de profesores individuales?

c) Existe una cooperación entre el personal docente del primer grado y otros miembros de ese personal a nivel de las escuelas, de las localidades, de las regiones? Dense ejemplos.

d) Si hay asociaciones distintas para el personal docente del primer grado y del secundario, existe una cooperación entre ellas en lo que respecta a cuestiones profesionales?

- Quanto à contribuição dos órgãos de classe, esta se efetua de maneira indireta, uma vez que lhes é facultado o direito de enviar sugestões de emendas às Comissões de Educação das Assembléias Legislativas Estaduais, quando da tramitação dos Projetos de Estatutos do Magistério.

Cita-se, como exemplo, a atuação dos seguintes órgãos representativos dos docentes, quando da votação do Projeto de Estatuto da Guanabara, em que se manifestaram a União de Professores da Guanabara, Associação Brasileira de Educação, Associação dos Professores de Educação Física da Guanabara, etc.

II - Preparación pedagógica del personal docente de las escuelas secundarias

El propósito de esta parte del cuestionario es obtener informaciones sobre la calidad y el contenido de la preparación pedagógica del personal docente de las escuelas secundarias, tanto en la fase de la formación previa como durante el perfeccionamiento en el ejercicio de su función, así como sobre las facilidades ofrecidas al personal docente de las escuelas secundarias a fin de permitirle adquirir nuevas experiencias pedagógicas.

I. Sírvanse indicar la duración de la preparación pedagógica de diferentes categorías de profesores de la enseñanza secundaria.

- Os professores de ensino de 2º grau deverão ter curso superior de graduação, licenciatura plena. As matérias de conteúdo serão aquelas fixadas para cada curso e as matérias pedagógicas serão as seguintes : Psicologia da Educação, Didática, Prática de Ensino das matérias que sejam objeto de habilitação profissional sob a forma de estágio supervisionado e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, *Fundamentos Sociais, Filosóficos e Filosóficos da Educação,*

Para as classes menos elevadas, isto é, para a 1ª e 2ª séries, poderão exercer o magistério os portadores de diploma de licenciatura de curta duração, mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.

A duração do curso de licenciatura plena deverá ter um mínimo de três e o máximo de sete anos letivos, com 2.200 horas-aula, e o de curta duração um mínimo de um e meio e um máximo de 4 anos letivos, com pelo menos 1.200 horas-aula.

O ensino técnico será ministrado por professores que, além dos cursos mencionados, tenham formação de disciplinas técnicas, que já vem sendo desenvolvido pelos Centros de Educação Técnica, vinculados com o CENAFOR - Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional, Fundação do MEC - Ministério da Educação e Cultura, criada em 1969, com a finalidade de coordenar os esforços de cada Centro, treinar seu pessoal docente, ministrar cursos de especialização e estabelecer intercâmbio com organismos estrangeiros e multinacionais, e pelo PREMEN - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, do MEC.

2. Sirvanse señalar con una cruz si el contenido de la mayor parte de los cursos pedagógicos para el personal docente de escuelas secundarias abarca las materias siguientes:

- História da Educação e Psicologia da Educação pertencem ao currículo do tronco comum aos cursos de Pedagogia; Educação Comparada, ao currículo específico do curso de Administração Escolar, que tem, também, as matérias do currículo de Magistério.

Disciplinas do Tronco Comum aos Cursos de Pedagogia

Filosofia, Iniciação Universitária, Sociologia Geral, Biologia, Psicologia Geral, Antropologia Cultural, Economia, Estudos de Problemas Brasileiros, História da Educação, Fundamentos Biológicos da Educação, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Estatística Aplicada à Educação, Didática, Princípios e Métodos de Administração Escolar, Metodologia do Ensino de 1º Grau, Técnicas Audiovisuais em Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Prática de Ensino de 1º Grau.

Currículo Específico do Curso de Magistério em matérias pedagógicas

Filosofia da Educação, Didática, Estrutura e Fundamento do Ensino de 2º Grau, Prática de Ensino de 2º Grau, Estudos de Problemas Brasileiros, Currículos e Programas, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau.

Especialização em Administração Escolar

(currículo do curso de Magistério em matérias pedagógicas mais as seguintes disciplinas):

Economia da Educação, Educação Comparada, Legislação do Ensino, Estágio Supervisionado de Administração Escolar.

Especialização em Orientação Educacional

(currículo do curso de Magistério em matérias pedagógicas mais as seguintes matérias):

Princípios e Métodos de Orientação Educacional; Princípios e Métodos de Orientação Escolar, Psicologia da Personalidade, Estágio Supervisionado de Orientação Educacional, Orientação Vocacional.

Especialização em Supervisão Escolar

(currículo do curso de magistério mais as seguintes disciplinas):

Princípios e métodos de Supervisão Escolar, Medidas em Educação, Legislação do Ensino, Estágio Supervisionado de Supervisão Escolar.

Há, ainda, a complementação pedagógica para aqueles que, terminando o curso, desejam as seguintes habilitações:

— Letras, Filosofia, História, Ciências Sociais, Geografia, Matemática Física, Química, Biologia, Sociologia, Desenho e Plástica, Enfermagem, Educação Musical.

— Esse curso de complementação pedagógica terá o currículo específico de cada área escolhida, com a duração mínima de 1 ano.

3. Sirvanse indicar la duración media de las experiencias prácticas de que van acompañados esos cursos.

- A duração média das experiências práticas - Prática de Ensino - varia em função do curso:

- para a habilitação de magistério em nível de 2º grau, aproximadamente, 180 horas;

- para a licenciatura em grau superior de curta duração, aproximadamente, 75 horas;

- para a licenciatura plena, em grau superior, aproximadamente 120 horas.

Com relação à Prática de Ensino, o aluno-mestre, por meio de atividades diversas e observações diretas compreenderá a estrutura, organização e funcionamento da escola de 1º e 2º graus e entrará em contato com seu futuro campo de trabalho. Deverá, ainda, aprender técnicas exploratórias que lhe permitam identificar e dimensionar os recursos comunitários, bem como estagiar em instituições que desenvolvem atividades relacionadas com sua futura habilitação.

Podará ser anterior, concomitante e posterior à Didática, embora não haja dúvida que a concomitância tem contagem sobre as outras duas, por manter praticamente indissociáveis a teoria e a prática, isto é, o que se deve fazer e o que se fez. A Prática de Ensino se realiza sob forma de estágio supervisionado, isto é, o aluno-mestre será assistido por professores especialistas designados para orientá-lo e levados a frequentes observações junto às escolas onde as experiências se realizam. As experiências são trazidas para discussão de êxitos e fracassos, transformando-se, desta forma, em contínua renovação dos padrões escolares de meio.

Esta prática deverá ser realizada nas próprias escolas da comunidade.

Personal de las instituciones de formación de personal docente para profesores de enseñanza secundaria

4. Cuáles son las calificaciones académicas y la experiencia requeridas para los profesores de materias pedagógicas?

- A formação para os professores da área de educação é feita nas Faculdades de Educação, em nível de graduação e pós-graduação. A pós-graduação, no Brasil, se encontra em plena fase de implantação e um dos seus objetivos principais é formar um corpo docente altamente qualificado, que possa atender à expansão quantitativa do ensino superior garantindo a elevação dos níveis de qualidade. Em sentido estrito, apresenta-se sob a forma de mestrado e doutorado.

Para o nível de graduação exigem-se provas classificatórias que constituem o concurso vestibular. Para o nível de pós-graduação pede-se comprovada experiência no campo da educação.

5. Participan los profesores de las instituciones de formación de personal docente en la organización y la supervisión de la práctica de enseñanza de sus alumnos? En caso afirmativo, sírvanse indicar de qué modo.

- Sim. Os professores de formação de pessoal docente, organizam e supervisionam os estágios de seus alunos, que, na parte de prática de ensino, ministram aulas em escolas selecionadas, de matéria pré-estabelecida em turma.

114

O papel especial e maior da Faculdade de Educação é de: como ensinar e treinar, como tratar e organizar o saber, para a tarefa de ensino em diferentes níveis e com diferentes objetivos. Os professores das instituições de formação de pessoal docente são envolvidos no planejamento, execução e avaliação do trabalho discente. Acompanham a Prática de Ensino, controlando a aplicação dos conhecimentos teóricos e dos adquiridos nas situações reais dos estágios onde há possibilidades e limitações e oferece real vivência do ato docente.

6. Estudios e investigaciones pedagógicas en las instituciones de formación de personal docente de la enseñanza secundaria.

Uma das funções das Universidades brasileiras é a pesquisa. A concepção do ensino superior no país se inspira no princípio de indissociação do ensino e da pesquisa. (ANEXO 3)

a) Se llevan a cabo estudios e investigaciones pedagógicos?

Na maior parte das Instituições de Formação de Pessoal Docente, encontra-se atividades de estudos e pesquisas em sua área de competência.

b) Participan en ellos los estudiantes?

Em algumas instituições os alunos participam a nível de treinamento.

c) Se difunden los resultados de los estudios e investigaciones al exterior de las instituciones de formación?

A difusão dos resultados obtidos através de pesquisas feitas em Instituições de Ensino Superior, é, ainda, muito pequena no Brasil, visto que são poucas as que publicam aqueles resultados.

O INEP, através do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, implantou um serviço de cadastro das Instituições que realizam pesquisas no Brasil, assim como o de Pesquisadores e Pesquisas em curso e realizadas nos últimos cinco anos.

Objetiva o INEP conhecer a amplitude e características da Pesquisa no Brasil, além de proporcionar dados qualitativos para a definição de uma política nesse campo.

7. Cuál es la proporción del número total de educadores de la enseñanza secundaria que en 1972-1973: a) no han poseído ninguna educación pedagógica; b) no han tenido una formación pedagógica completa?

*Dados fornecidos pelo Departamento de Ensino Médio - DEM:

*a) Professores do 2º grau que não possuem formação pedagógica (Não habilitados)

	<u>Superior</u>	<u>Colegial</u>	<u>Ginásial</u>	<u>Primário</u>
<u>masc.</u>	13.699	11.621	347	8.360
<u>fem.</u>	6.204	2.676	217	4.574
<u>total</u>	19.903	14.297	564	12.934

Professores não habilitados: 47.698

*b) Professores do 2º grau com formação pedagógica (com habilitação)

	<u>Superior</u>	<u>Normal (média)</u>
<u>masc.</u>	20.887	2.181
<u>fem.</u>	24.651	13.675
<u>total</u>	45.538	15.856

Professores habilitados: 61.394

8. Cuáles son las medidas adoptadas a fin de permitir al personal docente cuya formación pedagógica es insuficiente completar o mejorar esta formación en el curso de su carrera de docencia?

- Em face ao acelerado desenvolvimento de inovações tecnológicas e pedagógicas, o governo incluiu, no "Plano Setorial de Educação e Cultura 75/79", um subprojeto (13.3) - "Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Superior", que tem, entre outros, os objetivos de:

- "assegurar uma crescente melhoria dos padrões qualitativos de desempenho dos cursos de graduação mantidos pelas instituições de ensino superior", "promover cursos de aperfeiçoamento e especialização, abrangendo a atualização didático-pedagógica e de conteúdo" e "proporcionar treinamento sob a forma de estágios, ora em instituições que desenvolvam a pós-graduação stricto sensu, ora em outras em que esteja altamente desenvolvida a área de conhecimento em que se realizará o estágio. Esse subprojeto terá a coordenação do Departamento de Assuntos Universitários - DAV, e executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES, em conexão com o CEPES e COMCRETIDE, mediante convênio com as Instituições de Ensino Superior. A previsão de pessoal treinado em 72/74 foi de 28.000 professores, observando o projeto 4 do Plano Setorial de Educação 72/74.

9. Indíquese el número de educadores de la enseñanza secundaria, hombres y mujeres, que han completado su formación pedagógica en 1972-1973, merced a los programas de perfeccionamiento.

* Dados fornecidos pelo DEM-MEC.

<u>1972</u>	<u>1973</u>
126	621

10. Perfeccionamiento pedagógico del personal docente de la enseñanza secundaria

- a) Cuál es la proporción de todos los programas de perfeccionamiento para personal docente de la enseñanza secundaria dedicados a materias, métodos y técnicas pedagógicas?

As Universidades Brasileiras mantêm entre as suas unidades de ensino, de um modo geral, as Faculdades de Educação. Essas Faculdades têm por objetivo formar os professores para o ensino de 1º e 2º graus, podendo, também, promover cursos de pós-graduação para habilitar professores para o ensino na Universidade. Cabe, ainda, a essas Faculdades desenvolver programas para aperfeiçoar e atualizar professores.

O CENAFOR, desenvolve programas de formação, aperfeiçoamento e atualização para docentes e especialistas em educação. O CENAFOR é a instituição que executa os programas definidos pelo Departamento de Ensino Médio - DEM, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, de acordo com o Plano Setorial de Educação. Para que o CENAFOR atue em âmbito nacional, os seus programas são operacionalizados, sob a sua coordenação, pelos Centros de Educação Técnica, que atendem a todas as Unidades Federadas.

- *b) Sírvanse indicar los temas más frecuentes de carácter psicopedagógico, incluida la utilización de la tecnología educativa, que forman parte de los programas de perfeccionamiento para personal docente de la enseñanza secundaria.

Nos programas de aperfeiçoamento do pessoal docente no campo específico de 2º grau, pode-se constatar através da observação dos programas do CENAFOR, o seguinte interesse:

Na área psicopedagógica: Aprofundamento e Atualização nas áreas de Orientação Educacional, Currículo e Supervisão Pedagógica. Objetivos educacionais. Objetivos comportamentais.

Na área de tecnologia educativa: Didática; a) Técnicas de Ensino fundadas sobre os mecanismos individuais do pensamento: instrução personalizada, instrução programada, estudo para a competência, textos ativos, estudos dirigidos, etc.; b) Técnicas fundadas sobre o mecanismo de adaptação social: dinâmica de grupo e suas várias técnicas. Recursos audiovisuais, sua utilização e fundamentação psicológica e Didática.

-*c) Sirvanse indicar el número de educadores de la enseñanza secundaria, hombres y mujeres, que se han beneficiado de tales programas en 1972-1973.

Ver resposta nº 9.

-*d) Sirvanse indicar el tipo: i) de instituciones que organizan tales programas.

Vide resposta 10-a.

ii) del personal encargado de la aplicación de tales (especialistas, organizadores, animadores, profesores, administradores, etc).

Os programas de formação pedagógica, atualização e aperfeiçoamento para docentes e especialistas em educação, são aplicados por professores, supervisores pedagógicos, orientadores educacionais, planejadores educacionais e outros especialistas com formação pedagógica e com experiência no campo educacional.

* - Informações dadas pelo Departamento de Ensino Médio.

III. Participación del personal docente en el desarrollo de la educación

La finalidad de esta parte del cuestionario es comprobar en qué medida los educadores, tanto individualmente como por conducto de sus organizaciones, participan de modo efectivo en la elaboración de una política de educación, de nuevos programas y de material pedagógico.

1. Sírvanse indicar de qué modo puede cooperar el personal docente, por conducto de sus organizaciones, en la elaboración de planes y políticas nacionales de educación, en la renovación de la enseñanza y de la organización de la escuela. (Sírvanse poner una cruz en la columna apropiada).

	SÍ	No
- Consulta al comienzo de la elaboración de los planes y de las políticas	indirectamente	
- Comentarios sobre los proyectos de planes preparados por otras personas	X	
- Participación en las comisiones paritarias administración-personal docente, en los grupos de trabajo, etc.	X	
- Esos organismos paritarios tienen el mandato de		
a) dar a conocer su opinión	X	
b) adoptar decisiones		X

Sírvanse indicar otras formas de la influencia ejercida por las organizaciones de personal docente sobre el desarrollo de la educación, por ejemplo, su participación en actividades de investigación en materia de educación.

- De acordo com o capítulo II, art. 8º, item XVIII, alínea g, da Constituição da República do Brasil, promulgada em 17 de outubro de 1969, compete à União traçar, através de legislação própria, as diretrizes e bases da educação nacional.

No entanto, no que se refere ao desenvolvimento educacional, o corpo docente de 1º e 2º graus pode prestar apoio fundamental, embora indireto, através do aperfeiçoamento e treinamento de seus membros a nível das metas governamentais, assegurando a implantação profícua de novos critérios de ensino, correspondendo, assim, às necessidades da população educanda.

Há, ainda, a cooperação prestada através de representantes do corpo docente dos Estados, que, participando de Congressos, Conferências, etc., le-

vam os principais pontos da problemática educacional do sistema a que pertencem, com sugestões de medidas que possam ser tomadas a fim de reformular aqueles pontos críticos (Ex.: VII Encontro de Secretários de Educação e Representantes de Conselhos de Educação, realizado de 21 a 25-10-74, em Petrópolis - Estado do Rio de Janeiro).

O art. 5º da Lei n. 4.024, de 20-12-61, prescreve o seguinte: "São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada a representação nos Conselhos de Educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados".

2. Si el principio de una cooperación de esta naturaleza está incorporado en reglamentos oficiales, sírvanse indicar las referencias.

- Vide resposta anterior.

3. Sírvanse describir los resultados significativos de tal cooperación durante los cinco últimos años (por ejemplo, inclusión de sugerencias particulares o de comentarios en la versión definitiva de los planes y políticas).

- Não há elementos para precisar os resultados significativos durante os cinco últimos anos, mas os Seminários, Congressos, Encontros (Reitores de Universidades, Secretários de Educação, Diretores de Estabelecimentos, Professores, Orientadores Educacionais, etc.) divulgam sempre uma ampla documentação sobre o tema proposto, muitas vezes sob forma de Recomendações que serão adotadas no planejamento educacional.

4. Sírvanse describir cómo participa el personal docente a nivel local (es -cuelas individuales o grupos de escuelas), por intermedio de sus organizaciones o con carácter individual, en la elaboración y adopción de medidas tendientes a la renovación y al mejoramiento de la educación

a) participando en la elaboración de nuevos programas:

- Cabe aos professores, dentro de uma colocação geral dos currículos propostos pela administração oficial, elaborar os programas e os planos de trabalho do estabelecimento. A partir da Lei n. 4.024, de 20-12-61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o magistério brasileiro passou a usufruir de uma autonomia que tem propiciado a renovação e o aperfeiçoamento do ensino.

b) elaborando manuales y material pedagógico:

- Tendo o professor integridade moral e profissional, comprovada pelo cumprimento dos preceitos éticos especiais à carreira, poderá elaborar manuais e material pedagógico que serão analisados pelo órgão competente, para que sejam aprovados, desde que observem os padrões técnicos e pedagógicos, dentro da realidade brasileira.

c) seleccionando y adaptando los métodos de enseñanza:

- Os estabelecimentos particulares escolhem o método a adotar, desde que seja observado o mínimo estabelecido em lei. Os estabelecimentos públicos estaduais têm seu método discriminado por órgão específico das Secretarias Estaduais de Educação.

Os currículos mínimos são estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação e complementados pelos Conselhos Estaduais de Educação.

d) Otros tipos de contribución:

- Sugestões ao nível de coordenação de professores das disciplinas tomando como base os resultados obtidos e a realidade nacional, para adoção de novos métodos de trabalho, de acordo com as solicitações e as necessidades dos alunos.

5. Sírvanse mencionar (y adjuntar si es posible) los textos oficiales, cuando existan, en que se describen los derechos de los educadores a este respecto.

- Vide resposta 1 (último parágrafo).

6. Sírvanse dar ejemplos significativos de la acción emprendida y de los resultados obtenidos a este respecto por el personal docente y sus organizaciones.

- Os exemplos mais significativos resultantes da ação imediata dos educadores são as Reformas do Ensino de 1º e 2º Graus e da Reforma do Ensino Superior (Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que "fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus" e Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que "fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média").

IV. Derechos sindicales y negociación colectiva

El propósito de esta parte del cuestionario es obtener informaciones sobre el derecho del personal docente a formar organizaciones de su elección y de afiliarse a ellas, los procedimientos de negociación referentes a las condiciones de trabajo y de empleo, la solución de los conflictos entre el personal docente y sus empleadores, la participación de las organizaciones de educadores en esas actividades, el derecho de huelga y el ejercicio de este derecho (párrafos 82-84 de la Recomendación).

1. Tiene derecho el personal docente a formar organizaciones de su elección? Está sometida la formación de esas organizaciones a cualesquiera formalidades, condiciones o restricciones (por ejemplo, registro ante las autoridades competentes o aprobación por ellas)?
 - Sim, desde que a organização seja de caráter particular e se constitua em personalidade jurídica devidamente registrada em cartório, com instrumento que regule sua estrutura e funcionamento (Estatuto, Regimento, etc.).

2. Está sometido el derecho del personal docente a afiliarse a organizaciones de su elección a cualesquiera formalidades, condiciones o restricciones?
 - Não. O pessoal docente tem seus direitos e deveres fixados no regime ao qual pertence. Os professores de ensino particular, na Consolidação das Leis de Trabalho. Os professores estaduais, no Estatuto do Magistério e no Estatuto do Funcionalismo do Estado a que pertencam. Os professores públicos, federais, no Estatuto dos Funcionários Civis da União.

3. Son diferentes los derechos de los educadores a este respecto de los derechos de otros trabajadores? En caso afirmativo, sírvanse dar indicaciones detalladas y las razones de esta situación.
 - Não, quando se tratar de professores particulares regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho, que é a mesma para os demais trabalhadores de Empresas. Tanto empregado como empregador devem observar as normas estabelecidas por aquela legislação.
 - Sim, quando se tratar de professores públicos que, de acordo com o Estatuto do Magistério do Estado a que pertencam ou, no caso de Professores Públicos Federais (lecionando em Escolas vinculadas à União, como, por exemplo, o Colégio Pedro II e a Escola Técnica Federal Celso Suckow, no Rio de

Janeiro) que são regidos pelo "Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União", devem observar as normas gerais estabelecidas pela Administração a que pertençam, a todos os seus servidores.

4. Sírvanse indicar el número total de educadores (dividido por categorías : enseñanza primaria, secundaria, técnica, etc.) y el número de miembros de las organizaciones de personal docente.

- Em 1970, havia 457.406 professores primários no Brasil e 198.981 professores de nível médio (dados de 1969).

5. Está sometido el derecho de las organizaciones de personal docente a afiliarse a federaciones nacionales de organizaciones de trabajadores a cualesquiera formalidades, condiciones o restricciones?

- Não. Porque cada Organização tem seu regimento próprio. (Por exemplo, a Associação dos Comerciantes, Associação dos Industriários, Associação dos Professores de Francês, etc.). Essas Organizações, entre outras finalidades próprias, procuram congregar os trabalhadores da classe e defender seus interesses.

6. Sírvanse indicar la federación o federaciones nacionales de organizaciones de trabajadores de su país a que están afiliadas las organizaciones de personal docente.

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

7. Está sometido el derecho de las organizaciones de personal docente a afiliarse a una federación internacional de organizaciones de educadores o a otras organizaciones internacionales de trabajadores a cualesquiera formalidades, condiciones o restricciones?

- Sim. Tomamos como exemplo a Associação Brasileira de Educação - ABE, sociedade civil com finalidade de congregar educadores e pessoas interessadas no estudo e no debate dos problemas da educação e da cultura.

8. no art. 2º, parágrafo único, do Estatuto da ABE, é estabelecido o seguinte: "A ABE poderá, quando julgar conveniente, estabelecer convênios ou filiação com instituições congêneres estrangeiras, bem como fazer-se representar no exterior, em Congressos, Seminários ou Conferências".

8. Sírvanse indicar las organizaciones internacionales a que están afiliadas las organizaciones de personal docente de su país.

- Não há dados computados.

9. Sírvanse describir los procedimientos de determinación de las remuneraciones y otras condiciones de empleo del personal docente e indicar si las organizaciones de educadores participan en esos procedimientos y cómo.

- A remuneração do pessoal docente é proposta pela legislação federal ; sendo, no entanto, a educação, no Brasil, descentralizada, cabe aos Estados legislar supletivamente sobre a matéria.

O Decreto n. 66.259, de 25-2-70, fixou para os professores primários dos Estados, Municípios e Territórios, o limite mínimo de 130% do salário-mínimo regional mensal, para o regime de 22 horas e 30 minutos semanais de trabalho, quando se tratar de professor primário com curso de formação regular, e o mínimo de 75% do salário mínimo regional mensal, para o professor primário sem curso de formação regular.

Em relação ao pessoal docente de nível médio, o Decreto-lei n. 1.126, de 2-10-70, fixou seus vencimentos na área federal e o Decreto n. 67.322 , da mesma data, fixou o limite mínimo para os Estados, Territórios e Municípios das capitais: para o regime de 20 horas semanais de trabalho, o mínimo de 260% do salário-mínimo da região. Quanto ao ensino particular, adota-se o critério do salário-aula.

A remuneração do pessoal docente leva em conta também sua maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização, estabelecendo adicionais, de acordo com o grau ou importância do curso.

O ingresso no magistério público faz-se através de concurso público de provas e títulos, e no magistério privado, de acordo com o regimento do estabelecimento.

Hay diferencias entre los derechos del personal docente y los derechos de otros trabajadores en materia de negociación colectiva? En caso afirmativo, sírvanse indicar la naturaleza y las razones de esas diferencias.

- Os direitos do pessoal docente estão afetos à legislação federal e estadual, incluindo-se nela o Estatuto do Magistério.

Quanto ao pessoal docente do ensino particular, seus direitos estão garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho.

10. Sírvanse enumerar las cuestiones tratadas dentro del marco de esos procedimientos y, si están excluidos de ellos ciertos aspectos de las condiciones de empleo, sírvanse indicar las razones de esta exclusión.

- Vide resposta 9.

11. Sírvanse describir los procedimientos de solución de los conflictos que pueden surgir entre personal docente o sus organizaciones y empleadores o autoridades públicas respecto de las condiciones de empleo. En particular, sírvanse facilitar informaciones detalladas sobre los procedimientos de mediación o de arbitraje existentes.

- É assegurado ao funcionário público, incluindo-se aí o professor, o direito de requerer ou representar à autoridade competente, estendendo-se seus direitos até o de petição ao Poder Judiciário.

O professor particular apoia seus direitos na Consolidação das Leis do Trabalho, que garante que "os dissídios oriundos das relações entre empregadores e empregados regulados na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho (Art. 643).

12. Tienen los educadores el derecho de huelga? Hay cualesquiera limitaciones o restricciones de este derecho o está sometido a condiciones su ejercicio? Difieren los derechos del personal docente a este respecto de los otros trabajadores? En caso afirmativo, sírvanse dar indicaciones sobre este punto.

De acordo com a legislação brasileira, a greve não poderá ser exercida pelos funcionários e servidores da União, Estados, Territórios, Municípios e autarquias (Art. 4º da Lei n. 4330 de 1º de junho de 1964 ou seja nos serviços públicos e atividades essenciais (Art. 162 da Emenda Constitucional nº 1, de 17.10.1969).

No entanto, a outras categorias de trabalhadores é reconhecido o direito de greve (Art. 1º., da Lei n. 4330 de 1º de junho de 1964 e art. 165 da Emenda Constitucional n. 1, de 17.10.1969).

13. Ha habido una o varias huelgas de personal docente en los últimos años? En caso afirmativo, sírvanse dar informaciones detalladas (causa de la huelga, reivindicaciones presentadas por los educadores, duración y amplitud de la interrupción del trabajo, resultados de la huelga y condiciones su solución).

- Vide resposta 12.

V. Contratação e carreira profissional do pessoal docente

O propósito de esta parte do questionário é averiguar se existem, para o pessoal docente, salvaguardas em matéria de segurança do emprego, contratação, ascensão e disciplina, e saber em qué medida las organizações de educadores participam en la adopción de decisiones en esas esferas (párrafos 38-52 de la Recomendación).

1. Sirvase indicar los criterios utilizados para la contratación del personal docente y dar precisiones, en particular, de cualquier otro criterio que el de la calificación profesional que pueda ser aplicable.

- A admissão de professores no ensino oficial de 1º e 2º graus é feita mediante concurso público de provas e títulos (art. 34 da Lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971) de acordo com as instruções que foram baixadas pela Secretaria Estadual de Educação, devendo o candidato declarar no ato de inscrição a classe de professor que pretende ingressar, comprovando a respectiva habilitação específica (Art. 23 da Lei Estadual n. 7.242, de 11 de setembro de 1973, Estatuto do Magistério Público do Estado de Rio de Janeiro).

Quanto à admissão e carreira de professores no ensino privado, segundo as normas constantes obrigatoriamente nos regimentos dos estabelecimentos particulares de ensino de 1º e 2º graus e ao regime das Leis do Trabalho.

2. Sirvase indicar los criterios y los procedimientos utilizados en lo que respecta al ascenso y a la promoción del personal docente.

- A Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleceu novas diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, através do art. 36, delegou competência a cada sistema estadual de ensino para a estruturação da carreira de magistério de 1º e 2º graus, com acesso gradual e sucessivo, em função da qualificação dos elementos que a integram e a elaboração dos respectivos estatutos de magistério, regulando as disposições específicas da referida lei e complementando-as no quadro da organização própria do sistema.

Condicionou, ainda, a Lei n. 5.692 a existência de um Estatuto de magistério público para a concessão de auxílio federal nos sistemas estaduais de ensino (art. 54. Através de decreto presidencial nº 71.244, de 11 de outubro de 1972 (alterado pelo Decreto n. 71.633, de 29 de dezembro de 1972)

foram fixados os requisitos mínimos para ser julgado satisfatório para os efeitos do mencionado art. 54, qualquer estatuto do magistério. São as seguintes as disposições exigidas:

- a) Paridade de remuneração dos professores e especialistas com a fixada para outros cargos de cujos ocupantes se exija idêntico nível de formação;
- b) igual tratamento de professores e especialistas, funcionários ou contratados;
- c) não discriminação entre professores em razão de atividade, área de estudo ou disciplina que ministrem;
- d) processo de aperfeiçoamento dos professores ou especialistas e, em particular, o que envolva afastamento de pessoal do magistério para realização de cursos de especialização e atualização;
- e) fixação, pelo órgão competente do sistema estadual, do prazo máximo para início do pagamento dos avanços verticais ou horizontais resultantes de maior titulação;
- f) avanços horizontais por tempo de serviço e por atividade em locais inóspitos ou de difícil acesso, além dos previstos nas alíneas acima;
- g) normas sobre o regime jurídico e o campo de aplicação; conceitos que definam pessoal do magistério e suas atividades; direitos e vantagens especiais da carreira do magistério, incluindo promoção, acesso e regimes de trabalho; preceitos éticos especiais; deveres e proibições especiais; administração das unidades escolares.

Constitui-se em objetivo central de um dos projetos prioritários incluídos no Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/1974, do MEC, levar os Estados e o Distrito Federal a elaborarem os Estatutos do Magistério do 1º e 2º graus, tendo sido já convertidos em lei os das seguintes unidades federadas:

ALAGUAS - Lei n. 3.344, de 15 dez. 1973 - D.O. 11 jan. 1974, p. 2, c. 1;
CEARÁ - Lei n. 9.825, de 10 maio 1974; GOIÁS - Lei n. 7.750, de 20 nov. 1973.- D.O. 9 jan. 1974, p. 1, c. 1; GUANABARA - Lei n. 2.494, de 13 nov. 1974 - D.O. 18 nov. 1974, p. 18.497; MATO GROSSO - Lei n. 3.478, de 14 jan. 1974 - D.O. 23 jan. 1974, p. 1, c. 1. Retificado D.O. 28 jan. 1974, p. 1, c. 1; MINAS GERAIS - Lei n. 6.277, de 27 dez. 1973 - D.O. 28 dez. 1973, p. 5, c. 2. Retificado D.O. 10 jan. 1974, p. 5; PARÁ - Lei n. 4.502,

de 19 dez. 1973 - D.O. 4 jan. 1974, p. 2, c. 1; PARAÍBA - Lei n. 3.743, de 3 jan. 1974 - D.O. 13 jan. 1974, p. 1, c. 1; PERNAMBUCO - Lei n. 6654, de 31 dez. 1973 - D.O. jan. 1974, p. 338, c. 1; RIO DE JANEIRO - Lei n. 7.242, de 11 set. 1973. D.O. 12 set. 1973, p. 1, c. 1; RIO GRANDE DO NORTE - Lei Complementar n. 4, de 29 nov. 1973 - RIO GRANDE DO SUL - Lei n. 6.672, de 22 abr. 1974 - D.O. 22 abr. 1974, p. 1, Retificado D.O. 5 jul. 1974, p. 2.

Como exemplo, as determinações do Estatuto do Magistério de 1º e 2º graus do Estado de Minas Gerais, quanto a Promoção na Carreira (Lei estadual n. 6.277, de 27 nov. 1973):

"Art. 45 - Promoção é a forma pela qual o professor e especialista de educação progredem na carreira do magistério.

Art. 46 - A promoção na carreira se fará sob a forma de avanço horizontal, denominado progressão horizontal, ou de avanço vertical, denominado acesso.

Art. 47 - O Poder Executivo terá o prazo de 1 (um) ano para iniciar a execução do processo de promoção na carreira, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 48 - Consiste a progressão horizontal na passagem do professor ou especialista de educação de um para outro grau imediato, dentro da mesma classe, em razão de melhor qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e especialização.

Art. 49 - Os cursos e estágios mencionados no artigo anterior só terão valor, para efeito de progressão horizontal, quando instituídos ou reconhecidos pelo órgão próprio do Sistema Estadual de Ensino, com base no estabelecimento de programas que visem ao aprimoramento dos recursos humanos necessários à manutenção do ensino.

Parágrafo único - São igualmente válidos para progressão horizontal os cursos de pós-graduação e os cursos e estágios que por força de legislação federal, se considerem como de formação específica para a área de ensino relacionada com a classe de que se trata.

Art. 50 - Consideram-se, para efeito do artigo 48, as seguintes iniciativas e experiências:

I - publicação de livros e trabalhos considerados de interesse da educação e cultura;

- II - antiguidade no exercício de cargo ou função;
- III - participação em órgãos de natureza cultural e outros de natureza técnico-pedagógica, oficiais ou reconhecidos;
- IV - exercício de cargos de chefia ou direção de natureza técnico-pedagógica em órgão público do sistema educacional;
- V - participação em comissões técnicas instituídas em órgão público do sistema educacional para elaboração de trabalhos relacionados com o ensino.

Art. 51 - A progressão horizontal dependerá de processo seletivo em que se afira a melhor qualificação do professor ou especialista de educação.

Parágrafo 1º - a inscrição em cursos e estágios promovidos para o efeito de progressão horizontal dependerá também de processo seletivo.

Parágrafo 2º - O processo seletivo previsto no artigo deverá considerar todos os requisitos necessários à real comprovação da melhor qualificação do candidato.

Art. 52 - Somente poderão concorrer à progressão horizontal o professor e especialista de educação que contarem, no grau, interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício.

Parágrafo único - O Poder Executivo fixará, em relação a cada grau, o número de oportunidades à progressão horizontal e seu processamento.

Art. 53 - Acesso é a promoção do professor do cargo que ocupa para outro de nível de vencimento-base de classe superior, satisfeitas as condições de habilitação específica.

Art. 54 - As vagas que ocorrerem nas classes intermediárias e final serão providas, alternadamente, 1 (uma) por acesso e outra por concurso público.

Parágrafo 1º - Para efeito do artigo, o levantamento das vagas se fará em relação a cada área de estudo ou disciplina de um mesmo Quadro de Lotação.

Parágrafo 2º - Não havendo candidato à vaga que deva ser provida por acesso, deverá ser provida por concurso público.

Art. 55 - O provimento por acesso dependerá de seleção quando o número de candidatos for superior ao de vagas.

Parágrafo 1º - A Seleção mencionada no artigo constará de prova escrita de conhecimentos e de julgamento de títulos e, conforme o caso, de prova prática, prático-oral ou de capacidade didática.

Parágrafo 2º - No julgamento de títulos, dar-se-á valor preponderante ao exercício de magistério como atividade principal.

Art. 56 - Somente poderá concorrer ao acesso o professor que contar o interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício das atribuições específicas do cargo.

3. Sirvanse indicar si existen medidas especiales respecto del personal docente femenino en materia de contratación y ascenso, especialmente con miras a eliminar la discriminación basada en el sexo.

- Os estatutos do magistério de 1º e 2º graus não discriminam sexo em suas disposições.

4. Sirvanse dar cifras que muestren la distribución de los educadores por sexos a los diversos niveles de calificaciones y responsabilidad.

- Vide ANEXO n.7

5. Cuál es el papel que desempeñan las organizaciones de personal docente en la adopción de decisiones y políticas en materia de contratación, ascenso y promoción, normas de conducta profesional, necesidades de efectivos y mejoramiento de su calidad como educador?

- Estabelece a Consolidação das Leis de Trabalho como prerrogativas dos sindicatos:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

b) celebrar contratos coletivos de trabalho;

c) ...

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.

6. Por qué motivos puede ser despedido el personal docente? Cuáles son los procedimientos aplicables en materia de despido de los educadores? Cuáles son los motivos y los procedimientos de un despido sin preaviso?

- Quando se tratar do magistério público do primeiro e segundo graus a aplicação da pena de demissão ou dispensa é prevista nos Estatutos, ocorrendo nos seguintes casos:

I - Falta, quando de natureza grave, se comprovada a má fé relacionada ao que é vedado aos membros do magistério, como:

- referir-se de modo depreciativo às autoridades constituídas e a atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los de ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, com ânimo construtivo;

- promover manifestações de apreço ou desapreço, dentro do estabelecimento ou repartição, e fazer circular ou subscrever listas de donativos;

- utilizar ou anunciar credenciais de que não seja portador;

- participar de atividades que estejam em desacordo com os dispositivos legais em vigor e as normas éticas do magistério;

- exceder-se na aplicação dos meios disciplinares de sua competência;

- comparecer com os educandos a manifestações de qualquer natureza sem prévia anuência da autoridade superior, ou incentivá-los no mesmo sentido.

II - Ausência ao serviço, sem causa justificada, por mais de 60 (sessenta) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

III - Abandono do cargo ou função.

IV - Incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos, embriaguez habitual ou uso e transporte de tóxicos e de entorpecentes.

V - Procedimento irregular incompatível com o decoro e com a dignidade do magistério.

VI - Lesão aos cofres públicos e dissipação de patrimônio estadual.

VII - Aplicação irregular dos dinheiros públicos.

VIII - insubordinação grave em serviço.

IX - Ofensa física em serviço, contra colega ou particular, salvo em legítima defesa.

X - Condenação em processo criminal, com pena acessória de perda da função pública, após trânsito em julgado.

XI - Outros crimes contra a Administração Pública e de falsidade ideológica e documental.

Em relação aos professores nos estabelecimentos particulares de ensino de 1º e 2º graus a dispensa por justa causa é prevista na Consolidação das Leis do Trabalho para qualquer tipo de empregado, nos seguintes casos:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra e boa ^{fama} ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.

Constitui, igualmente, justa causa para dispensa de empregado, a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

Estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho que a falta de aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo de aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.

Cita-se, como exemplo, a atuação dos seguintes órgãos representativos dos docentes, quando da votação do Projeto de Estatuto do Magistério da Guanabara, em que se manifestaram a União de Professores da Guanabara, Associação Brasileira de Educação, Associação dos Professores de Educação Física da Guanabara, etc.

Ilustramos, ainda, com os dispositivos do Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º Graus do Estado de Goiás (Lei n. 7.750, de 20 de novembro de 1973):

"O ocupante de cargo do Magistério terá o compromisso permanente de considerar a relevância social de suas atribuições, cabendo-lhe a todo tempo manter conduta moral, funcional e profissional adequadas à dignidade do magistério, devendo portanto:

- a) respeitar a lei;
- b) comparecer pontualmente ao estabelecimento de ensino no horário regular de trabalho e, quando convocado, ao extraordinário, executando serviços que lhe competirem por determinação legal ou regulamentar;
- c) cumprir as ordens de superiores;
- d) guardar sigilo sobre os assuntos da escola;
- e) desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem atribuídos;
- f) manter, com os colegas, um sistema de cooperação e solidariedade;
- g) empenhar-se pela educação integral dos seus alunos;
- h) zelar pela economia de material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda e uso;
- i) tratar com urbanidade as partes atendendo-as sem preferência;
- j) frequentar, quando designado, cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento;
- l) usar processos de ensino que correspondam ao conceito atual de educação e aprendizagem;
- m) apresentar-se decentemente trajado em serviço;
- n) comparecer às comemorações cívicas e participar ativamente das atividades extra-curriculares;
- o) inculcar nos alunos, pelo exemplo, o espírito de solidariedade humana

7. Tiene derecho el educador despedido a apelar o a ser oído, y, de ser así, cuál es el organismo ante el cual puede apelar y cómo está compuesto este organismo? Sirvanse dar informaciones detalladas sobre todas las medidas adoptadas para salvaguardar los derechos de los educadores interesados en caso de despido.

- Aos professores regidos pela legislação trabalhista é assegurado o direito de reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar suas reclamações até o final. Determina, ainda, a legislação em vigor quando se tratar dos dissídios individuais os empregados poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitado ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

A Justiça do Trabalho é composta pelos seguintes órgãos:

- a) o Tribunal Superior do Trabalho;
- b) os Tribunais Regionais do Trabalho;
- c) as Juntas de Conciliação e Julgamento ou os Juizes de Direito.

8. Cuál es el papel de las organizaciones de personal docente en caso de despido? En particular, tienen el derecho de representar o de defender al educador interesado? Están representadas en los organismos de apelación?

- Os órgãos de classe assim efetuam sua ação na Justiça do Trabalho:

- nas Juntas de Conciliação e Julgamento através dos vogais, sendo um representante dos empregados e outro dos empregadores escolhidos dentre os nomes encaminhados pelas associações sindicais de primeiro grau ao Presidente do Tribunal Regional;
- nos Tribunais Regionais do Trabalho, pelos juizes classistas representantes dos empregadores e empregados escolhidos dentre os nomes encaminhados pelas associações sindicais de grau superior ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho;
- no Tribunal Superior do Trabalho pelos juizes classistas, em representação paritária dos empregadores e empregados nomeados pelo Presidente da República.

Para nomeação dos juizes classistas, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho convoca as associações sindicais de grau superior, para que cada uma, mediante maioria de votos do respectivo conselho de representantes, organize uma lista de três nomes, que será encaminhada, por intermédio do qual Tribunal, ao Ministro da Justiça.

9. .Sirvanse indicar las medidas adoptadas para salvaguardar la seguridad en el empleo de los educadores en caso de cambios o de redistribución de personal en las instituciones de enseñanza.

- A movimentação do pessoal de Magistério Público é feita por transferência e remoção.

Definem os Estatutos como transferência a movimentação do professor de um para outro cargo vago de mesma denominação, lotado em unidade diferente. E como remoção a movimentação do professor com o respectivo cargo, de uma para outra unidade de ensino, sem que se modifique sua situação funcional.

As duas formas acima citadas se fazem:

I - a pedido

II - por permuta

III - "ex officio", no interesse exclusivo do Sistema de Ensino.

Em relação ao magistério particular, determina a legislação trabalhista que ao empregador é vedado transferir o empregado sem a sua anuência, pa-
ra localidade diversa da que resultou do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio. No entanto, ressalva que em caso de necessidade de serviço, o em
pregador poderá transferir o empregado para a localidade diversa da que resultar do contrato, ficando porém obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

10. Existe un código de ética o un conjunto de reglas de conducta profesio-
nal para el personal docente? En caso afirmativo, por quién y cómo han
sido establecidos?

- Sim. Os preceitos éticos especiais para o magistério de 1º e 2º graus se encontram firmados nos Estatutos do Magistério, cuja elaboração, em atendimento ao estabelecido pela lei federal, contou com a participação de elementos das Secretarias de Educação, Planejamento e Administração e dos Conselhos Estaduais de Educação.

Quanto à contribuição dos órgãos de classe, esta se efetua de maneira in
direta, uma vez que lhes é facilitado o direito de enviar sugestões de emendas às Comissões de Educação das Assembléias Legislativas Estaduais, quando da tramitação dos Projetos de Estatutos do Magistério.

- , de justiça e cooperação, o respeito às autoridades constituídas e/ou à Pátria;
- p) sugerir providências que visem à melhoria ou ao aperfeiçoamento do sistema de ensino;
- q) apresentar os relatórios de suas atividades dentro dos prazos previstos em leis, regulamentos ou regimentos;
- r) proceder, na vida pública e privada, de forma a dignificar sempre a função pública;
- s) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função;
- t) atender prontamente às requisições de documentos, informações e providências que lhe forem solicitadas pelas autoridades judiciárias, para defesa, em juízo, do Estado e do ocupante de cargo do Magistério."

11. Si existen un código o un conjunto de reglas de esta naturaleza, cuáles son los motivos que dan lugar a considerar que ha habido falta profesional y cuáles son las sanciones que pueden aplicarse en este caso? Sirvanse describir los procedimientos disciplinarios en vigor y dar detalles sobre el derecho de los educadores a ser oídos y a apelar y sobre cualquier otra garantía que se les pueda conceder.

- Determinem os Estatutos do Magistério que, na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o ensino e para o serviço público. São penas disciplinares:

- a de advertência aplicada verbalmente;
- a de repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta ao cumprimento dos deveres, ou reincidência em falta que tenha resultado em pena de advertência;
- a de suspensão, que não excederá de noventa dias, aplicada em caso de falta grave, de infração às proibições e de reincidência em falta de que tenha resultado em pena de repreensão.
- a de destituição de função, aplicada em caso de falta de exatidão no cumprimento do dever, de benevolência ou negligência contributivas para a falta de apuração, no devido tempo, de infração perpetrado por outrem;

- a demissão, aplicada entre outros casos no de transgressão às proibições.

A aplicação das penas de suspensão ou de demissão dependerá de processo administrativo.

A prerrogativa de defesa quando da aplicação das penas disciplinares é concedida aos membros do magistério, bem como o direito de revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar, quando se aduzem fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

12. Si no existe un código o un conjunto de reglas de esta naturaleza, qué se entiende por "falta profesional"? Por qué motivos pueden imponerse sanciones disciplinarias? Sirvanse describir los procedimientos en vigor y dar detalles sobre el derecho de los educadores a ser oídos y a apelar sobre cualquier otra garantía que se les pueda conceder.

- Prejudicada.

- 13.Cuál es el papel de las organizaciones de personal docente en los procedimientos disciplinarios? Tienen derecho a representar o defender al educador interesado? Están representadas en los organismos de apelación?

- Ver resposta item 8.

VI - Seguridade social

El propósito de esta parte del cuestionario es obtener informaciones detalladas sobre la protección ofrecida al personal docente en materia de seguridade social y sobre la medida en que los educadores y sus organizaciones participan en la gestión y la administración de los regímenes de seguridade social (párrafos 125-140 de la Recomendación).

1. Está protegido el personal docente contra las contingencias siguientes:

a) assistencia médica

Sim. Aos professores públicos do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais, é assegurada assistência médica, dentária e hospitalar, sanatório e creches (Lei n. 1711, de 28 de outubro de 1952, art. 161).

Aos professores de estabelecimentos particulares, é assegurada assistência médica, dentária e hospitalar, através do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS (Decreto-Lei n. 5452, de 1 de maio de 1943, art. 317).

Aos professores públicos da Administração Estadual, é aplicado o processo de concessão dos benefícios e serviços, que obedece às normas estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de cada Estado.

b) prestaciones de enfermedad

Sim. Os professores públicos federais têm seus direitos a esse respeito, estabelecidos pelos arts. 97 a 105 e 143, da Lei 1711, de 28-10-52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), garantindo benefícios tais como licenças, auxílio-doença, etc.

A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, garante, no art. 169, do Decreto-Lei n. 5452, de 1-5-43, a assistência aos trabalhadores do setor privado, inclusive professores, em caso de doença. Na administração estadual, o Estatuto do Magistério de cada sistema prevê os benefícios conferidos aos professores públicos estaduais.

c) prestaciones de desempleo

Foi estabelecido em regulamento, um plano de assistência aos trabalhadores que, após 120 dias consecutivos de serviço, se encontrem desempregados sem justa causa ou por fechamento total ou parcial da empresa, benefício também aplicado aos professores dos estabelecimentos particulares de ensino, regidos pela CLT. Essa assistência será prestada pelas Delegacias Regionais do Trabalho e consistirá em 80% do salário mínimo local, até o prazo máximo de 6 meses (Lei n. 4923, de 23 de dezembro de 1965, art. 5º, parágrafos 1º a 5º).

Os professores públicos da União poderão ficar em disponibilidade com provento igual ao vencimento ou remuneração, até seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de natureza e vencimento compatível com o que ocupava, podendo também, advir a aposentadoria.

d) prestaciones de vejez

Os professores públicos da União têm garantida a aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade, com proventos relativos ao tempo de serviço.

A Lei n. 5559, de 11-12-68, em seu art. 2º assegura aos professores regidos pela CLT, a aposentadoria aos 65 anos, para o sexo masculino e aos 60 anos, para o sexo feminino.

e) accidentes del trabajo y enfermedades profesionales

Sim. Os arts. 105 e 144, da Lei, n. 1711., de 28-10-52, garantem aos Funcionários Públicos Cíveis da União (em que estão incluídos os professores públicos federais), o apoio necessário em caso de acidentes de serviço ou doenças profissionais.

O Estatuto do Magistério dos Estados estabelece, também, as normas vigentes nesses casos, para os professores públicos estaduais.

Os professores particulares são amparados pela CLT, cabendo ao Instituto de Previdência Social o encargo da assistência médica e financeira.

f) prestaciones familiares

Sim. Todos os professores recebem salário-família, de acordo com o estabelecido em lei e relativo ao salário mínimo vigente na região, correspondente ao número de dependentes, os quais, terão, também, assistência médica, dentária, hospitalar, sanatórios e creches.

g) prestaciones de maternidad

Sim. Há auxílio-maternidade para os professores particulares (Lei n. 5452, de 1-5-43, arts. 391 a 394), para os professores públicos, da União (Lei n. 1711, de 28-10-52, art. 107) e para os professores estaduais, fixadas as normas nos Estatutos de cada Administração.

h) prestaciones de invalidez

Sim. Os professores particulares são amparados pelo INPS, e na legislação do Serviço Público Federal ou Estadual, os professores públicos de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e nos Estatutos do Magistério dos Estados.

1) prestaciones de sobrevivientes?

Sim, se o falecimento for em consequência de acidente no desempenho de suas funções, o professor público federal deixará assegurada para sua família, uma pensão na base do vencimento ou remuneração (Lei n. 1711, de 28-10-52, art. 242).

Aos professores particulares é assegurado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que em caso de morte é pago aos dependentes habilitados perante a Previdência Social (Lei n. 5.107, de 13-9-66, art. 9º e Decreto n. 59.820, de 20-12-66, art. 29).

2. En cada caso, sírvanse indicar si la protección se concede dentro del marco de un régimen general de seguridad social o de un sistema especial de seguridad social que cubra un riesgo particular. Sírvanse indicar también en cada caso si el sistema está limitado al personal docente o a categorías particulares de trabajadores.

Vide resposta (1)

3. Sírvanse dar informaciones detalladas sobre las características siguientes de esos sistemas:

a) carácter voluntario u obligatorio

Para os professores públicos federais, de acordo com a Lei n. 3373, de 12-3-58, o seguro é de caráter obrigatório, havendo, porém, companhias que fazem um seguro especialmente para os funcionários públicos, os quais poderão participar voluntariamente. Para os professores públicos estaduais, de acordo com o que prevê o Estatuto de cada Estado.

b) cotizaciones y sistema de financiación

Na administração pública, quando se trata de seguro obrigatório, há o desconto percentual de acordo com a remuneração do segurado. Na administração particular, o pagamento é feito conforme o que foi combinado entre empresa e empregado.

c) prestaciones concedidas

Na área Federal, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASE, é o órgão que realiza empréstimos e outras aplicações, dependentes de aprovação do Governo (art. 11, da Lei n. 3373, de 12-3-58).

Na área estadual, os Instituto de Previdência dos Estados, como, por exemplo o IPEG - Instituto de Previdência do Estado da Guanabara, e em maior abrangência (incluindo assistência médica, odontológica, etc), o IASEG - Instituto de Assistência aos Servidores do Estado da Guanabara.

Na área particular, o INPS - Instituto Nacional de Previdência Social.

d) naturaleza de la administración

Administração Federal, Administração Estadual e Administração Privada, a quem pertencem respectivamente, os professores públicos federais, os professores públicos estaduais e os professores particulares.

4. Sírvanse indicar si existen sistemas que otorguen al personal docente una protección complementaria contra los riesgos antes mencionados (además de todo sistema básico o de todo sistema general), si esos sistemas son voluntarios u obligatorios, si se aplican únicamente al personal docente o también a otros asalariados, Sírvanse dar detalles sobre las cotizaciones y las prestaciones, y sobre la naturaleza de la administración.

Além das formas mencionadas de seguro, qualquer profissional pode assegurar-se em caráter pessoal, em empresas especializadas no assunto. As cotas de prestações são estipuladas pelas mesmas.

5. Sirvanse indicar cómo se comparan los regímenes de seguridad social para el personal docente (en lo que respecta a las cotizaciones y a las prestaciones) con aquellos de que se benefician las demás categorías de trabajadores.

Há uma medida geral, de acordo com a qual todos os trabalhadores, quer no âmbito particular como no público, descontam uma percentagem sobre o seu salário, observadas as normas do Instituto Previdenciário a que pertencem.

6. Sirvanse describir el papel de las organizaciones de educadores en la gestión y la administración de los regímenes de seguridad social de los diferentes tipos antes mencionados.

As associações são lícitas para fins de estudo, defesa e coordenação dos interesses económicos ou profissionais da classe, além de congregar os que militam na área.

MEC/INEP/CBPE/Uniper/NBM/MA/SMS/mgc/lflb.

Em 26/11/1974.

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA COM AS QUAIS O INEP MANTÉM INTERCÂMBIO, SEGUNDO O ACORDO DURANTE O 2º SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DOS CENTROS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, REALIZADO EM ÁGUAS DE SÃO PEDRO- SÃO PAULO - DE 7 A 11 DE MAIO DE 1973.

1. CEE - Centro de Estudios Educativos
Mexico
2. CICE - Centro de Investigaciones en Ciencias de la Educación
Argentina
3. CIDE - Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación
Chile
4. CIE - Centro de Investigaciones Educativas
Argentina
5. DIE - Departamento de Investigaciones Educativas - Dirección de Planeamiento - Ministerio de Educación
Venezuela
6. ICOLPE- Instituto Colombiano de Pedagogia
Colombia
7. INIDE- Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo de la Educación
Peru
8. PIIE - Programa Interdisciplinario de Investigaciones en Educación - Universidad Católica de Chile
Chile

ÓRGÃOS, INSTITUIÇÕES E ENTIDADES, ESTRANGEIRAS E INTERNACIONAIS, COM OS QUAIS MANTIVEMOS CONTATO EM 1974.

1. Consejo Nacional de Educación - Uruguai
2. Dirección General de Investigaciones Educativas (Depto. de Tecnologia Educativa) - Argentina
3. Tel Aviv University (Depto. of Psychology) - Israel
4. Universidad del Norte (Centro de Pedagogia Universitaria) - Chile
5. Universidad Central de Venezuela (Facultad de Arquitectetura y Urbanismo) - Venezuela
6. Asociación de Bibliotecarios Graduados de la Republica Argentina - Argentina
7. Universidad Boricua - Estados Unidos
8. Student Letter Exchange - Estados Unidos
9. Bureau of Educational Research - University of Nairobo - Kenya
10. SID-Societe Internationale pour le Developpement - França
11. Centro de Perfeccionamiento, Experimentación e Investigaciones Pedagógicas -

- Programa de Educação Integrada de Adultos -OEA - Chile
12. University of California - Estados Unidos
 13. UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Departamento de Programas, Estructuras y Metodos de la Educación)- França
 14. Pontificia Universidad Javeriana (Facultad de Psicología) - Colombia
 15. Inter-American Foundation - Estados Unidos
 16. Escuela Interamericana de Bibliotecología - Universidad de Antioquia - Colombia
 17. Centro de Documentación e Información Educativas - Argentina
 18. Maison des Sciences de l'Homme - Service d'Echange d'Information Scientifiques-
França
 19. Fundación José María Aragón - Argentina
 20. Centro Multinacional de Educacion del Adulto -CEMUL -Argentina
 21. Instituto de Cultura Popular - Centros Radiofonicos de Educación y Capacitación
de Adultos - Argentina
 22. Ministerio de Educación Pública - Departamento de Investigacion, Analisis y-
Evaluación- Ecuador
 23. Katholieke Universiteit Leuven - Faculteit Der Psychologie en Pedagogische Wetense
chappen - Bélgica
 24. ARNEL S.A. - Publishers' Representatives - Mexico
 25. Augusta College - Estados Unidos
 26. Instituto Centro Americano de Administracion y Supervisión de la Educación -
Panamá
 27. University of Liverpool - Estados Unidos
 28. University of Maryland - College of Library and Information Services - EUA
 29. Centro de Documentación e Información Educativa - Argentina
 30. Centro de Investigación y Experimentación Pedagógica - Argentina

(branca)

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. nº 1050/74/CEPE/CODLE/Uniper

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1974.

De: Responsável pela Uniper

Aos: Prof. Julio A. Cirino

Assunto: Atende solicitação sobre Ensino de 1º e 2º Graus

Prezado Professor,

Temos o prazer de enviar a V. Sª, conforme o solicitado, alguns documentos sobre o ensino de 1º e 2º graus, no Brasil, nos últimos quinze anos, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, cumpre-nos informar que encaminhamos cópia de sua carta ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura e à Divisão de Documentação e Informação, do Ministério da Educação e Cultura, que, possivelmente, estarão aptos a prestar-lhe algum subsídio sobre seu trabalho.

Esperando ter correspondido ao objetivo de sua consulta, solicitamos a V. Sª que acuse o recebimento do material.

Na oportunidade, apresentamos

Cordiais Saudações

Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilmº Sr.
Prof. Julio A. Cirino
Luís María Campos 1520 6 p.b
Capital Federal
República Argentina

Proc. CEPE-1.632/74/Uniper/SME/ago.

BASES PARA A REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULOS E PROGRAMAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, s.d. 31 p. (Pesquisas e Monografias, v. 10).

LIMA, Lauro de Oliveira. A escola secundária moderna - organização, métodos e processos. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962. 404 p.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, V. 55, n. 122, abr./jun. 1971.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 56, n. 123, jul./set. 1971.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 129, jan./mar. 1973.

§ § §

Proc. OBPE-1.632/74/Uniper/SMS/mgc.

Em 25/9/1974.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 949/74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1974

Da : Responsável pela Uniper
Ao : Coordenador do CEMUL
Assunto: Agradece publicações e envia material documentário

Senhor Coordenador,

Temos o prazer de acusar o recebimento da carta do dia 27 de setembro p.p., dessa procedência, através da qual V.Sa. nos encaminha:

- Bases de la Campaña de Reactivación Educativa de Adultos para la Reconstrucción;
- Método CREAR - Material de Apoyo;
- El Pueblo Educa al Pueblo.

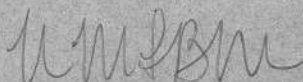
Estamos enviando o material de que podemos dispor no momento, cuja lista segue em anexo, e um informe preparado pela Responsável pela Coordenação de Publicações, Documentação e Informação, deste Centro, e sua assessora, esperando que sejam de utilidade aos trabalhos dessa Instituição.

Sugerimos, ainda, que V.Sa. se dirija ao endereço abaixo, onde, possivelmente, conseguirá subsídios sobre o assunto de seu interesse:

ANGELA RÉBULA
Chefe do Núcleo de Documentação do
Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF
Ladeira do Ascurra, 115
Cosme Velho
Rio de Janeiro - Guanabara

Agradecendo a gentileza da remessa, informamos que já foi providenciado o encaminhamento do nome dessa Instituição ao Setor de Publicações, a fim de iniciar-se o intercâmbio desejado.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e consideração.



Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilmo. Sr.
Felix Jorge Chaparro
Coordenador do Centro Multinacional de Educação del Adulto
Lanadriá 676 - Capital Federal
Republica Argentina

Proc. CHPE 1803/74/SS/1f1b

MATERIAL ENVIADO AO CENUL

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 53, n. 118, abr./jun. 1970.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 57, n. 125, jan./mar. 1972.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 130, abr./jun. 1973.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 131, jul./set. 1973.

VIER, Jean. Edised Thesaurus Multilingue para o processamento da informação em educação. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 2 v.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Nº 307/74 - CBPE-CODIE

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1974

Senhora Diretora
Marina Restrepo de Gómez
Escuela Inteamericana de Bibliotecologia
Universidade de Antioquia
Apartado aéreo, 1307
Medellín, Colombia


UNIPE R

Senhora Diretora,

Temos o prazer de encaminhar devidamente preenchido, o questionário remetido por V.Sa. a este Centro.

Esclarecemos, no entanto, que a impossibilidade do atendimento, no prazo estipulado por V.Sa. deve-se ao fato da solicitação ter chegado em 13 de março de 1974, em nossa entidade.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. votos de distinta consideração e estima.



Regina Helena Tavares
Gerente do GT/DIE

ESCUELA INTERAMERICANA DE BIBLIOTECOLOGIA
Universidad de Antioquia
Apartado aéreo 1307 / Teléfono 39 55 96
Medellín, Colombia

1. Nombre del Centro:

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

2. Dirección:

Rua Voluntários da Pátria n. 107 e Rua da Imprensa n. 16 - 10º andar - Rio de Janeiro - Guanabara

3. Dependencia:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação e Cultura.

4. Fecha de iniciación de sus actividades:

28 de dezembro de 1955.

5. Objetivos:

a) Por intermédio da Coordenação de Estudos e Pesquisas Educacionais:

- elaborar planos, programas e projetos de sua competência, seguindo diretrizes expedidas pelo Diretor-Geral do INEP;
- realizar ou coordenar estudos, pesquisas e experimentação conforme programado pelo INEP;
- realizar outros trabalhos técnicos, sem prejuízo das atividades programadas;
- encarregar-se de estágios e treinamento em serviço para o aperfeiçoamento de recursos humanos no campo da pesquisa;
- prestar assistência técnica, mediante autorização do Diretor-Geral do INEP, a órgãos federais, estaduais e municipais e a entidades particulares para a realização de estudos, pesquisas e experimentação educacionais, bem como para a implantação das soluções indicadas pelos trabalhos a cargo do Instituto;
- manter contato estreito com os órgãos de pesquisa, em sua zona de atuação.

b) Por intermédio da Coordenação de Publicações, Documentação e Informações:

- manter um subsistema ordenado de facilidades documentárias e de circulação da informação na área educacional, a fim de possibilitar o intercâmbio de informações entre o INEP e órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, instituições particulares, órgãos congêneres estrangeiros e organismos internacionais.

6. Funciones que cumple:

Ver objetivos

7. Tipo y número de usuarios (investigadores, profesores, estudiantes, etc) a quiénes sirve:

Foram atendidas 1649 consultas até fevereiro de 1974. Usuários mais frequentes: a) estudantes universitários (curso de graduação e pós-graduação); b) professores de ensino de 1º e 2º graus; c) professor de ensino superior; d) professor sem especificação de nível; e) pesquisadores e especialistas em educação; f) público em geral.

8. Colección: Número de libros, revistas, folletos, documentos, etc.

Acervo abrange atualmente cerca de 65.383 livros catalogados, 1637 títulos de periódicos (nacionais e estrangeiros), 12750 documentos mimeografados.

9. Especialidad de la Colección:

Acervo constituído de obras essenciais não só do domínio da educação como também nos das Ciências Humanas, além de uma brasileira (coleção de estudos sobre o Brasil em todos os seus aspectos) básica, necessária ao conhecimento e a compreensão da nossa realidade educacional.

10. Personal: Nombre y especialización de la persona que está a cargo y de sus colaboradores.

Ver Anexo I

11. Publicaciones:

Ver Anexo II

A N E X O 2

Nível de qualificação do pessoal	Nº de pessoas (*)
Técnico	45
Auxiliar Técnico	11
Apoio	20

(*) Pessoal lotado na Coordenação de Publicações, Documentação e Informações do CBPE/INEP

RELAÇÃO NOMINAL

Ayrton de Carvalho Mattos - Diretor do INEP

Elza Rodrigues Martins - Diretora do CBPE

Regina Helena Tavares - Responsável pela Coordenação de Publicações,
Documentação e Informações

*Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães - Responsável pela Unidade Pergunta
Resposta (UNIPER)

Fidelina dos Santos - Responsável pela Unidade de Bibliografia (UNIBIB)

Jader de Medeiros Brito - Responsável pela Unidade de Publicações (UNIP)

Lybia de Magalhães Garcia - Responsável pela Biblioteca Núcleo

Adelina Alves Novaes e Cruz - Responsável pela UNIDADE THESAURUS

* responsáveis pelas Unidades que compõem a Coordenação de Publicações,
Documentação e Informações.

Publicações editadas pelo INEP/CBPE

SÉRIE I - GUIAS DE ENSINO

A) Escola Primária -

- 1 - Linguagem na Escola Elementar - 1955
- 2 - Matemática na Escola Elementar - 1955
- 3 - Ciências na Escola Elementar - 1955
- 4 - Ciências Sociais na Escola Elementar - 1955
- 5 - Jogos Infantis na Escola Elementar - 1955
- 6 - Música para a Escola Elementar - 2a. edição (1962)
- 7 - Jogos para Recreação na Escola Elementar - Ethel Bauzer Medeiros (1961)
- 8 - Ensinando Matemática a Crianças - Vários (1º vol.) 2a. edição 1963
- 9 - Estudos Sociais na Escola Primária (1º/4º ano) Vários 1964
- 10 - Ensinando Matemática a Crianças - Vários (2º vol.) 1a. edição 1967

B)

- 1 - História Geral (Antiguidade) - Delgado de Carvalho 1956
- 2 - História Geral Idade Média - Tomo I - Delgado de Carvalho 1959
- 3 - História Geral Idade Média - Tomo II - Delgado de Carvalho 1959
- 4 - Botânica na Escola Secundária - Alarich Schultz - 1959
- 5 - Biologia na Escola Secundária - Oswaldo F. Pessoa - 1960
- 6 - A Presença do Latim (3 Tomos) Vandick L. Nóbrega - 1962
- 7 - Método Ativo de Francês Prático - Van der Haeger - 1962
- 8 - Introdução ao Curso de Geometria Plana - Lucas NHP Bunt - 1963
- 9 - História Geral (Idade Contemporânea) - Delgado de Carvalho - 1966

SÉRIE III - LIVROS - FONTE

- 1 - O Brasil no Pensamento Brasileiro - 1957
- 2 - Panorama Sociológico do Brasil - 1958
- 3 - O que se deve ler para conhecer o Brasil - 1960
- 4 - Teoria e Prática da Escola Elementar - 1960

SÉRIE II - LIVROS DE TEXTO

- 1 - Iniciação à Ciência - 2 TOMOS - Huxley - 1956
- 2 - Física na Escola Secundária - Blackwood - 1958
- 3 - Leitura na Escola Primária - Juracy Silveira - 1960

SÉRIE IV - CURRÍCULO, PROGRAMAS E MÉTODOS

- 1 - Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956)
- 2 - Análise dos Programas e Livros Didáticos de Geografia para a Escola Secundária. (1957)
- 3 - A Escola Secundária Moderna - Lauro de Oliveira Lima (1962)

SÉRIE V - INQUÉRITOS E LEVANTAMENTOS

- 1 - Acreditação das Escolas Secundárias nos Estados Unidos - TMC (1953)
- 2 - A Educação em Santa Catarina - J. Roberto Moreira (1954)
- 3 - A Educação no Paraná - Erasmo Pilotto - 1954
- 4 - O Ensino por Unidades Didáticas - Irene M. Carvalho (1957)
- 5 - A Escola Elementar e a Formação do Professor Primário no Rio Grande do Sul (1955)
- 6 - O Sistema Educacional Fluminense - Jayme Abreu - (1955)
- 7 - Introdução ao Estudo do Currículo da Escola Primária - J. Roberto Moreira (1955)
- 8 - Estudo sobre o Ceará - Joaquim Moreira de Souza (1955)
- 9 - A Educação Secundária no Brasil - Jayme Abreu (1954)
- 10 - Município e Ensino no Estado de São Paulo - Carlos C. Mascaro (1959)

SÉRIE VI - SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

- 1 - Os Dois Brasis - Jacques Lambert (1959)
- 2 - A Era Tecnológica e a Educação - Luísa Reissig (1960)
- 3 - Regiões Culturais do Brasil - Manuel Diegues Júnior (1959)
- 4 - Menores no Meio Rural - Clóvis Calveira (1960)
- 5 - Imigração, Urbanização e Industrialização - M. Diógenes Júnior (1964)
- 6 - Geografia Agrária do Brasil (1º vol.) Orlando Valverde (1964)
- 7 - Professores de Amanhã - Aparecida Joly Gouveia (1965)

8 - Educação, Sociedade e Desenvolvimento - Jayme Abreu (1968)

A) Coleção "O Brasil Provinciano" -

1 - Família e Comunidade - Oracy Nogueira (1962)

2 - Uma Comunidade Teuto Brasileira - Ursula Albersheim (1962)

B) Coleção "O Brasil Urbano"

1 - Evolução da Rede Urbana Brasileira - Pedro Pinchas Geiger (1963)

2 - O Sistema Administrativo Brasileiro - Mário W.V. Cunha (1963)

3 - O Professor Primário Metropolitano - Luís Pereira (1963)

SÉRIE VII - CURSOS E CONFERÊNCIAS

1 - Educação Para uma Sociedade de Homens Livres na Era Tecnológica - Georges S. Counts (1958)

2 - A Educação e o Ideal Democrático - Harold R.W. Benjamin (1960)

3 - Importância da Teoria em Educação - John Brubacher (1961)

SÉRIE VIII - PESQUISAS E MONOGRAFIAS

1 - Mobilidade e Trabalho - Bertam Hutchinson (1960)

2 - Estruturas Tensionais da Censura Familiar - J. Fernandes (1961)

3 - Racionalização do Ensino Industrial - Moisés Brejon (1962)

4 - Caracterização Sócio-Econômica do Estudante Universitário - Célia Lúcia Monteiro de Castro e outros (1968)

5 - Vestibular na Guanabara - Nádia Franco da Cunha (1968)

6 - Psicologia no trabalho do professor primário (1971)

7 - Melhoria do Rendimento do Ensino no 1º ano (1971)

8 - Métodos, atitudes e recursos de ensino de Professores Primários da Guanabara (1971)

9 - Dificuldades do Professor Primário Recém-Formado em classes de 1º ano (1972)

10 - Bases para a reformulação de Currículos e Programas para o Ensino Fundamental (1972)

11 - Educação Especial em Foco - Nise Pires (1974)

SÉRIE IX - LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

1 - Fontes para o Estudo da Educação no Brasil (Bahia) - (1959)

SÉRIE X - PUBLICAÇÕES DIVERSAS

- 1 - Recursos Educativos dos Museus Brasileiros - Guy de Holanda (1958)
- 2 - Oportunidades de Formação do Magistério Primário - E. Caldeira (1959)
- 3 - Organização Social e Política Brasileira - D. Carvalho (1963)
- 4 - Ensino Médio e Estrutura Sócio Econômica - José A. Dias (1967)
- 5 - Escola Regional de Meriti - Armanda Alvaro Alberto (1968)
- 6 - Educação Moral e Cívica - com o MEC (1970)
- 7 - Ensino Superior - Guido Ivan de Carvalho (1969)
- 8 - Salário Educação - Legislação (1969)
- 9 - Ensino Superior no Brasil - (volume 1 a 6) Carlos de Souza Neves
- 10 - Guia de Audio Visuais para Professores (1970)
- 11 - Cem Anos de Ensino Secundário no Brasil (1826/1926) - Henrique Dodsworth (1968)
- 12 - Conferências Interamericanas de Educação (1965)
- 13 - Conferências Internacionais de Instrução Pública (1965)
- 14 - I Conferência Nacional de Educação - Brasília D.F. (1965)
- 15 - II Conferência Nacional de Educação R.S. (2 vols. - 1967)
- 16 - III Conferência Nacional de Educação - Bahia (2 vols. - 1968)
- 17 - Glossário de Audio Visuais - MEC-INEP-CBPE- 1971 atualizada 1/8/1973
- 18 - IV Conferência Nacional de Educação - Bahia (2 vols - 1968)
- 19 - Album Seriado INEP/CBPE SAV 1971
- 20 - Teleeducação no Brasil - Um Documentário INEP/CBPE - SAV (1972)

SÉRIE XI - OS GRANDES EDUCADORES BRASILEIROS

- 1 - Sob as Arcadas - Antônio de Almeida Júnior (1965)
- 2 - A Escola Pitoresca e outros Estudos - A. Almeida Junior (1966)

SÉRIE XII - PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- 1 - Bibliografia Brasileira de Educação (BBE) v. 20 n. 3
- 2 - Boletim Informativo - nº 179 (1973) jan. INEP Informa - v.1 n. 7
- 3 - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 131 - 1973
- 4 - Revista "Educação e Ciências Sociais" - último nº 21
- 5 - Anuário Brasileiro de Educação (1964) (1965/66).

SÉRIE XIII - MATERIAIS PARA EXPERIMENTAÇÃO

- 1 - Avaliação do rendimento escolar - Sérvula Souza Paixão
 - 2 - Divisão - Lúcia Maria Joppert de Moura Carvalho
 - 3 - Trabalho independente - Sarah Lerner Sadcovitz
 - 4 - Excursões educativas - Leticia Maria Santos de Faria
 - 5 - Transamazônica - Luci Carriço Ramos
 - 6 - Primeiro cantinho de leitura - Célia Tarnapolsky
 - 7 - Diagnóstico de dificuldades na aprendizagem da leitura - Wanda Rollin Pinheiro Lopes
-

of 929

Rio, le 9 octobre 1974

M. Jean Viet
Service d'Echange d'Informations
Scientifiques
Maison des Sciences de l'Homme
54 Boulevard Raspail
Paris 75

Cher Monsieur Viet,


J'espère que vous avez déjà reçu l'édition brésilienne du Thesaurus
EDISED que je vous ai envoyé il y a près d'un mois par avion.

Vous seriez bien aimable de nous donner l'adresse du CIDOL ou de Mme.
Guinchat, car ayant pris connaissance par un document présenté au 8ème Congrès
Mondial de Sociologie (Toronto) des activités de ce centre y compris l'élabo-
ration d'un Thesaurus dont vous-même avez prêté votre concours, nous voudrions
connaître ou obtenir la seconde version française du Thesaurus CIDOL et établir
des contacts avec Mme. Guinchat.

Avez-vous de nouvelles de votre mission au Brésil à travers le Minis-
tère des Affaires Etrangères?

Faites-moi savoir quelque chose sur cette question pour que je puisse
de nouveau contacter l'Ambassade de France au Brésil dans le cas où vous
n'auriez aucune nouvelle.

A bientôt vous lire, avec toute mon amitié.


Regina Helena Tavares

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. /74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, de outubro de 1974


De : Coordenadora da CODIE
A : Investigadora Jefe
Assunto: Dá prosseguimento ao intercâmbio de publicações

Prezada Senhora,

Dando prosseguimento ao nosso intercâmbio, conforme o combinado no "2º Seminário Latinoamericano de Centros de Investigación en Educación", em Águas de São Pedro, São Paulo, temos o prazer de encaminhar as publicações, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, gostaríamos de receber alguns documentos dessa Instituição, que serão de grande utilidade ao nosso acervo.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilma. Sra.
Ana Maria Eichelbaum de Babini
Investigadora Jefe
Centro de Investigaciones en Ciencias de la Educación
Instituto Torcuato Di Tella Freire 1673
Buenos Aires - Argentina

SS/1f1b

- MATERIAL ENVIADO -

KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilustr. (Materiais para experimentação, 10).

RABELLO, Ophelina. Um estudo sócio-econômico do estudante universitário. Campinas, UNICAMP, INEP, 1974, 94 p. ilustr.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1973.

VIEIRA, Genesio Albertina. O medo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilustr.

MEB/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, de outubro de 1974


Da : Coordenadora da CODIE
A : Adjunta al Jefe
Assunto: Da prosseguimento ao intercâmbio
de publicações

Prezada Senhora,

Dando prosseguimento ao nosso intercâmbio, conforme o combinado no "2º Seminário Latinoamericano de Centros de Investigación en Educación", em Águas de São Pedro, São Paulo, temos o prazer de encaminhar as publicações, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, gostaríamos de receber alguns documentos dessa Instituição, que serão de grande utilidade ao nosso acervo.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilma. Sra.
Idlian Hung de Leon
Adjunta al Jefe del Departamento de Investigaciones Educativas
Departamento de Investigaciones Educativas
Dirección de Planeamiento - Ministerio de Educación
Edificio Rappel - Esquina de Padre e Sierra
Caracas - Venezuela

SS/lfb

- MATERIAL ENVIADO -

KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilust. (Materiais para experimentação, 10).

FABELLO, Ophelina. Um estudo sócio-econômico do estudante universitário. Campinas, UNICAMP, INEP, 1974, 94 p. ilust.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1973.

VIEIRA, Genesice Albertina. O modo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilust.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. /74/CHPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, de outubro de 1974


Da : Coordenadora da CODIE
Ao : Director-Geral
Assunto: Dá prosseguimento ao intercâmbio
de publicações

Senhor Director,

Dando prosseguimento ao nosso intercâmbio, conforme o combinado no "2º Seminário Latinoamericano de Centros de Investigación en Educación, em Águas de São Pedro, São Paulo, temos o prazer de encaminhar as publicações, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, gostaríamos de receber alguns documentos dessa Instituição, que serão de grande utilidade ao nosso acervo.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilmo. Sr.
Rodrigo A. Medellín-
Director-Geral
Centro de Estudios Educativos
Culiacán 108 - 4º piso - Apartado Postal 27-321
México, 11- D.F - México

SS/1flb

- MATERIAL ENVIADO -

KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilust. (Materiais para experimentação, 10).

RABELLO, Ophelina. Um estudo sócio-econômico do estudante universitário. Campinas, UNICAMP, INEP, 1974, 94 p. ilust.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1973.

VIEIRA, Genesice Albertina. O medo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilust.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. /74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, de outubro de 1974

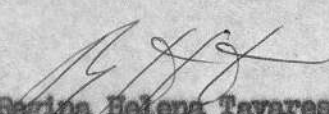
Da : Coordenadora da CODIE
Ao : Director
Assunto: Da prosseguimento ao intercâmbio
de publicações

Senhor Director,

Dando prosseguimento ao nosso intercâmbio, conforme o combinado no "2º Seminário Latinoamericano de Centros de Investigación en Educación", em Águas de São Pedro, São Paulo, temos o prazer de encaminhar as publicações, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, gostaríamos de receber alguns documentos dessa Instituição, que serão de grande utilidade ao nosso acervo.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilmo. Sr.
Patricio Cariola
Director
Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación
Almirante Barroso 22
Casilla 13.608
Santiago 1 - Chile

SS/121b

- MATERIAL ENVIADO -

KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 2ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilustr. (Material para experimentação, 10).

RABELLO, Ophelina. Um estudo sócio-econômico do estudante universitário. Campinas, UNICAMP, INEP, 1974, 94 p. ilustr.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1973.

VIEIRA, Genêrice Albertina. O medo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilustr.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. /74/CHPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, de outubro de 1974


Da : Coordenadora da CODIE
Ao : Director
Assunto: Da prosseguimento ao intercâmbio
de publicações

Senhor Director,

Dando prosseguimento ao nosso intercâmbio, conforme o combinado no "2º Seminário Latinoamericano de Centros de Investigación en Educación", em Águas de São Pedro, São Paulo, temos o prazer de encaminhar as publicações, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, gostaríamos de receber alguns documentos dessa Instituição, que serão de grande utilidade ao nosso acervo.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilmo. Sr.
Miguel Petty
Director
Centro de Investigaciones Educativas
O'Higgins 1331
Buenos Aires - Argentina

SS/lfb

- MATERIAL ENVIADO -

KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilustr. (Materiais para experimentação, 10).

RABELLO, Ophelina. Um estudo sócio-econômico do estudante universitário. Campinas, UNICAMP, INEP, 1974, 94 p. ilustr.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1973.

VIEIRA, Genesice Albertina. O medo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilustr.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. /74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, de outubro de 1974


Da : Coordenadora da CODIE
A : Sub-Directora
Assunto: Dá prosseguimento ao intercâmbio
de publicações

Prezada Senhora,

Dando prosseguimento ao nosso intercâmbio, conforme o combinado no "2º Seminário Latinoamericano de Centros de Investigación en Educación", em Águas de São Pedro, São Paulo, temos o prazer de encaminhar as publicações, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, gostaríamos de receber alguns documentos dessa Instituição, que serão de grande utilidade ao nosso acervo.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilma. Sra.
Beatrice Avalos Davidson
Sub-Directora
Programa Interdisciplinario de Investigaciones en Educación
Universidad Católica de Chile
Bustos 2431
Santiago - Chile

SS/lflb

- MATERIAL ENVIADO -

KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilustr. (Materiais para experimentação, 10).

MARILIO, Ophelina. Um estudo sócio-econômico do estudante universitário. Campinas, UNICAMP, INEP, 1974, 94 p. ilustr.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1973.

VIKIRA, Genêrice Albertina. O modo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilustr.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. nº 860 /74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1974.

Da: Coordenadora da CODIE
Ao: Chefe do Centro de Documentação e Informação do ICOLPE
Assunto: Da prosseguimento a intercâmbio

Prezado Senhor,

Dando prosseguimento ao nosso intercâmbio de documentação e informação, estamos encaminhando as publicações, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, gostaríamos de receber, se possível, os relatórios das pesquisas das quais tomamos conhecimento pelo n. 10 de "Actualidades Pedagógicas", do CENDIP, ICOLPE, que são as seguintes:

- Modelos de flujos, cartas y rendimento marginal de la educación primaria;
- Extensión de la escuela primaria en las areas rurales de Colombia.

Agradecemos a atenção que nos for dispensada, esclarecendo que o referido material será de grande utilidade ao nosso acervo.

Na oportunidade, reiteramos a V. S^a protestos de alta estima e consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilm^o Sr.
Hernando Rodriguez Camacho, Jefe
Centro de Documentación e Información
Instituto Colombiano de Pedagogia
Carrera 7a n. 72-52 - Oficina 403
Apartado Aereo 52976
Bogotá D.E. - Colombia

SMS/ngc.

- MATERIAL ENVIADO -

KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilustr. (Materiais para experimentação, 10).

RABELLO, Ophalina. Um estudo sócio-econômico do estudante universitário. Campinas, UNICAMP, INEP, 1974, 94 p. ilustr.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1975.

VIEIRA, Genete Albertina. O medo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilustr.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. nº 826 /74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1974.

Da: Responsável pela Uniper
Ao: Diretor do Centro de Investigações Educativas
Assunto: Envia material documentário sobre o sistema educativo no Brasil


Senhor Diretor,

Temos o prazer de encaminhar o material, cuja lista segue, em anexo, atendendo a solicitação feita através de sua carta de 1 de julho p. passado.

Agradecemos o envio do documento, esclarecendo que nos será de grande utilidade, possibilitando-nos um estudo comparativo das proposições a que se prendem os temas educacionais dos dois países, dentro de suas respectivas realidades.

Outrossim, sugerimos a V. Sª consultar o Comité sur la Recherche en Matière d'Éducation, do Conselho da Europa, que possui interessantes trabalhos sobre política da pesquisa.

Na oportunidade, reiteramos a V. Sª protestos de alta estima e consideração.


Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilmº Sr.
Dr. Miguel A. Petty, Diretor
Centro de Investigações Educativas
O'Higgins, 1331
Buenos Aires - Argentina

Proc. CBPE-1.460/74/Uniper/SMS/mgc.

Material enviado ao Centro de Investigações Educativas:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Estímulos à Pesquisa Educacional. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1973. 40 p. multilit.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, V. 55, n. 122, abr./jun. 1971.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, V. 56, n. 123, jul./set. 1971.

_____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, V. 59, n. 129, jan./mar. 1973.

§ § §

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 934/74/CBPE/CODIE/Uniper


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1974

Da : Coordenadora da CODIE
A : Diretora do CBPE
Assunto: Encaminha material solicitado
pelo Diretor do INEP

Senhora Diretora,

Em atenção ao ofício n. 0993/74, de 12 de agosto p.passado, através do qual o Sr. Diretor do INEP solicita o levantamento dos estudos e pesquisas, publicados ou em andamento, no País, sobre a situação e o desempenho dos cursos de formação de docentes e especialistas não docentes, estamos encaminhando, em anexo, o material coletado sobre o assunto, esclarecendo a V.Sa. que por motivo de falta de energia elétrica, a parte datilográfica não é do mesmo tipo, em virtude de ter sido completada em outra máquina.

Na oportunidade, reiteramos a V.Sa. protestos de alta estima e distinta consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Proc.CBPE 1512/74/Uniper/MA/1f1b

LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A SITUAÇÃO E O DESEMPENHO
DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE DOCENTES E ESPECIALISTAS NÃO DOCENTES
PARA O ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

Em andamento:

1) Faculdade de Educação - Fundação Universidade de Brasília

Avaliação do desempenho de diretor de estabelecimento de ensino de 2º grau.

Objetivos: a) verificar a eficiência da formação profissional do diretor de estabelecimento de ensino de 2º grau, face às necessidades reais do sistema educacional, com o objetivo de aperfeiçoar o currículo dos cursos das Faculdades de Educação da Universidade de Brasília;

b) estudar o relacionamento das variáveis de eficiência no desempenho profissional com variáveis de formação profissional;

c) realizar a análise profissiográfica da função;

d) definir instrumentos metodológicos de avaliação de desempenho e testá-los empiricamente.

2) Faculdade de Educação - Fundação Universidade de Brasília

Avaliação do desempenho de professor de ensino de 2º grau

Objetivos: a) verificar a eficiência da formação profissional do professor de ensino de 2º grau, face às necessidades reais do sistema educacional;

b) estudar as relações de variáveis de eficiência no desempenho profissional com variáveis de formação profissional e características da personalidade.

3) Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O preparo de especialistas em educação: uma análise do curso de Pedagogia e alternativas para sua organização (convênio com o INEP)

Concluídos:

1) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto
Rua Cristóvão Colombo, 2265
15100 - São José do Rio Preto, São Paulo

A formação do administrador escolar

- 2) Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo
Diretores em perspectiva. Livro editado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste em 1971 (Série I - Estudos e Documentos - vol. 8).
- 3) Centro de Pesquisa
Instituto de Educação "General Flores da Cunha"
Av. Oswaldo Aranha, 527
90000 - Porto Alegre, Rio Grande do Sul
Determinação dos conteúdos programáticos da Cadeira de Psicologia do Curso Normal do Instituto de Educação "General Flores da Cunha"
- 4) Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Nordeste
Situação das escolas normais no Nordeste. Cadernos Região e Educação, 11 (22), 1971.
- 5) Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia
Grau de satisfação dos formandos pelas Faculdades de Educação com o curso (relatório multicopiado).
- 6) Setor de Educação - Universidade Federal do Paraná
Rua General Carneiro, 460 - 5º andar
80000 - Curitiba, Paraná
Contribuição da metodologia de análise de sistemas na circulação de modelos de prática de ensino (formação de professores).
- 7) Setor de Educação - Universidade Federal do Paraná
Formação de professores nos Cursos de Licenciatura
- 8) Fundação Carlos Chagas
Rua Cardeal Arcoverde, 1847 - Pinheiros
05407 - São Paulo, São Paulo
Avaliação da Seção de Treinamento (projetos em execução) do pessoal do ensino da Secretaria da Educação no Município de São Paulo
- 9) Setor de Educação - Universidade Federal do Paraná
Formação de professores de 1º e 2º graus nas áreas de Português, Francês, Desenho e Ciências Sociais
- 10) Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul
Desempenho do professor em situação de estágio de prática de ensino. Livro publicado em 1971.

- 11) Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul
Formação intensiva do Professor: micro-experiência de ensino co-
mo modalidade de treinamento. Livro publicado em 1970.
- 12) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto
Um sistema de organização das matérias de formação pedagógica pa-
ra cursos de licenciatura em ciências
- 13) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto
O problema da formação do professor secundário de São José do Rio
Preto
- 14) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto
Escolha profissional e curso de formação de professores
- 15) Fundação Carlos Chagas
Avaliação do treinamento de assistentes pedagógicos realizado pe-
la DAP (Divisão de Assistência Pedagógica)
- 16) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus
Rua Irmã Arminda, 10-50
17100 - Bauru - São Paulo
Estágio de supervisão escolar
- 17) Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Critérios de seleção para os cursos de preparação de professores
para as séries iniciais do ensino de 1º grau
- 18) Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Formação do professor primário no Brasil. Revista Brasileira de
Estudos Pedagógicos, 52 (115) : jul./set. 1969, p. 113-136.
- 19) Universidade Federal do Paraná - Setor de Educação
Projeto de seleção de professores de 1º grau - Modelo metodológico
- 20) Instituto de Estatística e Cultura
Secretaria de Educação e Cultura
50000 - Recife, Pernambuco
Professor primário - aspectos qualitativos (2ª parte). Publicado
em 1973. 184 p.

§ § §

Resumos selecionados do

"LEVANTAMENTO DAS PESQUISAS EDUCACIONAIS 1965 - 1972"

realizado pelo Serviço de Bibliografia

COELHO, Rigard Renault - O ensino de matemática no curso de formação de professores primários. Boletim do CRPE de Minas Gerais, Belo Horizonte, 6 (6) : 77-89, mar. 1965.

Para descobrir as causas acentuadas de deficiências de conhecimentos de matemática existentes entre alunas do curso de formação de professoras do Instituto de Educação de Belo Horizonte, o CRPE organizou um plano de pesquisa que permitisse fazer uma comparação entre o ensino em vigor e o que é necessário às futuras mestras.

Inicialmente foram comparados os resultados das 273 provas oficiais do primeiro ano do curso normal com uma segunda prova de cinco questões, abrangendo apenas o programa primário. Foi bem clara a disparidade entre as notas elevadas conseguidas na primeira prova e classificação extremamente baixa da prova orientada pelo Centro. Na prova mais difícil as notas foram melhores. A Conclusão: as professoras estudam assuntos de matemática desnecessários e deixam de aprender a matéria que lhes é indispensável.

Recomenda no currículo do curso de formação pelo menos dois anos de matemática: no primeiro, seria feita uma revisão do programa primário e da matéria fundamental do primeiro ciclo secundário e no segundo, o estudo das principais dificuldades das operações elementares, preparando-se o campo para o estudo da metodologia da matéria.

1.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério - Condições sócio-econômicas dos professores primários no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 54 (119) : 165-188, jul./set. 1970.

Pesquisa realizada em 1969 e 1970, com o objetivo de caracterizar as condições sócio-econômicas do professor primário brasileiro, tendo em vista suas inter-relações com o rendimento do ensino, bem como uma política adequada de mão-de-obra e o planejamento educacional.

Cobriu uma amostra de 10% do professorado estadual e municipal em exercício, escolhidos randômicamente.

Foi aplicado questionário com indagações sobre formação profissional, nível de instrução, remuneração, avaliação do merecimento, férias, tempo de exercício, economia familiar, condições de moradia, assistência social, conforto doméstico, diversões, alunos por turma.

Conclusões e sugestões: 1) os salários do magistério primário no Brasil são muito baixos, sendo os estaduais melhores que os municipais e os dos grandes centros urbanos superiores aos de pequenos centros; 2) baixo nível de profissionalização do professor primário brasileiro caracterizado pela ausência de formação especializada, nível insuficiente de instrução, dependência financeira da família e falta de incentivo para a carreira, com repercussões no rendimento do ensino. É imperiosa a necessidade de serem criadas condições que favoreçam a qualificação profissional do magistério primário brasileiro, de acordo com as sugestões do GT da Reforma de Ensino Primário e Médio.

2.

- Formação do professor primário. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 52 (115) : 113-136, jul./set. 1969.

Pesquisa realizada pela DAM do CBPE, com o objetivo de analisar o magistério primário, cuja deficiência de formação é apontada como provável causa do baixo índice de rendimento escolar.

Foram estudadas 85 escolas normais escolhidas randômicamente em 8 Estados, utilizando-se questionários e fichas respondidas por alunos, professores, diretores e pelos próprios pesquisadores.

Os resultados mostram o uso dominante dos currículos enciclopédicos, a carga horária insuficiente nas cadeiras de metodologia e prática de ensino, estágio de observação de aulas limitado, a dominância do estudo do método global de alfabetização e as condições negativas de integração no magistério confirmando assim as hipóteses levantadas.

Sugestões: zoneamento das escolas normais com prédio, material e equipamento adequados ao seu funcionamento; seleção aprimorada dos professorandos e do corpo docente, especialmente das cadeiras de metodologia, prática de ensino e psicologia; desenvolvimento da observação e participação dentro dos currículos e programas e nos trabalhos de pesquisa; criação de escolas experimentais com métodos renovados.

3.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Divisão de Aperfeiçoamento do Ministério - Métodos, atitudes e recursos de ensino usados pelos professores primários da Guanabara. Rio de Janeiro, 1971. 42 p. (Sér. 8 Pesquisas e Monografias, 8).

O objetivo da pesquisa foi o de conhecer as condições pessoais, formação, aperfeiçoamento e aspirações do professor primário da Guanabara.

A amostra constou de 187 professores indicados por 9.300 colegas como os mais qualificados. O instrumento de avaliação constou de questionários para os professores e diretores e ficha de observação do professor em classe.

Das conclusões obtidas observou-se que: a maioria dos professores não desenvolve um currículo abrangente; revela maior segurança na área da Língua-gem; demonstra integração profissional, segurança e deseja continuar fazendo cursos de aperfeiçoamento.

4.

SANT'ANNA, Flavia Maria & PAES, Isolda Holmer - Formação intensiva do professor: micro experiência de como modalidade de treinamento. Porto Alegre, MEC, INEP, CRPE Rio Grande do Sul, 1970. 207 p. (Sér. 1, Pesquisas e Monografias, 13).

Pesquisa com o objetivo de organizar modelo de ensino para a formação do professor, em consonância com as necessidades do país.

Recorre à microexperiência, nova tecnologia de treinamento vinculada a princípios cibernéticos e de psicologia aplicada à educação, efetuada em etapas sucessivas de ensino, feedback, replanejamento e reensino, mediante seminários, entrevistas, aulas teóricas e demonstrativas.

Levanta a hipótese da superioridade daquele sistema em relação aos demais no preparo do professor, propiciando a aquisição, desenvolvimento e organização de comportamentos específicos de ensino.

A amostra para comprová-la foi escolhida aleatoriamente e organizada com em parelhamento de grupos experimentais e de controle, com 18 alunos cada um, abrangendo 60% dos alunos do curso de letras da Faculdade de Filosofia da UFRGS.

O desempenho de cada grupo, comparativamente, na fase de ensino e reensino, foi avaliado pelos respectivos supervisores e alunos que assistiam à aula, com o uso de escalas especiais e em entrevistas, e pelos alunos-mestres em fichas de auto-avaliação, registrando-se o crescimento do grupo, embora variado e gradativo, na aquisição de diversas habilidades de ensino.

Comprovados os resultados positivos da micro-experiência para o preparo do professor de letras, supõe válido estender sua efetividade, a outras especializações e níveis de ensino, uma vez que o feedback contínuo proporciona experiências diferenciadas e estimula o aluno em treinamento na busca de respostas adaptativas.

5.

SANTOS, Maria Aparecida dos - Levantamento dos recursos audio-visuais nas Faculdades de Educação e nos cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia do Estado de S. Paulo. Pesquisa e Planejamento, S. Paulo (14) : 137-192, abr. 1972.

Pesquisa realizada no CRPE de S. Paulo com o apoio da OEA com o objetivo de observar a utilização dos recursos audiovisuais no ensino superior no Estado de S. Paulo. Instrumento de trabalho: formulário aplicado junto a 44 faculdades da capital e do interior.

Resultados: Apenas 29% das Faculdades de educação e cursos de pedagogia contam com centros audiovisuais especializados; insuficiência e precariedade quanto às instalações, recursos humanos e materiais para a realização das atividades; cursos audiovisuais para professores, previsão orçamentária e subvenções para o setor AV. inexistentes.

6.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 908 /74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1974

Da : Coordenadora de Publicações, Documentação
e Informações
Ao : Diretor do INEP
Assunto: Edital de Concurso de Técnico de Educação - C 154


Senhor Diretor,

Estamos encaminhando, nesta data, complementando a solicitação feita por D. Zenaida Cardoso Schultz, cópia xerox da página do Diário Oficial, que publicou o Edital de Concurso, para provimento, em cargos de classe inicial da carreira de Técnico de Educação do Ministério da Educação e Saúde - C 154.

Informamos, no entanto que o referido material foi obtido através do Arquivo Nacional, uma vez que o DASP e a Imprensa Nacional já se encontram em Brasília.

Convém esclarecer, quanto ao nosso acervo, que os Diários Oficiais até determinada data (1962), não eram armazenados integralmente, mas através de um processo seletivo, conservando-se somente as páginas que contivessem atos dos Poderes Executivo e Legislativo (legislação federal) e atos normativos dos órgãos da administração direta e indireta (legislação de hierarquia inferior a decreto, tais como portarias, resoluções, etc) de caráter geral sobre educação.

Atenciosamente,


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. /74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, de outubro de 1974.


Da : Coordenadora da CODIE
Ao : Sub-Diretor de Investigações Educacionais
Assunto: Da prosseguimento ao intercâmbio
de publicações

Prezado Senhor,

Dando prosseguimento ao nosso intercâmbio, conforme o combinado no "2º Seminário Latinoamericano de Centros de Investigación en Educación", em Águas de São Pedro, São Paulo, temos o prazer de encaminhar as publicações, cuja lista segue, em anexo.

Outrossim, gostaríamos de receber alguns documentos dessa Instituição, que serão de grande utilidade ao nosso acervo.

Na oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de alta estima e consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Ilmo. Sr.
Jose Carlos Fajardo Torres
Sub-Diretor de Investigaciones Educativas
Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo de la Educación
Ministerio de Educación
Sub-Dirección de Investigaciones Educativas
Av. Uruguay 163 - 3 er. piso
Lima - Peru

SS/1f1b

- MATERIAL ENVIADO -

KEPLER, Selene Ribeiro. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilust. (Materiais para experimentação, 10).

RABELLO, Ophelina. Um estudo sócio-econômico do estudante universitário. Campinas, UNICAMP, INEP, 1974, 94 p. ilust.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1973.

VIEIRA, Genesice Albertina. O medo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilust.

Memo. nº 890 /74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1974.

De: Coordenadora da CODIE

À: Diretora do C.B.P.E.

Assunto: Encaminha material solicitado pelo Diretor do INEP

*ao Sr. Diretor-geral do
Inep
em 27. 09. 74
ao Sr. Elza Rodriguez Martins*

Senhora Diretora,

Em atenção ao ofício n. 0993/74, de 12 de agosto p. passado, através do qual o Sr. Diretor do INEP solicita o levantamento dos estudos e pesquisas, publicados ou em andamento, no País, sobre a situação e o desempenho dos cursos de formação de docentes e especialistas não docentes para o ensino de 1º e 2º graus, estamos encaminhando, em anexo, o material coletado sobre o assunto.

Na oportunidade, reiteramos a V. Sª protestos de alta estima e distinta consideração.

Regina Helena Tavares
Coordenadora da CODIE

Proc. CEPE-1512/74/Uniper/SMS/mgc.

LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A SITUAÇÃO E O DESEMPENHO
DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE DOCENTES E ESPECIALISTAS NÃO DOCENTES
PARA O ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

Em andamento:

- 1) Faculdade de Educação - Fundação Universidade de Brasília
Avaliação do desempenho de diretor de estabelecimento de ensino de 2º grau.
Objetivos: a) verificar a eficiência da formação profissional do diretor de estabelecimento de ensino de 2º grau, face às necessidades reais do sistema educacional, com o objetivo de aperfeiçoar o currículo dos cursos das Faculdades de Educação da Universidade de Brasília;
b) estudar o relacionamento das variáveis de eficiência no desempenho profissional com variáveis de formação profissional;
c) realizar a análise profissiográfica da função;
d) definir instrumentos metodológicos de avaliação de desempenho e testá-los empiricamente.
- 2) Faculdade de Educação - Fundação Universidade de Brasília
Avaliação do desempenho de professor de ensino de 2º grau
Objetivos: a) verificar a eficiência da formação profissional do professor de ensino de 2º grau, face às necessidades reais do sistema educacional;
b) estudar as relações de variáveis de eficiência no desempenho profissional com variáveis de formação profissional e características da personalidade.
- 3) Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
O preparo de especialista em educação: uma análise do curso de Pedagogia e alternativas para sua organização (convenio com o INEP)

Concluídos:

- 1) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto
Rua Cristóvão Colombo, 2265
15100 - São José do Rio Preto, São Paulo
A formação do administrador escolar.
- 2) Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo
Diretores em perspectiva. Livro editado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste em 1971 (Série I - Estudos e Documentos - vol. 3).

- 3) Centro de Pesquisa
Instituto de Educação "General Flores da Cunha"
Av. Oswaldo Aranha, 527
90000 - Porto Alegre, Rio Grande do Sul
Determinação dos conteúdos programáticos da Cadeira de Psicologia do Curso Normal do Instituto de Educação "General Flores da Cunha".
- 4) Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Nordeste
Situação das escolas normais no Nordeste. Cadernos Região e Educação, 11 (22), 1971.
- 5) Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia
Grande satisfação dos formandos pelas Faculdades de Educação com o curso (relatório multicopiado).
- 6) Setor de Educação - Universidade Federal do Paraná
Rua General Carneiro, 460 - 5ª andar
80000 - Curitiba, Paraná
Contribuição da metodologia de análise de sistemas na criação de modelos de prática de ensino (formação de professores).
- 7) Idem
Formação de professores nos Cursos de Licenciatura
- 8) Fundação Carlos Chagas
Rua Cardeal Arcoverde, 1847 - Pinheiros
05407 - São Paulo, São Paulo
Avaliação da Seção de Treinamento (projetos em execução) do pessoal do Ensino da Secretaria da Educação no Município de São Paulo.
- 9) Setor de Educação - Universidade Federal do Paraná
Formação de professores de 1ª e 2ª graus nas áreas de Português, Frances, Desenho e Ciências Sociais.
- 10) Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul
Desempenho do professor em situação de estágio de prática de ensino. Livro publicado em 1971.
- 11) Idem
Formação intensiva do professor: micro-experiência de ensino como modalidade de treinamento. Livro publicado em 1970.
- 12) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto
Um sistema de organização das matérias de formação pedagógica para cursos de licenciatura em ciências.

- 13) Idem
O problema da formação do professor secundário de São José do Rio Preto
- 14) Idem
Escolha profissional e curso de formação de professores
- 15) Fundação Carlos Chagas
Avaliação do treinamento de assistentes pedagógicos realizado pela DAP (Divisão de Assistência Pedagógica).
- 16) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus
Rua Irmã Armanda, 10-50
17100 - Bauru, São Paulo
Estágio de supervisão escolar.
- 17) Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Critérios de seleção para os cursos de preparação de professores para as séries iniciais do ensino de 1º grau.
- 18) Idem
Formação do professor primário no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 52 (115): jul./set., 1969, p. 113-136.
- 19) Setor de Educação - Universidade Federal do Paraná
Projeto de seleção de professores de 1º grau - Modelo metodológico.

§ § §

ELABORÉ

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

M E C - I N E P
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
Serviço de Bibliografia

LEVANTAMENTO DAS PESQUISAS EDUCACIONAIS - 1965/1972

realizadas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e demais Centros Regionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura.

Compilado por:
Maria Luiza Leite

Fonte:
Bibliografia Brasileira
de Educação.

RIO DE JANEIRO
Março - 1973

LISTA DE ABREVIATURAS

- ALE - Aprendizagem, leitura e Escrita
AV - Audiovisuais
CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CRPE - Centro Regional de Pesquisas Educacionais
DAM - Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPE - Instituto de Pesquisas Educacionais
MEC - Ministério da Educação e Cultura
mimeogr. - mimeografada
multilit - multilidade
OEA - Organização dos Estados Americanos
publ. - publicação
RAV - Recursos audiovisuais
Sér - Série
TV - televisão
TVU - televisão universitária
UFRGS - Universidade do Rio Grande do Sul
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

BARROS, Onira de Carvalho - Expectativas de trabalho e mobilidade. Boletim do CRPE de Minas Gerais, Belo Horizonte (7) : 1-101, 1969.

Pesquisa realizada com o objetivo de, mediante questionário, investigar sobre as concordâncias e discordâncias entre as aspirações e expectativas profissionais, em termos de realização e frustração, em um universo de 218 alunos da 1ª e 3ª séries da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais.

Consideradas as respostas, comparativa e percentualmente em relação ao curso, à série, sexo e status sócioeconômico, observa-se que a maioria dos alunos exerce o magistério secundário, profissão que lhes parece oferecer melhor oportunidade de trabalho para formados em Faculdade de Filosofia, recaindo nesta área a maior percentagem das suas expectativas. As aspirações contudo não coincidem exatamente; o maior índice está no campo da pesquisa, seguido do magistério secundário e superior, variando conforme o curso, o sexo e classe social. 52% revelam-se frustrados e 46% como realizados, confirmando-se deste modo a hipótese central de não coincidência entre aspirações profissionais de aluno e suas expectativas.

Baseado ainda em dados do mesmo questionário, mostra a satisfação do aluno em relação ao curso, na escala do ótimo ao péssimo, suas críticas e sugestões para reformas de ordem interna e funcional da Faculdade e altas expectativas de mobilidade de uma classe para outra em relação às condições do país.

1.

BITTENCOURT, Maria Luiza Lago - Estudo comparativo de métodos de ensino da leitura. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, 1971. 13 p. mimeogr.

Estudo comparativo de 187 crianças de 1º ano, na faixa etária de 6 a 7 anos, sendo alfabetizadas pelo método de sentencição livre e pelo método misto (História da Abelhinha), levantando-se a hipótese de que este último apresentaria melhor rendimento, por oferecer à crianças apoio audiovisual, treinando-a na síntese antes de levá-la a usar as operações de análise e síntese conjuntamente, mecanismos essenciais à aprendizagem da leitura e escrita.

Os resultados dos testes de linguagem organizados pelo Estado da Guanabara mostraram que 51 e 54% das crianças alfabetizadas pelo método misto tiveram notas entre 90 e 100 em leitura e ortografia, aspecto em que mais se notou diferença favorável a este método, atribuindo-se ao uso dos recursos fônicos; 63% alcançou média acima de 80, em redação, enquanto apenas 39, 22 e 45% dos alunos submetidos ao método de sentencição livre, conseguiram aquele grau nas referidas matérias. Confirma-se assim a hipótese levantada mesmo em relação às crianças com problemas psicológicos, de saúde ou frequência.

2.

BONAMIGO, Enza Maria de R. - Efeitos de vários tipos de reforço no condicionamento verbal. Correio do CRPE do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (62): 33-55, out./dez. 1971.

Pesquisa utilizando 42 sujeitos emparelhados por sexo, idade, escolaridade e nível sócio-econômicos, com idades entre 10 e 1 mês até 10 anos e 8 meses, no 5º ano primário de um grupo escolar no Paraná.

O material utilizado foi questionário curto e a técnica de Greenspoon - dizer a primeira palavra que lhe viesse a cabeça. Os vários grupos foram tratados individualmente mas fazendo diferentes experiências.

Apresenta os resultados após serem submetidos a tratamento estatístico da prova de significância da diferença de médias, admitindo que não houve o condicionamento esperado das variáveis quanto ao reforço, sexo e CCR (conhecimento da contingência de reforço).

3.

CARDÃO, Gilka Fontoura - Grafismo como indicação de maturidade para o ingresso no 1º ano do curso primário. Boletim de CRPE de Minas Gerais, Belo Horizonte, 6 (6): 91-142, 1965.

O estudo do grafismo oferece dois aspectos: 1) medir a maturidade infantil; 2) aquilatar o grau de desenvolvimento de expressão do pensamento.

O presente trabalho aborda o primeiro aspecto. O objetivo é estudar a relação existente entre a expressão artística espontânea do pré-escolar e o seu crescimento psicológico, ou melhor, na evolução mental. Por meio de estudo dos desenhos infantis, será possível observar a maturidade: muito desenvolvida (capaz de realizar atividades complementares); apenas desenvolvida (só as atividades indispensáveis); ou pouco desenvolvida (só as atividades de jardim de infância).

Obedecendo a estes itens, procura estabelecer critérios de avaliação. Foram estudados 708 desenhos do 1º e 3º períodos de Jardim, sendo destacados 4 aspectos como os mais significativos no julgamento da capacidade individual: a) expressão criadora; b) composição ou distribuição no papel; c) cromatismo; e d) orientação. Todos os itens foram classificados em alta, média ou baixa.

Como complemento foram examinados os desenhos em três aspectos: cenas, figuras desconexas e garatujas. Analisa por meio de gráficos os resultados obtidos.

A investigação e a análise justificam as seguintes conclusões: através de atividades espontâneas, pode-se indicar o nível geral da maturidade infantil; os resultados de testes objetivos asseguram resultados satisfatórios quanto ao desenvolvimento do programa de Jardim de Infância, pois estudam o desenvolvimento total da personalidade; e a relação entre desenhos e maturidade ajuda o professor a compreender melhor seus educandos, bem como verificar a "prontidão" para as atividades escolares.

4.

CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de et alii - Características básicas das escolas na área das ciências da saúde. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e Núcleo Integrado de Estudos e Recursos Humanos para a Saúde, 1970. 79 p.

Estudo comparativo das características básicas de 136 faculdades de enfermagem, farmácia, medicina e odontologia, analisadas igualmente em 102 escolas de enfermagem de nível ginásial, colegial e universitário que responderam a questionários previamente elaborados para os cursos universitários, de auxiliares e técnicos.

Os resultados informaram sobre o número de escolas em funcionamento no país, de 63 a 69, sua localização geográfica, índice de crescimento, entidade mantenedora; sobre a filiação as universidades, condições e tipo de exame para ingresso, matrículas, evasão, repetência e diplomados; quanto ao corpo docente, assinala sua distribuição segundo o cargo, ciclo ministrado, grau de aperfeiçoamento e regime de trabalho.

Observa-se que, dos 276-389 universitários, 15,4% seguiram os cursos no setor da saúde, com um decréscimo percentual de 15,7 para 13,3% em farmácia, medicina e odontologia. É na região Sudeste que se desenvolve mais acentuadamente o sistema educacional, muito embora não acompanhe a distribuição populacional.

Conclui sobre a precariedade quantitativa e qualitativa da formação de pessoal, daí a necessidade de reforçá-la multidimensionalmente, dentro de um plano geral em que se considere também a localização dos futuros cursos.

5.

CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de et alii - O professor de medicina. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Ensino Médico e Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1969. 76 p. e anexos.

Pesquisa realizada como subsídio para o planejamento da educação médica em seu setor docente, cuja situação no Brasil se revela qualitativa e quantitativamente precária, conforme dados estatísticos apresentados.

Como instrumento de trabalho foi utilizado questionário remetido a todos os professores de 45 faculdades, abordando as seguintes áreas: dados pessoais e da família dos professores, sua formação e atividades profissionais. Apenas 522 desses questionários foram respondidos, exigindo uma testagem de amostra, sendo o cargo desempenhado, ciclo lecionado, entidade mantenedora da escola, localização desta, nível de instrução e ocupação remunerada dos pais, e que foi considerada como não-tendenciosa.

Analisa e discute detalhadamente os resultados obtidos, comparando-os aos estudos de Cain e Bowen, em 1957, e de Janeway nos Estados Unidos. Observa a pequena penetração de outros profissionais em nossa faculdade de medicina, o que poderá ser alterado com a presente reforma universitária e a anexação às escolas médicas de cursos de ciências biológicas; a correspondência dos níveis e ocupação dos pais de alunos e docentes, assim como a pequena aceitação por parte destes últimos de determinado regime de trabalho.

Reflete sobre o crescente nível de instrução dos pais de alunos e suas implicações de melhoria para a própria faculdade, seu ensino e aprendizagem e nas relações aluno-professor; sobre a inclusão do professores não-médicos entre auxiliares de ensino, e ainda sobre a necessidade do preparo pedagógico do professor de medicina para garantir maior eficácia e eficiência de nossas escolas.

Em anexo, tabelas com os resultados do questionário.

6.

CAVALCANTI, Zaida Maria Costa - A mulher na perspectiva do trabalho profissional. Cadernos Região e Educação, Recife, 5 (10): 3-38, dez. 1965.

Pesquisa baseada em considerações sobre a posição da mulher em face do trabalho fora do lar, seu condicionamento sociocultural e histórico, motivações internas e externas e conflitos disso decorrentes.

Utiliza questionário cujos itens abrangem os aspectos da compatibilidade entre o casamento e a profissão, esta como prova de realização pessoal, da necessidade psicológica de cultivar a própria personalidade através de atividades extrafamiliares e, finalmente, o trabalho da mulher dentro do contexto conjugal.

O grupo observado era constituído igualmente de mulheres com e sem atividades profissionais fora do lar, e os depoimentos registrados mostram, de modo geral, a aceitação provisória do afastamento em benefício do lar, sem que seja contudo abandonada a possibilidade de volta às atividades an

teriores, conforme casos ilustrativos.

COELHO, Edgard Renault - o ensino de matemática no curso de formação de professores primários. Boletim do CRPE de Minas Gerais, Belo Horizonte, 6 (6) : 77-89, mar. 1965.

Para descobrir as causas acentuadas de deficiências de conhecimentos de matemática existentes entre alunas do curso de formação de professoras do Instituto de Educação de Belo Horizonte, o CRPE organizou um plano de pesquisa que permitisse fazer uma comparação entre o ensino em vigor e o que é necessário às futuras mestras.

Inicialmente foram comparados os resultados das 273 provas oficiais do primeiro ano do curso normal com uma segunda prova de cinco questões, abrangendo apenas o programa primário. Foi bem clara a disparidade entre as notas elevadas conseguidas na primeira prova e classificação extremamente baixa da prova orientada pelo Centro. Na prova mais difícil as notas foram melhores. A Conclusão: as professoras estudam assuntos de matemática desnecessários e deixam de aprender a matéria que lhes é indispensável.

Recomenda no currículo do curso de formação pelo menos dois anos de matemática: no primeiro, seria feita uma revisão do programa primário e da matéria fundamental do primeiro ciclo secundário e no segundo, o estudo das principais dificuldades das operações elementares, preparando-se o campo para o estudo da metodologia da matéria.

CONSORTE, Josildeth Gomes - Caracterização sócio-econômica e cultural da criança de favela. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 52 (115): 83-98, jul./set. 1969.

Pesquisa integrando a série de análises do Setor de Pesquisas Sociais do Projeto-Piloto para a Educação da Criança de Favela, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara com a Fundação Ford, no período de 1962 a 1965.

A amostra constou de 365 crianças de 6 a 9 anos, residentes em 15 favelas da zona norte, cursando a 1ª série primária, em 1962, e integrando 18 turmas de 8 escolas, das quais três foram especialmente utilizadas para controle.

À base de questionário, entrevistaram-se as mães ou responsáveis pelas crianças, informando sobre sua idade, sexo, cor, local de nascimento, procedência familiar e situação matrimonial, participação das crianças nas lições e orçamentos domésticos, tipos de castigos e aspirações em relação ao futuro dos filhos.

Conclusões: 1) a criança de favela apresenta características próprias em relação à população infantil da Guanabara; 2) a maioria é de cor parda e de origem carioca, embora os pais sejam emigrantes e com um nível de instrução e treinamento profissional muito baixo; 3) por motivos financeiros, sua participação na cultura de massa é limitada; 4) de modo geral, vivem com a família, cujas bases matrimoniais não parecem estáveis, notando-se o papel relevante da figura materna; 5) seu papel na família é definido preponderantemente em termos de trabalho, o que se reflete em suas aspirações, e não deve ser entendido em termos de desvalorização da escola, mas da realidade em que vivem.

CUNHA, Jurema Alcides & MORAES, Maria Ignez Braga de - O caráter seletivo da escola de nível médio. Correio do CRPE do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2 (59) : 55-65, jan./mar. 1968.

As estatísticas revelam evolução mas denunciam de imediato que a escola de nível médio deve ter um caráter seletivo.

Para classificação social dos estudantes foi realizado um levantamento em várias cidades do Rio Grande do Sul. Levando em consideração as peculiaridades regionais, foi utilizada uma classificação com base em trinta ocupações-padrão. Predomina o grupo médio e superior, o que sugere que a escola de nível médio não pode ser considerada popular. As camadas inferiores sofrem um decrescimento em cada nível de escolaridade sucessivo, concludo-se que o 1º ciclo do nível médio atende mais os objetivos democráticos, enquanto o 2º ciclo tem ação seletiva.

Correlação feita entre as escolas públicas e particulares, diurnas e noturnas e entre a idade dos alunos ao terminarem o ginásio, confirma que fatores econômicos interferem no progresso normalmente esperado dos que conseguem ir à escola.

Comparados com estudantes do mesmo nível de São Paulo, verifica-se que no R.G. do Sul apenas uma minoria trabalha, o que não ocorre em São Paulo. Entretanto, ainda que haja diferença na maneira de classificar os níveis sócio-ocupacionais médios e inferiores, isto não modifica a predominância do grupo superior e médio da amostra.

10.

CUNHA, Jurema Alcides et alii - Estudos sobre a classificação socio-ocupacional de acordo com o prestígio no Rio Grande do Sul. Correio do CRPE do R.G. do Sul, 2 (61): 76-95, jul./set. 1968.

Levantamento entre 321 estudantes para verificação da funcionalidade da escala ocupacional de Hutchinson no Rio Grande do Sul, fazendo-se estudo comparativo com a amostra utilizada também em São Paulo, em grupos experimentais e de controle.

Trinta ocupações-padrão foram classificadas em 6 níveis, observando-se maior diferenciação na hierarquia de prestígio ocupacional nas posições de status mais baixo. Não obstante as diferenças sócio-culturais dos dois Estados, os resultados obtidos apresentaram coeficientes de correlação fortemente significantes, permitindo uma classificação final para uso prático no Rio Grande do Sul.

11.

CUNHA, Nádia Franco da - Preparação de candidatos ao vestibular de 1964 na Guanabara. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1965, 2v.

Após uma análise da situação legal dos vestibulares no Brasil desde 1911, nas características e exigências, detém-se especialmente sobre o assunto, no Estado da Guanabara, em 1964. Trata-se de uma pesquisa do tipo "normativo survey", no sentido de apurar as condições existentes.

Utiliza uma amostra de 2.338 candidatos, escolhidos aleatoriamente, sem distinção de sexo, nível social, ramo de ensino e na faixa etária de 16 a 50 anos. Investiga-lhes, mediante questionário ou observação direta junto a professores e alunos, o preparo para os exames vestibulares, adquiridos nos colégios particulares ou estaduais, individualmente, ou ainda, nos "cursinhos", analisando desde a opção e inscrição para uma ou mais faculdade, de acordo com os interesses ou levados pelo problema das vagas, programas, apostila, formulações de provas, etc.

Dos dados obtidos, considera a falta de articulação entre os cursos médio e superior, merecendo maior atenção os colégios universitários onde a preparação é feita natural e simultaneamente à seleção para os cursos superiores, livres dos exames vestibulares.

Dados estatísticos constituem o 2º volume, comprovando a realidade constatada.

12.

ESPINHEIRA, Regina - Acesso das diversas classes sociais aos cursos de nível superior em Salvador no ano de 1965. Salvador, MEC, INEP, Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1966. 39 p. multilit.

Pesquisa que procura investigar se há grupos dentro da sociedade baiana para os quais seja particularmente difícil orientar os filhos para o curso superior.

Utiliza questionário respondido por 972 alunos de Faculdades particulares e públicas, considerando-se a classe social desses informantes, sua relação com o curso que fazem, o número de tentativas para ingresso nele e, ainda, sexo, idade, nível de ocupação e grau de instrução dos pais ou responsáveis.

A hipótese levantada é de que os iniciantes dos cursos de nível superior se distribuem em proporções desiguais, segundo o seu status social, sendo maiores os grupos oriundos das classes alta e média-superior e menor o que provém da classe baixa.

Os resultados globais confirmam a expectativa apenas no que se refere ao grupo feminino e das escolas públicas, relacionando a possibilidade de acesso àqueles cursos, diretamente, a classe social da aluna.

Observa, entretanto, que o rigor dos processos seletivos, a própria necessidade de manutenção, retardam ou impedem o ingresso nas faculdades, acarretando prejuízos pessoais e à sociedade, donde a conveniência de o Governo prevenir tais ocorrências.

13.

FERNANDES, Gonçalves & VASCONCELOS, Miriam Brindeiro de Moraes - Contribuição ao estudo da Psicotropia do escolar recifense. Cadernos Região e Educação Recife, 4 (7/8) : 16-45, jul./dez. 1965.

Compara os dados de pesquisas anteriores com os do trabalho presente, em relação ao número de alunos introvertidos, ambivertidos e extrovertidos de escolas primárias de Recife na zona urbana e suburbana, verificando-se uma constante psicológica. Estuda os possíveis fatores que contribuíram para esta conclusão, como: ambiente físico, alimentação, tipo de educação, além da estrutura física e as reações temperamentais. Inclui teste-questionário de Neymann-Kobhsteadt em adaptação brasileira.

14.

GOUVEIA, Aparecida Joly - Professoras de amanhã. um estudo de escolha ocupacional. Rio de Janeiro. MEC/INEP, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1965. 169 p. (Publ. CBPE, Série 6, Sociedade e Educação, 7).

Estudo sobre as decisões vocacionais da mulher em uma sociedade em rápida industrialização, baseando-se em respostas de 1.148 moças que frequentavam, em 1960, 23 escolas normais nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A hipótese de estudo é de que a escolha de trabalho estaria presa a um tradicionalismo e ao caráter essencialmente feminino atribuído àquela profissão.

Considera, entretanto, os vários fatores que interferem naquela opção e a relação entre eles, desde os aspectos profissional e econômico dos pais as habilidades e características individuais para o trabalho escolar, tipo de comunidade e região em que vivem.

— Observa que a entrada no curso normal não significa necessariamente o desejo de ser professora, e, ainda, que o bom rendimento escolar é índice de inclinação para o magistério. No decorrer do curso mudanças de interesse podem levar a aluna uma direção contrária ou não ao ensino, independentemente de suas condições sociais e do clima estudantil, tradicional ou moderno, das diferentes escolas.

Das considerações feitas sobre a frequência da vocação para o magistério em diferentes tipos de escolas normais, conclui: 1) que o lar constitui ainda poderosa fonte de influência no que se refere às decisões ocupacionais; 2) que a inclinação para o magistério encontra terreno mais favorável em certas escolas que em outras, possivelmente devido às influências dos professores, ao desenvolvimento de uma cultura própria da mocidade.

15.

GUIDI, Maria Lais Mousinho & DUARTE, Sergio Guerra - Um esquema de caracterização sócio-econômica. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 52 (115): 65-82, jul/set 1969.

Contribuição à metodologia das pesquisas em ciências sociais, considera a ocupação isoladamente insuficiente para caracterizar os diferentes níveis sócio-econômicos e propõe o seguinte esquema de investigação: 1) nível ocupacional dos pais ou responsáveis; 2) nível de instrução do pai; 3) nível de instrução da mãe; 4) área de residência; 5) características físicas da moradia; 6) conforto doméstico.

Obedecendo a uma escala de valores, foram estes aspectos diferentemente atribuídos às 5 camadas sociais (classes baixa inferior e superior, média inferior e superior e classe alta), e devidamente justificados.

Aponta as vantagens do esquema no sentido da fácil adaptação às peculiaridades regionais e da caracterização com base também nas condições gerais dos informantes. Inclui anexos da referida escala e instruções para a classificação.

16.

GUIDI, Maria Lais Mousinho et alii - Expectativas profissionais dos estudantes do 2º ciclo de nível médio no Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, In: MINISTÉRIO da Educação e Cultura, INEP - Anais da 4ª Reunião Plenária da Conferência Nacional de Educação, S. Paulo, 22 a 28 de janeiro de 1969. S. Paulo, Ed. Abril, 1969. p.320-394.

A pesquisa pretende revelar como se comportam os adolescentes que estudam em grande centro urbano - o Rio de Janeiro, no que tange à escolha de profissão futura e do curso de nível superior que, porventura, queiram seguir. Tenta conhecer, relacionar e interpretar diversos elementos explicativos da situação de vida de cada aluno.

A amostra foi constituída por sorteio de classes, sendo escolhidos 372 estudantes da 2ª série do clássico e científico, englobando os estabelecimentos de ensino que funcionam como centros de treinamento de licenciados e de experimentação pedagógica; as várias unidades do Colégio Pedro II, escolas de rede estadual e estabelecimentos privados. O levantamento foi efetuado por meio de questionário.

Distribuí os dados obtidos analiticamente em função de cada tema tratado, notando-se na exposição do material, claramente, os nexos causais que existem entre o nível sócio-econômico das famílias dos alunos e muitas outras características apontadas, tais como os níveis de instrução dos pais, as faixas etárias dos alunos, o exercício ou não de atividades remuneradas, os níveis ocupacionais dos responsáveis, o turno frequentado e o tipo de escola.

A pesquisa constatou igualmente, o relativo despreparo dos jovens no tocante ao conhecimento satisfatório de oportunidades futuras de trabalho e estudo, bem como a preservação de tendências tradicionais no tocante ao prestígio de certas ocupações de nível universitário. Anexos apresentam modelo do questionário aplicado e instruções para codificação, além dos endereços das diversas zonas administrativas da Guanabara.

17

LEITE, Aurélia Sampaio - Exames de madureza na Guanabara. Rio de Janeiro. MEC, INEP, CBPE, Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1971, 112 p. multilít.

Pesquisa realizada com o objetivo de verificar a extensão dos exames de madureza, natureza da sua clientela, estrutura dos cursos de preparação para esses exames, relação entre a frequência e os resultados finais, considerando-se o sexo, idade, nível sócio-econômico e a instrução dos alunos.

Dentre os 110 cursos em funcionamento na Guanabara em 1967, 47 foram escolhidos como amostra, apurando-se mediante questionário aplicado entre 200 alunos os aspectos do seu funcionamento, nos anos de 1966/68.

Paralelamente expõe depoimentos de educadores sobre a importância de tais exames dentro da problemática brasileira, a objetividade de sua legislação.

Os resultados revelaram a importância sócio-econômica daqueles exames, a necessidade de melhores oportunidades de preparação, revisão e aprimoramento de técnicas, visando à madureza profissional.

Em anexo, programa das provas do art. 99 da rede estadual, para o 2º ciclo.

18

LINDGREN, Henry Clay, & GUEDES, Hilda de Almeida - Status social, inteligência e rendimento educacional dentre estudantes de escolas primárias e secundárias em S. Paulo. Pesquisa e Planejamento, S. Paulo (9) : 81-91, jun. 1965.

Reproduz a tradução de uma pesquisa empreendida pelo San Francisco State College e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, supervisionada pelos autores e publicada em "The Journal of Social Psychology" em 1963.

O trabalho iniciou-se por ocasião de um seminário em São Paulo, destinado ao treinamento de pesquisadores educacionais, incluindo a tarefa de estudar crianças de três escolas próximas ao Centro. Descreve o método utilizado ou seja o procedimento para a obtenção de dados e informações referentes ao status sociométrico, intelectual, social e ao rendimento educacional de grupos de alunos de escolas primárias e secundárias. Apresenta conclusões e tabelas.

19.

LINDGREN, Henry & MELO, Maria Jorgisa - Problemas emocionais de crianças cujo rendimento não corresponde ao seu nível de inteligência. Boletim Informativo do CRPE da Bahia, Salvador (7): 1-8, set./out. 1965.

Experiência realizada em duas classes de 4º ano primário de uma escola de São Paulo entre crianças de classe média inferior e classe baixa superior. O objetivo da pesquisa foi verificar a correspondência de baixo rendimento escolar com problemas de desajustamento.

Dois instrumentos de medida foram usados: Inventário de Ajustamento de Bell - com adaptação para pré-adolescentes - e outro construído como elemento de complementação de informações do primeiro.

Este último denominado SCT referiu-se a problemas de personalidade, cuja correção obedeceu ao julgamento de três juízes.

O resultado da amostragem não correspondeu à hipótese formulada, isto é, as crianças de baixo rendimento não apresentaram a maior incidência de desajustamentos.

Várias possibilidades são consideradas na análise da pesquisa, cujo resultado sugere "que diferenças de cultura podem explicar os resultados inesperados e que tais diferenças deveriam ser levadas em conta por aqueles que planejam ampliar programas educacionais para países subdesenvolvidos".

20.

LUDKE, Hermengarda A. et alii - A reforma do ensino médio vista pelo professor do ensino secundário de S. Paulo. Pesquisa e Planejamento, S. Paulo(14): 3-135, abr./1972.

Pesquisa em que se procura conhecer as inovações propostas pela Secretaria de Educação aos estabelecimentos de ensino médio, como vem sendo encaradas e vividas pelo seu corpo docente para efeito de planejamento de programas e medidas renovadoras do ensino.

Amostra: 327 estabelecimentos de nível secundário da rede oficial de S. Paulo, respondendo os professores das primeiras séries ginaçais a questionários sobre a reforma estadual e o exame unificado de admissão.

Os resultados foram analisados baseados no tipo de formação acadêmica dos professores, seu tempo de exercício no magistério, concepção da finalidade educacional, uso da didática, observando-se, de um modo geral, carência de informações sobre os aspectos e espírito da reforma; mostram-se favoráveis a um exame de admissão mais seletivo, embora poucos opinem por um cunho profissionalizante no 1º ciclo; consideram que a reforma continua apenas num plano teórico.

21.

MELLO, Guiomar Nomo et alii - Implantação das classes de 5ª e 6ª séries na cidade de S. Paulo. Pesquisa e Planejamento, S. Paulo. (11): 97-147, dez.1968.

Levantamento e análise de dados relativos ao movimento de extensão da escolaridade na cidade de S. Paulo, no qual estão empenhados o Estado, o Município e o SESI. Para tal estudo, elaboraram-se roteiros de entrevistas para os responsáveis pela implantação e funcionamento da 5ª e 6ª séries, supervisão e preparo dos professores e outro para os professores e encarregados de cada "nucleo". O 1º inclui itens referentes aos objetivos e à orientação daquelas classes e o 2º investiga sobre a estrutura administrativa, instalações, matrícula e professores, estrutura didática, corpo docente e discente, atividades auxiliares e assistenciais e associações.

As informações colhidas refletiram a opinião das entidades mantenedoras das escolas, em termos reais e ideais, acusando discrepâncias quanto às dificuldades financeiras para instalação. Há uma tendência mais acadêmica na orientação do Estado e mais profissional na Prefeitura; o SESI, entretanto, preocupa-se na descoberta das aptidões dos alunos, donde a diversidade de programas, avaliação do rendimento escolar e critérios de seleção de alunos.

Baseado em estudos teóricos publicados pela UNESCO, reflete sobre a extensão da escolaridade como obrigatória, julgando da necessidade de reorganizá-la em novas bases quantitativas e qualitativas, adaptando sua duração às necessidades e disponibilidades do país e de suas diferentes regiões.

22.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Divisão de aperfeiçoamento do Magistério. - Caracterização sócio-econômico do estudante universitário. Rio de Janeiro, 1968. 440 p. multilit. (Publi. CBPE, Série 8, Pesquisas e Monografias., 3).

Esta pesquisa promovida em 1965 pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em cooperação com os Centros Regionais e as Universidades do Ceará, do Paraná e de Brasília, teve por objetivo estudar a situação sócio-econômica do estudante do ensino superior, verificando ainda as possíveis variações dessa situação de acordo com as localidades, faculdades e ramos de ensino pesquisados.

Para o levantamento dos dados, elaborou-se um questionário incluindo itens agrupados nas seguintes categorias: 1) o estudante, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, naturalidade etc.; 2) a família; 3) a vida escolar; 4) a situação sócio-econômica do estudante e sua família; nível ocupacional dos pais e irmãos e do próprio estudante etc. Utilizou-se, para os níveis ocupacionais, a escala adotada por Bertram Hutchinson.

A pesquisa abrangem todas as escolas superiores sediadas nas capitais dos Estados, limitando-se, porém, aos alunos da primeira série dos cursos de graduação.

As informações obtidas são apresentadas nesse volume, obedecendo ao seguinte critério: 1) Descrição dos resultados gerais para o total de estudantes pesquisados, objetivando caracterização ampla do universitário brasileiro; 2) os dados relativos às localidades estudadas foram analisados separadamente, a fim de possibilitar o conhecimento da situação específica de cada centro urbano; 3) alguns ramos como Medicina, Direito, Economia e Ciências Sociais foram estudados isoladamente procurando-se verificar semelhanças e diferenças entre os estudantes destas modalidades e o conjunto de primeiranista. 4) Em apêndice, detalharam-se aspectos como: matrícula, frequência e opinião dos estudantes.

23.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério - Condições sócio-econômicas dos professores primários no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 54 (110): 165-188, jul./set. 1970.

Pesquisa realizada em 1969 e 1970, com o objetivo de caracterizar as condições sócio-econômicas do professor primário brasileiro, tendo em vista suas inter-relações com o rendimento do ensino, bem como uma política adequada de mão-de-obra e o planejamento educacional.

Cobriu uma amostra de 10% do professorado estadual e municipal em exercício, escolhidos randômicamente.

Foi aplicado questionário com indagações sobre formação profissional, nível de instrução, remuneração, avaliação do merecimento, férias, tempo de exercício, economia familiar, condições de morada, assistência social, conforto doméstico, diversões, alunos por turma.

Conclusões e sugestões: 1) os salários do magistério primário no Brasil são muito baixos, sendo os estaduais melhores que os municipais e os dos grandes centros urbanos superiores aos de pequenos centros; 2) baixo nível de profissionalização do professor primário brasileiro caracterizado pela ausência de formação especializada, nível insuficiente de instrução, dependência financeira da família e falta de incentivo para a carreira, com repercussões no rendimento do ensino. É imperiosa a necessidade de serem criadas condições que favoreçam a qualificação profissional do magistério primário brasileiro, de acordo com as sugestões do GT da Reforma de Ensino primário e Médio.

24.

- Domínio das crianças da escola primária dos conceitos e vocabulários envolvidos no ensino da História. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro 55 (122): 285-297, abr./jun. 1971.

Pesquisa realizada pela Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, em 1968/69.

Objetivo: apurar o grau do domínio dos conceitos e vocábulos envolvidos no ensino da História, ao qual se atribui o maior ou menor rendimento do aluno naquela matéria.

Amostra: 54 escolas públicas primárias da Guanabara, sorteadas randômicamente, situadas nas zonas rural e urbana, submetidos os alunos a testes objetivos de múltipla escolha, utilizando-se na sua elaboração vocábulos e conceitos mais frequentes nos livros didáticos.

Resultados: confirmação da hipótese; a aprendizagem parece variar na razão direta do tempo em que são tratados os assuntos; os aspectos históricos que apelam para a imaginação infantil e despertam maior admiração parecem ser mais facilmente fixados; melhores resultados das crianças de nível sócio-econômico elevado.

25.

- Formação do professor primário. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 52 (115): 113-136, jul./set. 1969.

Pesquisa realizada pela DAM do CBPE, com o objetivo de analisar o magistério primário, cuja deficiência de formação é apontada como provável causa do baixo índice de rendimento escolar.

Foram estudadas 85 escolas normais escolhidas randômicamente em 8 Estados, utilizando-se questionários e fichas respondidas por alunos, professores, diretores e pelos próprios pesquisadores.

Os resultados mostram o uso dominante dos currículos enciclopédicos, a carga horária insuficiente nas cadeiras de metodologia e prática de ensino, estágio de observação de aulas limitado, a dominância do estudo do método global de alfabetização e as condições negativas de integração no magistério confirmando assim as hipóteses levantadas.

Sugestões: zoneamento das escolas normais com prédio, material e equipamento adequados ao seu funcionamento; seleção aprimorada dos professorandos e do corpo docente, especialmente das cadeiras de metodologia, prática de ensino e psicologia; desenvolvimento da observação e participação dentro dos currículos e programas e nos trabalhos de pesquisa; criação de escolas experimentais com métodos renovados.

26.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Divisão de Aperfeiçoamento do Ministério - Métodos, atitudes e recursos de ensino usados pelos professores primários da Guanabara. Rio de Janeiro, 1971. 42 p. (Sér. 8 Pesquisas e Monografias, 8).

O objetivo da pesquisa foi o de conhecer as condições pessoais, formação, aperfeiçoamento e aspirações do professor primário da Guanabara.

A amostra constou de 187 professores indicados por 9.300 colegas como os mais qualificados. O instrumento de avaliação constou de questionários para os professores e diretores e ficha de observação do professor em classe.

Das conclusões obtidas observou-se que: a maioria dos professores não desenvolve um currículo abrangente; revela maior segurança na área da Linguagem; demonstra integração profissional, segurança e deseja continuar fazendo cursos de aperfeiçoamento.

27.

- Psicologia no trabalho do professor primário. Rio de Janeiro, 1971. 38 p. (Sér. 8 Pesquisas e Monografias, 6)

Focalizando os problemas do professor no manejo de classe, aprendizagem e orientação de alunos, procura avaliar os conhecimentos psicológicos de que se utiliza na sua solução e da necessidade de reformulação daquele programa no curso normal.

Foram aplicados 3 questionários específicos entre 500 professores com experiência no magistério, de 2 a 3 anos, e escolhidos randômicamente nos diferentes distritos escolares da Guanabara.

Os resultados revelaram: 1) problemas mais frequentes encontrados nos diversos níveis de ensino: capacidade de fixação (98%), dificuldade de leitura oral (97%), persistência no trabalho escolar (96%), raciocínio numérico (94,7%) e outros; 2) o preparo inadequado dos professores conforme suas respostas às questões de situações práticas, envolvendo conhecimentos de psicologia; 3) falhas básicas no preparo de filosofia de educação.

Impõe-se, desse modo, a reformulação do programa de psicologia, atendendo aos pontos sugeridos pelos próprios professores como necessários ao seu trabalho.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais - Cursos preparatório de admissão ao ginásio na Guanabara. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 53 (117) : 84-133, jan./mar. 1970.

Pesquisa realizada junto a 25 dos cursos preparatórios de admissão aos ginásios, existentes na Guanabara, em 1966 e escolhidos aleatoriamente, considerando a procedência dos alunos, habilitação profissional do corpo docente e administrativo, funcionamento, estrutura, aceitação desses cursos pela clientela.

Metodologia utilizada: aplicação de questionário aos professores e administradores dos cursos, entrevistas, observação pessoal e de campo.

Conclusões: o sistema de ensino integrado, isto é, a passagem automática do ensino primário ao médio, poderá ser a solução indicada, de modo a extinguir o exame de admissão ao ginásio; urge, para isso, que haja efetiva democratização no ensino médio, a fim de corrigir certos desequilíbrios no acesso aos colégios públicos, que beneficiam apenas uma minoria privilegiada, desaparecendo os cursinhos que na maioria das vezes, se industrializam, deixando de atender a suas finalidades.

28.

OLIVEIRA, Eliseta Ordones Franco de - Estudo de testes. Boletim do CRPE de Minas Gerais, Belo Horizonte, 6 (6): 161-202, 1965.

Análise comparativa dos testes de Eloah R. Kunz, o ABC de Lourenço Filho e o ALE utilizados para classificar alunos de 1ª série conforme o grau de maturidade para a aprendizagem da leitura e escrita. Quadros demonstrativos dos acertos obtidos em cada questão nas diferentes idades, alertam sobre a necessidade de construção adequada dos itens, testagem e tratamento estatístico dos mesmos, dosagem das dificuldades e de construção de escalas para melhor definir o nível de maturidade do aluno.

29.

OSASA, Aico et alii - O esforço de renovação no ensino primário na cidade de S. Paulo. Pesquisa e Planejamento, S. Paulo (11): 7-95, dez. 1968.

Visão global do que vem sendo feito em 5 escolas paulistas no sentido de renovação pedagógica.

Foi para isto elaborado questionário submetido à amostra arbitrariamente escolhida, incluindo itens relativos aos objetivos da escola, sua estrutura administrativa, prédios e instalações, métodos e técnicas de ensino e controle da experiência, corpo docente e discente com seus trabalhos, exigências de matrícula, atividades auxiliares e assistenciais, associações, fichas pessoais dos professores.

Os resultados ainda que pouco significativos, dada a limitação da amostra, levaram a algumas sugestões: 1) iniciativa da própria escola em conseguir coerência entre os objetivos propostos e os procedimentos para alcançá-los; 2) centralização das escolas para melhor obtenção de informações sobre as escolas experimentais existentes; 3) controle sistemático das experiências ali realizadas para a necessária generalização.

Em anexo, o questionário utilizado.

30.

PACHECO, Graciema & SANTOS, Olga Machado dos - As classes de alfabetização através do parecer das professoras. Porto Alegre, CRPE, 1965. 45 p. (Publ. CRPE, série 1, Pesquisa e monografias, 5).

Estudo realizado pela Divisão de Estudos e Pesquisas do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, investigando como a professora vê a sua classe, as diferenças e rendimentos de aprendizagem de seus alunos, e as condições em que desempenha as suas funções, e seu trabalho didático.

31.

PAIXÃO, Sérvula de Souza - Reprovação e repetência nas duas primeiras séries do ensino secundário público na GB. 1968-1969. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1971. 15 p. multilit. + anexos.

Levantamento por amostragem (52 escolas) da situação existente na Guanabara em seus aspectos quantitativos quanto à reprovação e repetência.

O questionário utilizado oferece dados relativos à matrícula, aprovações e reprovações, discriminadas por idade, sexo e matéria, entre alunos novos e repetentes, sendo ocasionalmente complementados por impressões de professores e diretores.

Observou-se melhor rendimento do elemento feminino nas séries iniciais do ginásio, maior número de reprovações entre os repetentes e nas cadeiras de matemática, português e francês.

As prováveis causas, relativas ao aluno, ao sistema de ensino, como ao acesso direto ao ginásio nas escolas públicas primárias, deverão ser objeto de novas pesquisas.

32.

PEREIRA, Odiles Fonseca - Sistema educacional de Viamão. Levantamento do ensino de grau primário e médio relativo a 1962. Porto Alegre, MEC, INEP, CRPE Rio Grande do Sul, 1965. 89 p. (Publ. CRPE, Série 1, Pesquisas e Monografias, 4)

Situando o município Gaúcho de Viamão, nos seus aspectos geográfico, histórico, urbano, demográfico, econômico e cultural, mostra a realidade do ensino primário e médio, por meio de questionários preenchidos diretamente nas escolas ou na fonte informativa da Delegacia Regional de Ensino.

Apresenta dados numéricos referentes ao ensino primário estadual, rural, supletivo, municipal, particular e à rede de ensino primário do Serviço de Expansão Descentralizada, quanto a prédios, salas de equipamento, matrículas, currículos e sua execução; professores, rendimento escolar, despesas com a educação. A mesma constatação é feita no campo do ensino médio, analisando as respectivas tabelas quanto à evasão escolar, o que atribui à redução do dia letivo e mobilidade dos professores.

33.

- Situação do ensino nos municípios do Rio Grande do Sul. Levantamento do ensino de grau primário no município de S. Leopoldo. Correio CRPE do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 8 (55): 69-85, jan./mar, 1967.

O levantamento, realizado em 1965, baseou-se no que se refere ao ensino, em dados relativos ao ano de 1963.

São Leopoldo destaca-se da maioria dos municípios gaúchos pela qualificação profissional de seu magistério, podendo-se verificar a existência de 68% de normalistas. A economia apóia-se na indústria. O maior volume de sua produção está ligado à metalurgia, seguindo-se, pela importância de suas atividades, a indústria de calçados e artefatos de couro.

34.

PERES, Janise Pinto - Os programas de escola primária de Pernambuco e os programas de outros Estados e países. Cadernos Região e Educação, Recife, 2(18): 41-49, dez. 1969.

Compara os programas de Linguagem e Matemática, Ciências Naturais e Estudos Sociais das escolas primárias de Pernambuco em sua carga horária e objetivos com os de outros Estados e países (Itália, França, Alemanha e União Soviética) a fim de verificar se aqueles são pretenciosos ou não. Conclui que o programa de Pernambuco é razoavelmente equilibrado nas suas exigências para a escola primária.

35.

PERES, Janise Pinto & LIMA Neyde dos Santos - Uma nova experiência em supervisão. Cadernos Região e Educação, Recife, 2 (18): 3-40, dez, 1969.

Experiência no campo da supervisão científica (observação em classe e conferência individual) e supervisão clínica (tratamento das deficiências apresentadas pelos educadores que estão sendo supervisionados) com o objetivo de conscientizar o professor a respeito do que acontece em sua sala de aula.

Procurando atenuar as desvantagens e verificar as eficiências, fundiu-se os dois métodos, utilizando o Sistema de Análise de Interação na sala de aula, organizado por Ned A. Flanders, que engloba: a) fala do professor; b) fala do aluno; c) silêncio ou confusão - num total de 10 categorias nas quais cada observador organizará matrizes, correspondendo a um tipo de atividade, depois analisada e interpretada individualmente com o supervisor.

Os resultados obtidos pela equipe CRPE/INEP são apresentados no relatório de cada professor, concluindo-se que o ideal seria um comportamento mais indireto do professor, preocupando-se menos com o seu próprio.

36.

PINHEIRO, Lucia Marques - Melhoria do rendimento do ensino no primeiro ano primário. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, 1971. 59 p. mimeogr.

O elevado índice de repetência dos alunos de 1º ano na escola primária, atribuído ao fato de se classificarem as crianças, conforme a suposta maturidade para a aprendizagem da leitura e da escrita, conduz a estudo sobre as possibilidades de melhoria do ensino no primeiro ano primário.

Hipóteses: 1) pela introdução de novos métodos de ensino de base fônica, atendendo às dificuldades da criança; 2) pela classificação dos alunos imaturos em turmas comuns; 3) aplicação do método misto. Foram estudadas crianças de 6 a 7 anos, provenientes de meios sociais desfavorecidos e frequentando 4 escolas públicas da Guanabara, considerando-se todos os alunos classificados como imaturos, 8 turmas de crianças maduras, alfabetizadas pelo método misto, 4 das quais funcionando como grupo de controle.

Os resultados assinalam o aumento significativo das taxas de promoção ao 2º ano, junto a alunos novos, alfabetizados pelo método misto e especialmente em relação aos imaturos (conforme teste ABC), o que leva à dispensa dos exercícios específicos preparatórios para a leitura e escrita, na base daquele teste, e confirmação das hipóteses levadas.

Alerta sobre o perigo da segregação das classes especiais, como uma marginalização, recomendando um estudo mais aprofundado das crianças com dificuldades de aprendizagem enfatizando a individualização e a preparação de material específico.

37.

PINHEIRO, Lucia Marques & PINHEIRO, Maria do Carmo Marques - Ensino de Geografia na escola primária. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 49 (109): 95-107, jan./mar. 1968.

Visando contribuir para a melhoria do programa dos métodos e recursos utilizados no ensino da geografia, procura pesquisar até que ponto as crianças das escolas primárias no Estado da Guanabara dominam os conceitos imprescindíveis à compreensão e ao bom rendimento na matéria.

Para isto foram construídos e aplicados testes objetivos de múltipla escolha, abrangendo itens de localização de acidentes, conceituação e conhecimentos gerais no campo da geografia física e humana, devida e previamente experimentados. A amostra utilizada, de 1.044 alunos de nível 5 a 6, foi constituída randômicamente em 10 escolas públicas da zona urbana, suburbana, rural e de favelas da Guanabara, e distribuída em 4 grupos de acordo com a condição sócio-econômica, conforme classificação do IPE.

Os resultados revelaram: 1) não haver diferença significativa entre os alunos de nível econômico médio e os de nível baixo; 2) um fraco índice de acertos na área da geografia humana e de localização de acidentes, embora melhorando nos conhecimentos cuja aprendizagem foi favorecida pela própria vivência ambiental; 3) maior rendimento entre os alunos do nível 6, donde reflexões sobre o valor da extensão da escolaridade primária.

Concluindo sobre a necessidade de ensino da geografia ser orientado num sentido objetivo e funcional, oferece sugestões de ordem prática para reformulação de programas comparativamente a outros países, à atualização e aperfeiçoamento do professor no campo da metodologia em Ciências Sociais, alertando-os inclusive sobre a terminologia e conceitos específicos utilizados nos livros didáticos.

38.

QUIRINO, Tarcizio Rêgo - Algumas variáveis sócio-educacionais da evasão escolar do curso secundário no Brasil. Cadernos Região e Educação, Recife 8 (15): 68-90, jun. 1968.

Pesquisa sobre o programa da evasão escolar no Brasil tendo por objetivo detectar as respectivas causas. A hipótese básica é de que há diferenças significativas na caracterização sócio-educacional entre os estudantes que se evadem e os que permanecem na escola.

Para comprová-la, compara os 4 grupos da amostra em função da idade, grupo cultural de referência, turno escolar, classificação social subjetiva, qualidade das notas finais no ano letivo anterior e em função do número de reprovações, conforme questionário da pesquisa de Owen. Os grupos foram constituídos de 50 casos, cada um com alunos de 1º e 3º ano da região nordeste e da região sul industrial.

Os resultados observados comprovaram em parte a hipótese levantada e levaram às seguintes conclusões:

há uma relação positiva entre a adequação etária dos alunos e a retenção escolar, o que se verifica com maior intensidade no Sul e nos cursos diurnos. O mesmo se registra entre a razão de adequação etária e a qualidade das notas; entre as notas alcançadas no ano anterior e a aprovação e a retenção escolar; entre os alunos que se julgam de classe média e a retenção escolar.

Por outro lado, deram também margem à criação de uma tipologia do estudante concluindo e evadendo.

39.

ROSAMILHA, Nelson - O ensino primário complementar no município de S. Paulo. Contribuição para o planejamento e organização do prolongamento da escolaridade primária básica. Pesquisa e Planejamento, S. Paulo, 10 (9) : 91-209, jun. 1965.

Analisa a situação existente no município de São Paulo em relação ao prolongamento da escolaridade básica. Expõe os objetivos e o plano de pesquisas, fazendo parte deste um levantamento da legislação relativa ao problema da organização e do funcionamento dos cursos complementares, a verificação da distribuição dos 5º anos primários e curso de admissão (públicos e particulares), dificuldades e obstáculos existentes para o prolongamento da escolaridade primária básica nos grupos escolares da Capital de São Paulo. Faz apreciação crítica dos resultados obtidos e apresenta tabelas dos dados corrigidos.

40.

SALDANHA, Loureni Ercolani - Ensino sobre um modelo de organização do ensino com vistas à individualização. Porto Alegre, Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1969, 2.v

Fundamenta-se na teoria psicogenética de Piaget, recorrendo ao estudo dirigido, à instrução programada e ao uso das fichas, na medida em que melhor desenvolvem o conteúdo da matéria, os objetivos educacionais e o operações mentais correspondentes.

Experimentado com alunos da 1ª série do Colégio de Aplicação da UFRGS, com referência a cinco disciplinas, seus resultados puderam ser controlados relativamente ao ensino comum, anteriormente desenvolvido junto ao mesmo grupo, e mediante teste objetivo para avaliar o melhor nível de aprendizagem nas técnicas individuais utilizadas, quanto à aquisição e aplicação de conhecimentos, estabelecimento de relações e capacidade de descoberta.

A análise e interpretação dos resultados mostraram que o rendimento no processo de aprendizagem do aluno é mais satisfatório quando norteado pelo princípio da individualização e as técnicas que melhor o reforçam são aquelas que, por sua própria estrutura e natureza, atendem ao ritmo próprio, resposta ativa, pequenas etapas e verificação imediata.

41.

SANT'ANNA, Flavia Maria & PAES, Isolda Holmer - Formação intensiva do professor: niaro experiência de como modalidade de treinamento. Porto Alegre, MEC, INEP, CRPE Rio Grande do Sul, 1970. 207 p. (Sér. 1, Pesquisas e Monografias, 13).

Pesquisa com o objetivo de organizar modelo de ensino para a formação do professor, em consonância com as necessidades do país.

Recorre à microexperiência, nova tecnologia de treinamento vinculada a princípios cibernéticos e de psicologia aplicada à educação, efetuada em etapas sucessivas de ensino, feedback, replanejamento e reensino, mediante seminários, entrevistas, aulas teóricas e demonstrativas.

Levanta a hipótese da superioridade daquele sistema em relação aos demais no preparo do professor, propiciando a aquisição, desenvolvimento e organização de comportamentos específicos de ensino.

A amostra para comprová-la foi escolhida aleatoriamente e organizada com emparelhamento de grupos experimentais e de controle, com 18 alunos cada um, abrangendo 60% dos alunos do curso de letras da Faculdade de Filosofia da UFRGS.

O desempenho de cada grupo, comparativamente, na fase de ensino e reensino, foi avaliado pelos respectivos supervisores e alunos que assistiam à aula, com o uso de escalas especiais e em entrevistas, e pelos alunos-mestres em fichas de auto-avaliação, registrando-se o crescimento do grupo, embora variado e gradativo, na aquisição de diversas habilidades de ensino.

Comprovados os resultados positivos da micro-experiência para o preparo do professor de letras, supõe válido estender sua efetividade a outras especializações e níveis de ensino, uma vez que o feedback contínuo proporciona experiências diferenciadas e estimula o aluno em treinamento na busca de respostas adaptativas.

42.

SANTOS, Maria Aparecida dos - Levantamento dos recursos audio-visuais nas Faculdades de Educação e nos cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia do Estado de S. Paulo. Pesquisa e Planejamento, S. Paulo (14): 137 - 192, abr. 1972.

Pesquisa realizada no CRPE de S. Paulo com o apoio da OEA com o objetivo de observar a utilização dos recursos audiovisuais no ensino superior no Estado de S. Paulo. Instrumento de trabalho: formulário aplicado junto a 44 faculdades da capital e do interior.

Resultados: Apenas 29% das Faculdades de educação e cursos de pedagogia contam com centros audiovisuais especializados; insuficiência e precariedade quanto às instalações, recursos humanos e materiais para a realização das atividades; cursos audiovisuais para professores, previsão orçamentária e subvenções para o setor AV. inexistentes.

43.

- A situação dos recursos audio-visuais na escola secundária de S. Paulo. Pesquisa e Planejamento, S. Paulo (13): 99-214, dez. 1970.

Avaliação do emprego de recursos audiovisuais em 47 escolas secundárias oficiais e particulares, leigas e religiosas do município de S. Paulo, a partir de depoimento de professores e diretores daqueles estabelecimentos em questionários para isto elaborados. Foi utilizado o processo misto de amostragem - intencional e casual, para efeito comparativo das escolas - padrão e comuns, considerando as respectivas entidades mantenedoras.

As escolas-padrão demonstram maior preocupação em regulamentar o uso das técnicas modernas de ensino, apresentando melhor situação no que se refere ao número e qualidade de equipamento audiovisual, sobretudo nas escolas particulares leigas ou religiosas. Os RAV favorecem o aproveitamento do aluno e complementam o trabalho do professor que, independentemente do tipo de escola e sua entidade mantenedora, reclamam cursos específicos sobre a metodologia audio-visual.

Conclusões: necessidade de difusão daquelas técnicas e formação de pessoal competente, equipando-se melhor a escola comum que atende a número maior e mais diversificado de alunos.

44.

SOUZA, Maria Rejane de Almeida - Condições sócio-econômicas do professorado primário no Estado de Pernambuco no ano de 1967. Cadernos Região e Educação. Recife, 10 (19): 3-45, jan. 1970.

Dados referentes ao Estado de Pernambuco, em pesquisa de âmbito nacional realizada pelo INEP, com o objetivo de oferecer subsídios a um trabalho da UNESCO sobre as condições econômicas dos professores primários da América Latina.

O nível de instrução dos professores estaduais é superior ao dos municipais; quase todos do sexo feminino, numa faixa etária de 20 a 39 anos, trabalham em regime de 4 horas diárias; seu salário em média de R\$126,00 contrasta com o dos municipais - R\$39,00; a maioria tem residência própria, família com 3 a 4 filhos, além de outros dependentes, não permitindo que, por motivos econômicos, 75% participem de divertimentos, conforme questionários e quadros estatísticos ilustrativos.

45.

TAVARES, José Nilo - Atitudes pedagógicas das professoras de ensino primário de Belo Horizonte - Boletim do CRPE de Minas Gerais, Belo Horizonte (7) 103-127, fev. 1969.

Relatório de pesquisa realizada junto a 56 professoras primárias de Belo Horizonte, utilizando-se o "Minnesota Teachers Attitude Inventory". De têm-se na interpretação das respostas sobre as atitudes das professoras com relação ao comportamento dos alunos e em relação ao próprio comportamento, analisados face à dualidade da educação moderna e antiga, positiva e negativa, compreensiva e coercitiva, constatando uma discrepância entre a atitude teórica e prática devidamente observada.

Tece considerações em torno da filosofia educacional daquele magistério manifesta através de atitudes e emissão de juízos e valores sobre os problemas sexuais, de autoridade, disciplina e finalmente sobre suas idéias quanto ao currículo e sistema de ensino vigentes.

46.

- A rede do ensino primário em Belo Horizonte. Boletim Informativo do CRPE de Minas Gerais, Belo Horizonte 6 (6) : 1-76, 1965.

Interpretação da rede do ensino primário de Belo Horizonte, abrangendo a análise de dados relativos a 9 grupos escolares, tipologicamente situados em áreas de classe alta, média e proletária.

A primeira parte estuda a composição social profissional e residencial dos alunos dos grupos Escola de Demonstração, tentando esboçar uma escala tipológica, válida para os estabelecimentos de ensino primário, em várias conotações; em seguida, as matrículas geral e efetiva, no tempo e no espaço, e os índices de aprovação e reprovação.

Na segunda parte analisa a estrutura material da rede do ensino primário compreendendo o prédio e o mobiliário escolar, o material didático; as áreas das salas, as condições higiênicas e de saúde, as bibliotecas infantis e pedagógicas, a caixa escolar, a recreação e outras atividades em particular ou em geral.

Estuda ainda as séries e turnos, e os tipos de classe, tecendo algumas considerações em torno das variantes dos modelos técnico e real.

Da análise feita depreende as considerações gerais e finaliza com uma visão panorâmica da educação elementar na capital mineira em 1960.

47.

VASCONCELLOS, Miriam Brindeiro de Moraes - Calendário agrícola e frequência escolar. Cadernos Região e Educação, Recife, 10 (20): 3-53, dez. 1970.

Pesquisa realizada com o objetivo de verificar as culturas agrícolas representativas do Estado de Pernambuco, e os meses de sua maior concentração investigando a incidência das tarefas agrícolas no afastamento dos alunos das salas de aula.

Consultados 3 calendários regionais, levanta a hipótese de que nos meses de maio, outubro, junho e novembro decai a frequência escolar em função dos afazeres do plantio e da colheita.

Tal coincidência foi observada nos 55 municípios da amostra estudada, embora sem uniformidade em todo o Estado, variando o fenômeno para cada região ou grupos de municípios: nas áreas do litoral e Mata do Norte (42%), Mata Agreste e Centro (39%) e Agreste Sul (38%), notadamente entre os meses de maio/junho e setembro/outubro.

Sugestões: medidas especificamente de âmbito municipal, de acordo com as exigências locais, organização de classes homogêneas na zona rural no sentido da participação do aluno no mundo do trabalho, possibilitando-lhe a prática agrícola e o entrosamento entre estas tarefas e a aprendizagem escolar.

48.

- Correlação entre instrução, padrão de vida subjetivos, profissão e renda na cidade do Recife. Cadernos Região e Educação, Recife 7 (13): 3-42, jun. 1967.

Pesquisa realizada no Recife, cuja amostra constou de 1.000 casos, tomados aleatoriamente, englobando a população com 20 anos e mais, com profissão remunerada, distribuída segundo os vários níveis educacionais com o objetivo de estudar as seguintes - instrução, padrão de vida subjetivo, profissão e renda, analisar e determinar o nível de adequação ou discrepância entre elas e ao mesmo tempo, sondar a influência dos níveis educacionais no estabelecimento das mesmas.

Quanto aos fins, além dos especulativos, dos objetivos metodológicos no vos a atingir dentro do campo da pesquisa sócio-econômico-educacional, poder-se-á abstrair dos dados coletados; para que tipos de trabalho estão os vários níveis educacionais, encaminhando seus contingentes de população, qual a renda auferida por eles e o padrão de vida que possuem, se eles têm uma ou mais ocupações e se estão satisfeitos com a renda que recebem, se há diferença de opiniões entre as faixas de idade, sexo, número de dependentes, se as situações divergem de acordo com as origens geográficas.

Foi constatada a falta de adequação significativa entre as variáveis estudadas, bem como foi evidenciada a influência dos níveis educacionais no estabelecimento das demais variáveis.

49.

VASCONCELOS, Miriam Brindeiro de Moraes - Uma experiência em televisão instrucional. "Let's learn english". Cadernos Região e Educação, Recife, 8 (15): 3-37, jun. 1968.

Pesquisa realizada pela Divisão de Pesquisas Sociais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife sobre o trabalho de TV. Educativa, com a colaboração da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos, do USIS, da TV Rádio Clube, e da TV Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Inicialmente descreve o desenrolar do curso "Let's Learn English" em aulas diárias de 45 minutos e cujo programa é desenvolvido em 132 filmes, sendo dois para testes. A exibição durante os 15 minutos iniciais segue-se parte da revisão e fixação, que podem ser acompanhadas por apostilas. Discrimina as técnicas básicas empregadas naqueles filmes relativos à linguagem, metodologia, atitudes do aluno e professor frente à câmera.

A seguir, procura mostrar as características sociológicas da população que acompanha o curso para analisar posteriormente os resultados finais da aprendizagem. A amostra abrange um total de 5.250 alunos, de ambos os sexos, originários de Recife e na sua maioria elementos de outros municípios pernambucanos, da Paraíba e de Alagoas; a faixa etária dominante é de 12/24 anos, com grau de instrução primária ou secundária, mas sem renda própria, assistindo às aulas nas próprias casas e cujo motivo de inscrição é o desejo de aprender inglês.

Submeteram-se ao teste de aproveitamento 220 alunos também devidamente caracterizados (4% da audiência global) dos quais 69% foram aprovados, percentagem esta diretamente proporcional aos níveis de ensino e ao preparo anterior no estado do inglês. Saliencia que os telealunos de zonas administrativas mais pobres devem ter uma assistência pedagógica especial para que os índices de aprendizagem sejam mais homogêneos. Em anexo inclui fichas de matrícula, de aproveitamento, o teste final com 100 questões de triplíce escolha e a respectiva chave de correção.

50.

_____- Levantamento dos recursos financeiros para a educação em Pernambuco. Cadernos Região e Educação, Recife, 5 (10): 40-55, dez. 1965.

Mostra as tendências da política financeira educacional em Pernambuco, enquanto procura atualizar os dados orçamentários para 1964.

Os levantamentos registrados em quadros estatísticos mostram os índices de aumento do custo de vida de 1958 a 1964, as despesas previstas para a educação e ajustadas ao custo de vida, de Recife e de Pernambuco, e dentro do contexto brasileiro.

Entre outros dados merecem ser destacados a colocação em 1º lugar na esfera estadual das dotações orçamentárias para a educação que, no período de 58 a 64, aumentaram 120 vezes, embora relativamente aos demais Estados do Nordeste não seja satisfatória a situação de Pernambuco.

51.

VASCONCELOS, Miriam Brindeiro de Moraes - A teleaudiência da TVU, canal 11. Cadernos Região e Educação. Recife, 9 (17): 3-36, jun. 1969.

Visa conhecer a área da TVU em Pernambuco, Paraíba e Alagoas e a caracterização sócio-econômica dos telealunos.

Os métodos utilizados são questionários respondidos pelos telealunos e telespectadores e circulares a todos os prefeitos dos 3 Estados citados, solicitando informações sobre a receptividade da TVU.

Foi utilizada a amostra de 127 municípios que representam 30% do universo de 425, assim distribuídos: Pernambuco 29%; Paraíba 29%; Alagoas 34%.

Apresenta dados estatísticos sobre a população e número de domicílios, modelos dos questionários utilizados e carta circular.

52.

- Televisões de Pernambuco; estudos sócio educacionais. Recife, CRPE, 1965, 50 p. mimeogr.

Analisa aspectos internos e externos das televisões de Pernambuco - programas, sintonização, número de aparelhos, etc. - e a situação da TV educacional no Brasil e em outros países.

Ao lado da constatação da inexistência de programas educacionais propriamente ditos, por meio de questionários, observações, bibliografias etc., registra-se também o apoio de 85% dos municípios para este tipo de programa devendo pois ser iniciado por pequenos Cursos de Cultura Geral ao nível primário e técnico profissional, de acordo com as necessidades da região.

53.

- Tipo de família dos alunos da escola do CRPE - Cadernos Região e Educação, Recife 7 (14): 3-48, dez. 1967.

A pesquisa em questão procurou, por meio de questionários, estudar a família dos alunos da Escola do CRPE. Foram aplicados 106 na área compreendida entre o K e 1,5 km da escola.

As inter-relações família-escola tornam-se cada vez mais evidentes, a medida que são aprofundados os estudos em torno do processo educacional. A família, como célula social, apela para a escola, como agente educacional e esta depende da família, a fim de que o processo educacional, no seu mais amplo sentido, possa cumprir-se adequadamente.

A partir desse inter-relacionamento, mostra quais os aspectos característicos dessa família e quais as várias faixas de influência que ela vem exercendo sobre a escola. Por outro lado, a escola, conhecendo o tipo de família da sua clientela, pode anular as influências negativas e estimular as positivas.

Assim, ao lado das conclusões, relacionadas segundo os aspectos da localização, estrutura familiar, mobilidade, habitação e higiene, alimentação, divertimentos, renda, religião, instrução, relação família-escola, problemas da comunidade, são feitas também recomendações para um relacionamento gradativamente mais perfeito entre a escola e a família.

54.

- O estudante secundário do segundo ciclo no Recife. Caderno Região e Educação, Recife, 5 (9): 2-133, jun. 1965. (n. especial).

Cresce progressivamente a população escolar do 2º ciclo secundário de Recife, sobretudo com a assistência da Campanha Nacional do Ensino Gratuito, permitindo acesso aos cursos aqueles que anteriormente eram absorvidos pelo setor de trabalho.

Para melhor atender às necessidades desta população e propiciar-lhe uma formação adequada, foi feita, pela aplicação de questionário em 2.543 alunos de 38 colégios, uma sondagem de suas características sob os aspectos demográficos, econômicos, políticos, sociais, religiosos e pedagógicos, cujos dados estatísticos retratam as condições dos estabelecimentos de ensino, interesses e ocupações de seus alunos, suas aspirações.

55.

XAVIER, Vicentina de Freitas Ribeiro & ANDRADE, Zahy Edna - Delimitação do parassistema na educação do Estado de Minas Gerais: estudo exploratório. Belo Horizonte, MEC, INEP, CRPE João Pinheiro, Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1969. 25 p. mimeogr.

A educação sistemática, tal como se vem desenvolvendo entre nós, não prepara e nem habilita funcionalmente o indivíduo, dado o desentrosamento entre o sistema escolar e o sistema de produção.

Dai surgir uma gama de "cursinhos" patrocinados por organismos autônomos ou autarquias, para suplantar a deficiência do sistema escolar oficial.

Criou-se assim o parassistema escolar que vem atendendo significativa e eficazmente as solicitações do mercado de trabalho, quanto a formação de mão de obra qualificada, pois se acha diretamente voltado para o sistema de produção.

Apresenta, em anexos: a) os cursos técnicos-profissionais ministrados pelo SENAI e SENAC; b) legislação.

56.

WOORTMAN, Klass Axel Auton Wessul - Algumas características sócio-econômicas dos ginásianos de Salvador. Boletim Informativo do CRPE, Salvador (24): 35-49, jan./mar. 1968.

Apresenta os dados de uma pesquisa em elaboração sobre atitudes e expectativas de estudantes face à mudança social, referindo-se no presente relatório apenas à 4ª série do primeiro ciclo dos estabelecimentos de ensino leigo, público, privado, excetuando o setor confessional.

No resumo das observações preliminares sobre a população escolar das séries terminais do primeiro ciclo do ensino médio chegou à seguintes conclusões: na população escolar independentemente do período de funcionamento, do ramo de ensino ou da entidade mantenedora, predomina uma clientela de classe média, elevando-se nos cursos noturnos as camadas baixas do sistema de estratificação social, mas com uma parcela ponderável de alunos de origem social elevada. Apesar de nos estabelecimentos públicos ser maior o número de estudantes das camadas superiores, sendo, ao contrário do esperado, maior a participação dos alunos de classe superior no ramo comercial com relativa alta dos que não trabalham mesmo com mais de 18 anos.

57.

- Expectativas educacionais dos ginásianos de Salvador. In: MINISTÉRIO de Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. - Anais da 4ª Reunião Plenária da Conferência Nacional de Educação, S. Paulo, 22 a 28 de junho de 1969. S. Paulo, Ed. Abril, p. 437-459.

A clientela dos cursos médio do 1º ciclo de Salvador divide-se entre dois grandes ramos:

o secundário e o comercial; o primeiro voltado para as funções propedêuticas de acesso à universidade, o segundo para o preparo profissional, conforme registram as tabelas do levantamento realizado.

Observa-se a influência familiar na escolha do curso; mais frequente entre os alunos do ramo comercial; e maior tendência à procura dos cursos profissionais. A expectativa geral é de acesso social; em todas as camadas prevalece o desejo de exercer outra ocupação que não a do magistério.

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. nº 773 /74/CEPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1974.

Da: Responsável pela Uniper
Ao: Psicólogo Fernando García Cortés
Assunto: Atende solicitação sobre atividades do INEP

Prezado Senhor,

Em atenção à sua carta de junho p. passado, temos o prazer de enviar o material, cuja lista segue em anexo.

Quanto às atividades do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, no ano de 1973, foram orientadas a fim de alcançar os seguintes objetivos:

- 1 - oferecer subsídios para a consecução, na forma mais completa possível, dos objetivos da política educacional em vigor, ou para a reformulação dessa política;
- 2 - colocar o INEP, sucessivamente, nas posições de órgão de pesquisa do MEC, e de órgão central de coordenação das pesquisas educacionais no âmbito nacional, isso, conservando sua primeira posição.

Para atingir estas metas, foram desenvolvidos dois programas: a) Programa Anísio Teixeira, de estudos, pesquisas e experimentação, para conhecer a situação da educação nacional, no momento em que se iniciam as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensino universitário, a fim de possibilitar correta e ampla avaliação das medidas que vierem a ser adotadas; identificar as debilidades dos diversos sistemas de ensino, conhecer das respectivas causas, experimentar e sugerir medidas para eliminá-las; oferecer subsídios para orientar a formação profissional de nossa juventude, em função da demanda de mão-de-obra e das aptidões e interesses revelados pelo alunado; b) Programa Lourenço Filho, para estabelecer um subsistema de documentação e informa

Ilmº Sr.
Psicólogo Fernando García Cortés
Comisión de Nuevos Métodos de Enseñanza
Universidad Nacional Autónoma de México
México 20, D.F. - México

ção educacionais que integre, sucessivamente, os elementos do INEP; elementos da estrutura do MEC; elementos, no âmbito nacional, que participem de estudos e pesquisas educacionais; desenvolver a Coordenação de Publicações, Documentação e Informações Educacionais - CODIE - do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE - nos moldes de uma Central de Informações do subsistema em condições de armazenar dados e documentos sobre Educação e áreas afins, assim como entidades e cientistas que atuam no campo de estudos e pesquisas educacionais.


Com a aprovação de seu Regimento Interno - (Portaria Ministerial n. 55-BSB, de 22 de janeiro de 1973), passou o INEP a incrementar ligações com outras Entidades, estimulando-as com o apoio financeiro para a realização de trabalhos pertinentes aos fins próprios daqueles programas, quando foram assinados quatro contratos e dez convênios e submetidos a estudo considerável número de projetos.

Houve, ainda, a intensificação de preparo de recursos humanos para a pesquisa e para documentação e informação, originando convênios firmados com a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional - CENAFOR, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD.

Em 1974, houve o prosseguimento das atividades do ano anterior, em estudos, pesquisas e experimentação; implantação, na CODIE, do Projeto para desenvolvimento de intercâmbio, montagem do Thesaurus Brasileiro de Educação, com o enriquecimento do fichário conceitual da terminologia educacional brasileira; modificação paulatina da forma de apresentação da Bibliografia Brasileira de Educação, no tocante aos resumos analíticos e à ordenação das referências bem como dos índices; avaliação dos dados coletados em 1973 sobre pesquisas em curso e pesquisadores; estudo da política de aquisição das Bibliotecas do INEP; estabelecimento de um programa editorial para 1974; desenvolvimento do Serviço de Microfilmagem já instalado no ano anterior.

No que tange ao preparo de recursos humanos, promover a realização de seis estágios intensivos sobre metodologia da pesquisa e estatística, destinado, particularmente, ao pessoal das Secretarias Estaduais de Educação; matricular servidores do INEP em cursos pertinentes às funções desempenhadas por cada um; prosseguir no incentivo para que os Cursos de Pós-Graduação organizem equipes para elaborarem projetos de pesquisa na área da Educação.

Esperando ter correspondido ao objetivo de sua consulta, apresentamos a V. Sª protestos de estima e consideração.


Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper
(Unidade Pergunta-Resposta)

PUBLICAÇÕES ENVIADAS AO ILMO. SR. FERNANDO GARCIA CORTÉZ

- BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 20, n. 1, jan./mar. 1972. 1
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 20, n. 2, abr./jun. 1972. 2
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 20, n. 3, jul./set. 1972. 3
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 20, n. 4, out./dez. 1972. 4
- CARVALHO, LÚCIA MARIA JOPERT DE MOURA. Divisão. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1973, 47 p. ilustr. (Série Materiais para Experimentação). 5
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Estímulos à pesquisa educacional. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1973, 40 p. multil. 6
- _____. Fatores que influem no ensino da leitura e da ortografia na escola fundamental. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 128 p. ilustr. tab. (Pesquisas e Monografias, 11). 7
- INEP INFORMA. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 1, n. 4, jul./ago. 1973. 8
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 1, n. 5, set./out. 1973. 9
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 1, n. 7, jan. 1974. 10

- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v.1, n. 9, mar. 1974. 11
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v.1, n. 10, abr. 1974. 12
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 1, n. 12, jun. 1974. 13
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Reestruturação do INEP. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 54 p. multil. 14
- KEPLER, SELENE RIBEIRO. A criança de 6 e 7 anos na 1ª série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 42 p. ilustr. (Materiais para Experimentação, 10). 15
- PIRES, NISE. Educação especial em foco. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 162 p. ilustr. 16
- REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 129, jan./mar. 1973. 17
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 130, abr./jun. 1973. 18
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 131, jul./set. 1973. 19
- _____. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, v. 59, n. 132, out./dez. 1973. 20
- VIEIRA, GENEGRICE ALBERTINA. O medo, o lar e a escola. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974, 59 p. ilustr. (Materiais para Experimentação, 8). 21

OBS: Solicitamos acusar recebimento

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n: 769 /74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1974


Da : Responsável pela Uniper
Para : Presidente da Sociedade Brasileira
de Filósofos Católicos
Assunto : Comunica interesse de intercâmbio

Senhor Presidente,

Temos o prazer de acusar o recebimento da carta do dia 28 do mês p.p., dessa procedência, através da qual V.Sa. nos comunica o interesse em manter intercâmbio com esta Instituição.

Estamos encaminhando algumas publicações, cuja lista segue, em anexo, esperando iniciar nosso contato periódico.

Agradecendo a referência às atividades do INEP e à Professora Nise Pires, apresentamos a V.Sa. protestos de alta consideração e estima.


Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilmo. Sr.
Dr. Tarcísio Meirelles Padilha
Presidente da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos
Avenida Alexandre Ferreira, 391
Jardim Botânico - Rio de Janeiro - GB

Proc. CBPE 1463/74/SS/1f1b

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. nº 745 /74/CEPE/CODIE/Uniper

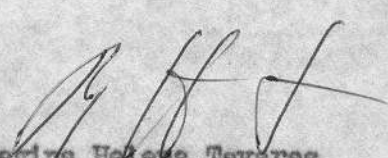
Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1974.

Da: Coordenadora da CODIE
À: Coordenadora de Estudios da
Oficina Regional de Educación da UNESCO
Assunto: Encaminha questionário preenchido

Senhora Coordenadora,

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, tem o prazer de enviar o "Questionário destinado a obter la información necesaria para preparar un repertorio Latinoamericano de Servicios de Información y Documentación Educacional", devidamente preenchido, encaminhado por V. Sª através do Ofício S.3723.1452, de julho p. passado.

Esperando ter correspondido ao seu objetivo, apresentamos a V. Sª protestos de alta estima e distinta consideração.


Regina Helena Tavares
Coordenadora de Publicações, Documentação
e Informação Educacionais

Ilmª Srª
Carmén Lorenzo L.
Coordinadora de Estudios de la
Oficina Regional de Educación
U N E S C O
Enrique Delpiano 2058 (Plaza P. de Valdivia)
Castilla 3187
Santiago - Chile

Proc. CEPE-1.473/74/SMS/mgc.

QUESTIONARIO DESTINADO A OBTENER LA INFORMACION NECESARIA PARA
PREPARAR UN REPERTORIO LATINOAMERICANO DE SERVICIOS DE
INFORMACION Y DOCUMENTACION EDUCACIONAL

1. Cuál es el nombre oficial de su servicio de documentación o de información?

- Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

2. Se tiene una sigla o un nombre sinónimo, indíquese:

- CBPE.

3. Dirección completa (incluyendo dirección postal, cablegráfica y teléfono):

- Rua da Imprensa, n. 16 - 10º andar

Centro - ZC-P

20000 - Rio de Janeiro - GB

Tels: 242-0303

242-8780

- Rua Voluntários da Pátria, 107

Botafogo - ZC-02

20000 - Rio de Janeiro - GB

Tels: 246-0158

246-0067

4. Fecha en que empezaron las actividades de documentación:

- Embora tenha sido criado pela Lei n. 378, de 13/1/1937, só em 30/7/1938, pelo Decreto-lei n. 580, teve o INEP definida sua competência e estrutura, na qual se incluía uma Seção de Documentação no CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais).

5. De que organismo depende su servicio? (fuente principal de financiamiento). Detállese:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. O INEP possui autonomia administrativa e financeira, com um Fundo Especial, de natureza contábil, instituído pelo artigo 15 do Decreto n. 66.967, de 27/7/1970, denominado "Fundo Especial de Estudos e Pesquisas Educacionais", constituindo-se dos seguintes recursos dentre outros previstos em legislação própria:

MEC?

- I - Dotações consignadas no orçamento geral da União;
- II - Repasses de outros fundos;
- III - Rendas próprias de serviços, inclusive publicações;
- IV - Doações, subvenções e auxílios;
- V - Reversão de quaisquer importâncias, inclusive, quando for o caso, das relativas a bolsas de estudo ou auxílio individuais;
- VI - Saldo verificado no fim de cada exercício, que constituirá receita do exercício seguinte;
- VII - Receitas diversas.

6. Nombre de su actual Jefe:

- Ayrton de Carvalho Mattos - Diretor Geral do INEP
- Elza Rodrigues Martins - Diretora Executiva do CBPE

7. Tipo de organización: Pública: No lucrativa:
 Privada: Lucrativa:

8. Tipo de relaciones que existen entre su servicio de documentación e información y otros que existan en el país; indíquese si existe una red nacional de información educacional, señalando el papel que corresponde en ella a su servicio.

- O programa de estruturação da Coordenação de Documentação e Informação Educacionais - CODIE - prevê a montagem de uma rede nacional de informação educacional, que se constituirá em um sistema cujo "focal point" será a CODIE. Medidas para a implantação da rede já foram iniciadas. Além disso, mantemos relações estreitas com Serviços de Documentação e Informação na área de Ciências Sociais e com o órgão de cúpula das atividades de documentação e informação em âmbito nacional: o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

9.a) De qué naturaleza es su fondo documental? (Márquese lo que convenga).

- ... Fondo muy completo; comprende material sobre educación, ciencia y cultura
- ... Dedicado exclusivamente a la educación
- ... Dedicado a un sector o campo especial de la educación (indíquese cuál)

- Dedicado à Educação e áreas afins.

b) A que regiones geográficas pertenecen sus documentos sobre educación? Indíquese:

- Especificamente sobre o Brasil, incluindo-se, no entanto, obras estrangeiras.

c) Qué clase de material comprende su fondo sobre educación? Si fuera posible, señálese su número u otra indicación cuantitativa.

... Artículos indizados de revistas

... Libros y documentos

... Publicaciones periódicas (número de títulos recibidos anualmente)

... Materiales no impresos: diapositivas películas

microfilms microfichas

... Otros materiales (detállense).

- Indexa artigos de revistas nacionais e estrangeiras. Os artigos nacionais são publicados na Bibliografia Brasileira de Educação, do INEP, sob a forma de resumos analíticos. Os artigos estrangeiros constam, apenas, nas bibliografias especializadas.

- Publicações periódicas (1.600, com cerca de 750 títulos anualmente).

- Livros e documentos (65.000 volumes, entre livros e folhetos).

- Materiais não impressos: Diapositivos (1.889); filmes (335); microfilmes: (200).

- Outros materiais: fotografias (8.000); mapas (78); fitas gravadas (49); discos (252); gravuras (124); diafilmes (548); cartazes (79); álbuns seriados (10); unidades ilustrativas (16).

- Obras de referência legislativa, como "Diários Oficiais", coleção "Leis do Brasil" (desde 1808), "Documenta" (publicação do Conselho Federal de Educação).

- Existe, também, na Coordenação de Documentação e Informação Educacionais - CODIE, do CRPE, um "Serviço de Recortes de Jornais", onde são selecionados, documentados, arquivados e divulgados os artigos de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, sobre Educação, Cultura, áreas afins e Política Brasileira.

10.- Además de la labor de documentación, realiza su servicio directamente otras actividades en el campo de la educación?

Márguese lo que convenga: Publicación Investigación
Formación de personal especializado en documentación

Si se dispone de otros detalles pertinentes, explíquese en el espacio siguiente o utilícense hojas adicionales:

- Publicações, pesquisas, formação de seu pessoal especializado em documentação.
- Outros: informação educacional, treinamento de recursos humanos e assistência técnica e financeira em Educação.

11. Principales regiones geográficas atendidas por su servicio. (Indíquense).

- O atendimento é feito a pessoas, Instituições, Órgãos e Organismos Nacionais, Estrangeiros e Internacionais.

12. A qué tipo de público atienden los servicios de su centro? (Por ejemplo, al público en general, a los miembros de una determinada organización, a una comunidad universitaria, etc.) Indíquese:

- Pessoas de nível universitário e ao público em geral interessado em Educação e áreas afins.

13. Qué servicios presta su centro? (Por ejemplo, contestar las peticiones externas de información, preparar las bibliografías que se le pidan, reproducir artículos de revistas así como otros documentos que se le pidan, prestar documentos a otros centros y a particulares, permitir que el público general consulte el fondo del centro, etc.) Indíquese:

- Atende às solicitações (por escrito, por telefone ou pessoalmente), prepara bibliografias, reproduz artigos de revistas e outros documentos, empresta documentos a outros Centros e a particulares. O acesso ao acervo é permitido a estudantes universitários, professores, especialistas em educação, pesquisadores, licenciados em geral.

14. Qué tipos de publicaciones relativas a la educación prepara su servicio?

... Bibliografías

- ... Monografías
- ... Series (indíquense los títulos)
- ... Repertorios (indíquense los títulos)
- ... Críticas o reseñas bibliográficas
- ... Publicaciones periódicas (indíquense los títulos)
- ... Resúmenes analíticos
- ... Otras publicaciones (indíquense)

- Bibliografias, Monografias, Séries (1 - Guias de Ensino - a) Escola Primária - b) Escola Secundária; 2 - Livros de Texto; 3 - Livros-Fonte; 4 - Currículo, Programas e Métodos; 5 - Inquéritos e Levantamentos; 6 - Sociedade e Educação; 7 - Cursos e Conferências; 8 - Pesquisas e Monografias; 9 - Levantamentos bibliográficos; 10 - Publicações Diversas; 11 - Os Grandes Educadores-Brasileiros; 12 - Materiais para Experimentação), Publicações Periódicas (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Bibliografia Brasileira de Educação (resumos analíticos, resumos com descritores), INEP informa, Boletim de Aquisições da Biblioteca Marilo Braga).

15. Indíquese si hay algún sector concreto en su fondo sobre educación al que se conceda atención particular:

Temas generales (por ejemplo, formación del personal docente, descripción de la educación en otros países, reformas de la educación, etc.)

Aspectos especiales (por ejemplo, métodos de enseñanza, medios didácticos auxiliares, investigación relativa a problemas de la educación, estadísticas en materia de educación, actividades de la juventud con fines educativos, etc.)

- Tudo que concerne à política educacional em vigor, visando à sua reformulação e aperfeiçoamento quanto à formação do pessoal docente, reforma de ensino, metodologia, meios didáticos auxiliares, etc.

16. Número total de personal profesional que se ocupa del conjunto de su fondo documental relativo a la educación:

- Jornada completa - 24 funcionários; Jornada parcial - 28 funcionários.

17. Número de empleados de oficina que se ocupan principalmente de la documentación relativa a la educación:

- Jornada completa - 19 funcionarios; Jornada parcial - 4 funcionarios.

18. Qué métodos utilizan ustedes para el tratamiento de datos? (Indíquese con una cruz):

Manuales Mecánicos Automáticos

- Manuais e mecânicos. Em breve o CBPE operará com um terminal ligado ao Centro de Processamento de Dados do Senado Federal.

Sistema de Classificação: CDD - Dewey

CDU

19. Medios utilizados para la reproducción de documentos:

Lector de microfichas Lector-Impositor

Fotocopia Multicopista Xerox

§ § §

Proc. CBPE-1.473/74/MA/SMS/mgo.

Em 23/8/1974.

Ativo que deve ser anexado

AFR foi anexada:
1º - estava determinado não haver compêndio estatístico em 1974
2º - sendo F. de abril já com anotações em Fedor os levantamentos T.

MEC / INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. nº /74/GRPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, de junho de 1974.

Prezado Senhor,

Em atenção ao seu pedido, informamos que o endereço do DATAMEC é:

DATAMEC S.A.,
Engenharia de Sistemas e Processamento de Dados
Rua Estrela, nº 67
Rio Comprido - Guanabara
Tel.: 264-3022

Esperando ter correspondido ao objetivo de sua consulta, apresentamos a V. Sª

Cordiais Saudações

U. M. P. M.
Nise Maria Leão Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilmº Sr.
Walter Mainel
Rua Coração de Maria, 275 - C/19 - Madri
20000 - Rio de Janeiro - GB

Uniper/SME/Ingc.

BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS EM EDUCAÇÃO

Biblioteca do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife - INEP
Rua 2 Irmãos, 92 - Apipucos
Recife - Pernambuco

Biblioteca Murilo Braga - Instituto de Pesquisa e Planejamento Educacional
- Secretaria de Educação e Cultura
Rua Ulhoa Cintra, s/n - Santo Antonio
Recife - Pernambuco

Biblioteca Central de Educação - Secretaria de Educação e Cultura do Estado
Av. 7 de Setembro, 26
Salvador - Bahia

Biblioteca da Divisão de Currículo e Supervisão - Secretaria de Educação
e Cultura do Estado
Av. 7 de Setembro, 387 - Vitória
Salvador - Bahia

Biblioteca Murilo Braga - Centro de Documentação Pedagógica do Centro Regional
do INEP
Estrada de S. Lázaro, 197 - C.P. 954
Salvador - Bahia

Biblioteca do Centro Regional de Pesquisas Educacionais - INEP
Rua Paraíba - C.P. 2444
Belo Horizonte - Minas Gerais

Biblioteca Central de Educação - Serviço de Bibliotecas - Divisão de Biblio-
tecas e Documentação - Departamento de Cultura - Secretaria de Educação e Cul-
tura do Estado
Rua Edgar Gordilho, 63 - Saúde
Rio de Janeiro - Guanabara

Biblioteca do Conselho Federal de Educação - MEC
Rua da Imprensa, 16 - 5º andar
Rio de Janeiro - Guanabara

Biblioteca do Instituto de Pesquisas Educacionais - Departamento de Serviços
Complementares - Secretaria de Educação e Cultura do Estado.
Av. Almirante Barroso, 81 - 7º andar - s/704
Rio de Janeiro - Guanabara

Biblioteca do Ministério da Educação e Cultura (MEC)
Rua da Imprensa, 11 - 4º andar
Rio de Janeiro - Guanabara

Biblioteca da Seção de Educação Cívica - Serviço de Educação Primária
Complementar - Departamento de Educação Primária - Secretaria de Educação
e Cultura do Estado
Av. Alm. Barroso, 81 - 7º andar s/720
Rio de Janeiro - Guanabara

Biblioteca Murilo Braga - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)
- INEP - MEC
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo
Rio de Janeiro - Guanabara

Biblioteca Especializada da Divisão de Educação, Assistência e Recreio -
Secretaria de Educação e Cultura - Prefeitura do Município
Av. IV Centenário, 1244
São Paulo - São Paulo

Biblioteca da Subdivisão de Extensão Cultural - SESI - Departamento Regional
de São Paulo
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 277 - 4º andar
São Paulo - São Paulo

Biblioteca Pedagógica - Secretaria de Educação e Cultura do Estado
Florianópolis - Santa Catarina

Biblioteca do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul
Av. João Pessoa, 535 - 1º andar
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Biblioteca Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha - Revista do Ensino - Secretari
de Educação e Cultura do Estado
Av. Borges de Medeiros, 1224 - 13º andar
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Biblioteca Especializada da Divisão de Educação Especial - Serviço de Orientaçã
e Educação Especial - Secretaria de Educação e Cultura do Estado
Rua Carlos Chagas - Edif. Lopes Dias, 3º andar
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

ELABORE

Instituições de Ensino Superior dos Estados do Espírito Santo,
Guanabara, Minas Gerais e Rio de JaneiroI - Espírito Santo

- Universidade Federal do Espírito Santo
Rua Pietrângelo de Biase s/n - Centro
CEP 29.000 - Vitória - ES
*(Máximo Borgo Filho) 1
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (Municipal)
Rua Belo Amorim 100 - Centro
CEP 29.500 - Alegre - ES
*(Manoel Pedro Ferraz) 2
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras NGSJ (Particular)
Av. Monte Castelo 3 - Independência
CEP 29.300 - Cachoeiro do Itapemirim - ES
*(Rita Lourdes Zorzaneli) 3
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina (Municipal)
Rua Marcelino Champagnat 225
CEP 29.700 - Colatina - ES
*(Wieslau Eustáchio Ignatowski) 4

II - Guanabara

- Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Brigadeiro Tromposky s/n
Campus Universitário
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Hélio Fraga) 1
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Particular)
Rua Marquês de São Vicente 225 - Gávea
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Pedro Belisário Velloso Rebelo). 2
- Universidade Gama Filho (Particular)
Rua Manoel Vitorino, 393 - Piedade
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(José Mirta Ribeiro) 3

- Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (Estadual)
Rua Mariz e Barros 273 - Tijuca
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Lia Braz da Cunha Tovar) 4
- Associação Universitária Santa Úrsula (Particular)
Rua Fernando Ferrari, 75 - Botafogo
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Maria Beatriz Vianna) 5
- Centro de Ciências Humanas e Sociais (Particular)
Rua Mariz e Barros, 612 - Tijuca
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(João Muniz Barreto de Aragão) 6
- Faculdade de Educação Jacobina (Particular)
Rua São Clemente, 117 - Botafogo
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Laura Jacobina Lacombe) 7
- Faculdade de Educação, Ciências e Letras Marechal Castelo Branco (Particular)
Av. Santa Cruz, 659 - Realengo
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Vera Costa Gissen) 8
- Faculdade de Educação Ciências e Letras Mario Henrique Simonsen (Particular)
Rua Ibitiúva, 151 - Padre Miguel
Rio de Janeiro - GB - 20.000
*(Francisco J. L. Madruga) 9
- Faculdade de Educação, Ciências e Letras Notre Dame (Particular)
Rua Nascimento Silva, 211 - Ipanema
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Rui Machado de Lima) 10
- Faculdade de Filosofia de Campo Grande (Particular)
Estrada da Caroba, esquina Rua Lucília - Campo Grande
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Euricles Cezar de Mattos) 11
- Faculdade de Filosofia Souza Marques (Particular)
Av. Ernani Cardoso, 335 - Cascadura
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Carlos Potsch) 12

- Faculdades Integradas Augusto Motta (Particular)
Av. Paris, 72 - Bonsucesso
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Arapuan Medeiros da Motta) 13
- Faculdade de Pedagogia e Letras Prof. Lourenço Filho (Particular)
Av. 24 de Maio, 797 - Engenho Novo
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Solon Leontisinis) 14
- Universidade do Estado da Guanabara (Estadual)
Av. Pedro II, 293 - São Cristóvão
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - GB
*(Oscar Accioly Tenório) 15

III - Minas Gerais

- Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antonio Carlos, 6626 - Pampulha
CEP 30.000 - Belo Horizonte - MG
*(Eduardo Osório Cisalpino) 1
- Universidade Católica de Minas Gerais (Particular)
Av. Dom José Gaspar 500 - Bairro Coração Eucarístico
CEP 30.000 - Belo Horizonte - MG
*(Serafim Fernandes de Araújo) 2
- Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais
(Estadual)
Rua Pernambuco, s/n - Bairro Funcionários
CEP 30.000 - Belo Horizonte - MG
*(Lúcia Monteiro Casasanta) 3
- Faculdade de Ciências Humanas (Particular)
Rua Aimorés, 2679 - Santo Agostinho
CEP 30.000 - Belo Horizonte - MG
*(Halley Alves Bessa) 4
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte
(Particular)
Av. Antonio Carlos, 521 - São Cristóvão
CEP 30.000 - Belo Horizonte - MG
*(Paulo Miranda Gomes) 5
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Av. do Contorno, 9384 - Prado
CEP 30.000 - Belo Horizonte - MG
*(Paulo Newton de Paiva Ferreira) 6

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Profª. Nair F. Abu-Merhy"
(Particular)
Av. 18 de julho, 210 - Pra. da Bandeira
CEP 36.600 - Além Paraíba - MG
*(José Alves Fortes) 7
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Rua Duque de Caxias, 240 - Centro
CEP 37.130 - Alfenas - MG
*(Amauri Gabriel da Silva) 8
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari (Municipal)
Av. Minas Gerais, 1889
CEP 38.440 - Araguari - MG
*(Teotônio Vieira Rosende) 9
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araxá (Municipal)
Rua Luiz Colombo, 115
CEP 38.180 - Araxá - MG
*(Eunice Silveira Castilho) 10
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Mater Divinae Gratia
(Particular)
Rua Mons. José Augusto, 204 - Alto da Fábrica
CEP 36.200 - Barbacena - MG
*(Theobaldo Altademo) 11
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Boa Esperança (Municipal)
Rua Padre Júlio Maria, s/n - Centro
CEP 37.170 - Boa Esperança - MG
*(Militão Batista Brasileiro) 12
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (Particular)
Rua Olímpio Teixeira, 243 - Sta. Emília
CEP 36.800 - Carangola - MG
*(Antinino Procópio Ferreira) 13
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caratinga (Particular)
Rua São José, 49 - Centro
CEP 35.300 - Caratinga - MG
*(Joaquim Nunes) 14
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguases (Particular)
Pça. Sta. Rita, 340 - Centro
CEP 36.770 - Cataguases - MG
*(Mª. do Carmo Cardoso da Silva) 15

- Faculdade de Filosofia e Letras (Particular)
Rua da Glória, 152 - Centro
CEP 39.100 - Diamantina - MG
*(Geraldo Fernandes Guabiroba) 16
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Divinópolis (Estadual)
Av. 21 de Abril, 645 - Centro
CEP 35.500 - Divinópolis - MG
*(Nelson de Andrade Horta) 17
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Pça. do Rosário, 196-A
CEP 37.290 - Formiga - MG
*(Ely Gonzalo Ferrel Camacho) 18
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Governador Valadares
(Particular)
Rua Juiz de Paz José de Lemos, 695 - Vila Bretas
CEP 35.100 - Governador - MG
*(Luiz Cláudio de Almeida Silva) 19
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Av. D. Florianana, s/n
CEP 37.800 - Guaxupé - MG
*(Antonio Marcos Noronha) 20
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Estadual)
Rua José Joaquim, 36
37.500 - Itajubá - MG
*(Antonio de Oliveira Rosa) 21
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Rua Professor Francisco - Bairro Santarense
CEP 35.680 - Itaúna - MG
*(Antonio de Oliveira) 22
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Estadual (Estadual)
Campus Universitário
CEP 38.300 - Ituiutaba - MG
*(Edelweiss Teixeira) 23
- Faculdade de Educação (Estadual)
Vila Tanque
CEP 35.930 - João Monlevade - MG
*(Luiz Guilherme Alves da Silva) 24
- Universidade Federal de Juiz de Fora
Cidade Universitária - Martelos
CEP 36.100 - Juiz de Fora - MG
*(João Martins Ribeiro) 25

- Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (Particular)
Rua Halfeld, 1179 - Centro
CEP 36.100 - Juiz de Fora - MG
*(Leopoldo Krieger) 26
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Lavras (Particular)
Av. Pe. Dehon, 506, - Centenário
CEP 37.200 - Lavras - MG
*(Armandina dos Santos Vieira) 27
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Prof. José Augusto Vieira
(Municipal)
Praça Olegário Maciel, 25
CEP 37.750 - Machado -MG
*(Lúcio Dias Vieira) 28
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Rua Cel. Celestino, 75 - Centro
CEP 39.400 - Montes Claros - MG
*(Jorge Ponciano Ribeiro) 29
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sta. Marcelina (Particular)
Rua Bom Fim, s/n
CPE 36.880 - Muriaé - MG
*(Armina Bisegna) 30
- * Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Av. Rio Branco, 145
CPE 37.570 - Ouro Fino - MG
*(Geraldo G. Megale Apocalypse) 31
- Cursos de Licenciatura de 1º grau (Particular)
Rua Ricardo Marinho, 110
CEP 35.660 - Pará de Minas - MG
*(Paulo Mendonça Ferreira) 32
- Faculdade de Filosofia de Passos (estadual)
Av. Juca Stockler, s/n - Bairro de Belo Horizonte
CEP 37.200 - Passos - MG
*(Armando Riguetto) 33
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas
(Particular)
Rua Irmão Exuperâncio, 18 - Rosário
CEP 38.700 - Patos de Minas - MG
*(Altamir Pereira da Fonseca) 34
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Poços de Caldas
(Particular)
Praça Getúlio Vargas, s/n - Centro
CEP 37.700 - Poços de Caldas - MG
*(Luiz Gonzaga Batista) 35

- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Eugênio Pacelli (Particular)
Praça Dom Otávio, 270 - Centro
CEP 37.550 - Pouso Alegre - MG
*(Lecyr Ferreira da Silva) 36
- Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Praça Dom Helvetro, 74 - Fábricas
CPE 36.300 - S. João Del Rei - MG
*(João Bosco de Castro Teixeira) 37
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Praça Tiradentes, 34 - Centro
CEP 35.700 - Sete Lagoas - MG
*(Meireles Vicente de Avelar) 38
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular) _____
Rua Marcelo Guedes, 50 - Centro
CEP 39.800 - Teófilo Otoni - MG
*(Fábio Antônio da Silva Pereira) 39
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Três Corações (Estadual)
Rua Dep. Carlos Luz, 289
CEP 37.410 - Três Corações - MG
*(Joaquim Thierry Carneiro) 40
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá (Particular)
Praça S. Januário, 276
CEP 36.500 - UBÁ - MG
*(Antonio Tavares Sobrinho) 41
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino
(Particular)
Rua Manoel Gonçalves de Resende s/n - S. Cristóvão
CEP 38.100 - Uberaba - MG
*(Heloisa Seixas Leite) 42
- Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE) (Particular)
Av. Guilherme Ferreira, 217 - Centro
CEP 38.100 - Uberaba - MG
*(Mario de Ascensão Palmério) 43
- Universidade de Uberlândia (Particular)
Rua Machado de Assis, 844 - Centro
CEP 38.400 - Uberlândia - MG
*(Juarez Altafin) 44
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Varginha (Estadual)
Rua D. Maria Benedita Resende, s/n - Bairro Universitário
CEP 37.100 - Varginha - MG
*(Leopoldo Veiga Marinho) 45

- Universidade Federal de Viçosa
Rua P. H. Roefs, s/n
CEP 36.570 - Viçosa - MG
*(Antonio Fagundes de Souza)

46

IV - Rio de Janeiro

- Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - Icaraí
CEP 24.000 - Niterói - RJ
*(Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa) 1
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Barra Mansa (Particular)
Rua Vereador Pinho de Carvalho, 267 - Centro
CEP 27.100 - Barra do Pirai - RJ
*(Walter di Biase) 2
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Barra Mansa (particular)
Rua Vereador Pinho de Carvalho, 267 - Centro
CEP 27.400 - Barra Mansa - RJ
*(Jayme Dantas) 3
- Faculdade de Filosofia de Campos (Particular)
Av. Visconde de Alvarenga, s/n - Parque Leopoldina
CEP 28.100 - Campos - RJ
*(Nancy Barros de Castro Faria) 4
- Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (Estadual)
Rua General Mitre, 300 - Bairro 25 de Agosto
CEP 25.000 - Duque de Caxias - RJ
*(Dalcy Angelo Fontanivee) 5
- Faculdade de Educação, Ciências e Letras Grande Rio (Particular)
Rua Marquês do Herval, 1216 - Bairro de 25 de Agosto
CEP 25.000 - Duque de Caixas - RJ
*(Francisco Portela de Vasconcelos) 6
- Faculdade de Filosofia de Itaperuna (Municipal)
Rua Major Porphireo Henriques, 41 - Centro
CEP 28.300 - Itaperuna - RJ
*(Clara Bastos Soares) 7
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé (Particular)
Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, s/n - Centro
CEP 28.700 - Macaé -RJ
*(Carlos Augusto Ramos Filho) 8
- Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia (Particular)
Rua Mons. Miranda, 86 - Centro
CEP 28.600 - Nova Friburgo - RJ
*(Maria da Glória Resende) 9

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Iguaçu (Particular)
Av. Abílio Augusto Tavora, 2134 - Centro
CEP 26.000 - Nova Iguaçu - RJ
*(Pedro Américo Rio Gonçalves) 10
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Particular)
Rua Provedor Randolf Penna Junior, 300 - Centro
CEP 27.860 - Paraíba do Sul -RJ
*(Severino Sombra de Albuquerque) 11
- Universidade Católica de Petrópolis (Particular)
Rua Benjamin Constant, 213 - Centro
CEP 25.600 - Petrópolis - RJ
*(José Fernandes Veloso) 12
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras D. Bosco (particular)
Estrada Resende/Riachuelo - km 1
CEP 27.500 - Resende - RJ
*(Cecil Wall Barbosa de Carvalho) 13
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Valença (Particular)
Praça da Bandeira, 174 - Centro
CEP 27.600 - Valença - RJ
*(Eduardo Avellar) 14
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Volta Redonda (Particular)
Rua 5, 209 - Bairro Aterrado
CEP 27.180 - Volta Redonda - RJ
*(Rosa Speranza Cameramo Zappa) 15

(*) - Reitor ou Diretor

Esta listagem foi feita através de levantamento na seguinte publicação:

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS. Catálogo geral das instituições de ensino superior 1973. Brasília, MEC/DAU/Coordenação de Avaliação e Controle, 1974, 479 p.

CBPE/1974/SS/lflb

MEC/INEP - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Of. n. 757 /74/CBPE/CODIE/Uniper

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1974

Da : Responsável pela Uniper
Para : Diretor Geral do Instituto
Euvaldo Lodi
Assunto : Encaminhamento de material
documentário do INEP

Senhor Diretor,

Temos o prazer de encaminhar, em anexo, uma listagem de "Pesquisas em andamento, realizadas pelo INEP" e "Estímulos à Pesquisa Educacional", conforme o solicitado no IEL-176/74-DG.

Outrossim, informamos que, no momento, não temos possibilidade de enviar o "Relatório de atividades do INEP 1973/74".

Aproveitando o ensejo, apresentamos a V.Sa. votos de alta estima e consideração.



Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães
Responsável pela Uniper

Ilmo. Sr.
Jorge Bhering de Mattos
Diretor Geral do
Instituto Euvaldo Lodi
Av. Nilo Peçanha, 50 - 27º andar
Grupo 2718
20.000 - Rio de Janeiro - GB

Proc. CBPE 1537/74/SS/1f1b